

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RODRIGO PERLES DANTAS**

**ENTRE MATAS E BOTICAS:**  
**UM ESTUDO DAS PLANTAS MEDICINAIS BRASILEIRAS NO SÉCULO XVI**

Maringá  
2022

RODRIGO PERLES DANTAS

**ENTRE MATAS E BOTICAS:**  
UM ESTUDO DAS PLANTAS MEDICINAIS BRASILEIRAS NO SÉCULO XVI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos

Maringá  
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

D192e Dantas, Rodrigo Perles  
Entre matas e botica : um estudo das plantas medicinais brasileiras no século XVI /  
Rodrigo Perles Dantas. -- Maringá, PR, 2022.  
104 f.

Orientador: Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos.  
Coorientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências  
Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em  
História, 2022.

1. Plantas medicinais - Brasil - Século XVI. 2. Medicina colonial. 3. História - Brasil -  
Circulação de saberes . I. Santos, Christian Fausto Moraes dos, orient. II. Menezes,  
Sezinando Luiz, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências  
Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em  
História. IV. Título.

CDD 23.ed. 981.03

Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202

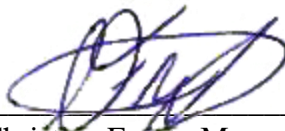
RODRIGO PERLES DANTAS

**ENTRE MATAS E BOTICAS:**  
UM ESTUDO DAS PLANTAS MEDICINAIS BRASILEIRAS NO SÉCULO XVI

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de mestre em História.

Aprovado em: 19/04/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos  
Universidade Estadual de Maringá – UEM



---

Prof. Dr. Marlon Marcel Fiori  
Universidade Estadual de Maringá – UEM



---

Prof. Dr. Wellington Bernardelli Silva Filho  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de alguma maneira, estiveram presentes em minha vida durante esta jornada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Christian Fausto Moares dos Santos por todo o apoio prestado durante a pesquisa, desde a elaboração do projeto até a dissertação final;

À banca avaliadora composta pelo Dr. Marlon Marcel Fiori e pelo Prof. Dr. Wellington Bernardelli Silva Filho por todas as contribuições que foram muito importantes para aprimorar este texto;

À minha família, namorada e amigos que acompanharam de perto todos os passos até aqui, sempre dando apoio onde fosse necessário;

A todos os professores, da graduação à pós, que contribuíram sobremaneira para minha formação.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo o estudo das plantas medicinais do atual território brasileiro durante o primeiro século de colonização (XVI). Com esta finalidade, foram elencadas diversas fontes de pesquisa, dentre cartas, crônicas e relatos de viagens e viajantes que, de alguma maneira, abordaram a natureza americana em seus escritos. Ao primeiro contato com esta documentação, fica claro um grande “fascínio” pelo mundo natural e os biomas da América portuguesa, devido à sua exuberância. Este foi um dos motivos (para além da aplicabilidade prática deste conhecimento) que fez com que os colonizadores (fossem portugueses ou então provenientes de outros reinos europeus) produzissem esta vasta gama documental. Dentre os elementos naturais presentes, as plantas curativas ocupam lugar de destaque, já que acabaram se tornando fundamentais para sua própria sobrevivência em solo americano. Baseados, em grande medida, no conhecimento indígena acerca das matas e suas propriedades, transmitido de geração em geração, estes documentos passaram a registrar por escrito aquilo que era entendido como mais importante por seus autores. Em nossa dissertação, destacamos três grandes grupos dentro de uma botânica terapêutica diversa: os cicatrizantes, os elementos purgativos e os venenos e seus antídotos. Destacamos tanto os usos desses fitoterápicos na própria América portuguesa, buscando analisar a lógica interna da colonização, quanto a circulação dos mesmos ao redor do globo, no interior das naus que, neste contexto, já estavam atravessando oceanos.

**Palavras-chave:** Plantas medicinais, Medicina colonial, Circulação de saberes.

## ABSTRACT

This research aims to study the medicinal plants of the current Brazilian territory during the first century of colonization (XVI). For this purpose, several sources of research were listed, among letters, chronicles and travelers reports that, in some way, approached the American nature in their writings. Upon first contact with this documentation, a great “fascination” with the natural world and the biomes of Portuguese America becomes clear, due to their exuberance. These were one of the reasons (in addition to the practical applicability of this knowledge) that made colonizers (whether Portuguese or from other European kingdoms) produce this wide range of documents. Among the natural elements, healing plants occupy a prominent place, considering that they ended up becoming fundamental for their own survival on American soil. Based, to a large extent, on indigenous knowledge about forests and their properties, transmitted from generation to generation, these documents began to record in writing what was understood as most important for their authors. In our dissertation, we highlight three major groups within a diverse therapeutic botany: healing agents, purgative elements and poisons and their antidotes. We highlight both the uses of these herbal medicines in Portuguese America, seeking to analyze the internal logic of colonization, as well as their circulation around the world, inside the ships that, in this context, were already crossing oceans.

**Keywords:** Medicinal plants, Colonial medicine, Circulation of knowledge.



## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 9   |
| <b>Capítulo 1 – Os cicatrizantes nas fontes e na vida colonial</b> .....  | 12  |
| 1. 1 – Para “limpar matéria” e “soldar carne quebrada”: os cicatrizantes nas fontes do primeiro século de colonização .....   | 13  |
| 1. 2 – Entendimentos e categorizações da flora brasílica: a medicina Hipocrático-Galênica e a Filosofia Natural.....  | 22  |
| 1. 3 – A sabedoria indígena, apropriações, ressignificações e a circulação dos cicatrizantes e elementos terapêuticos da flora americana .....                              | 29  |
| 1. 4 – Representações, simbolismos e usos simbólicos dos cicatrizantes: um intercâmbio filosofia natural-cultura e a medicina colonial .....                                | 36  |
| <b>Capítulo 2 – Venenos e contravenenos</b> .....   | 41  |
| 2. 1 – Breve história da toxicologia: conhecimentos e usos dos venenos no passado .....   | 41  |
| 2. 2 – Os venenos e antídotos nas fontes coloniais .....  | 45  |
| 2. 3 – Venenos, contravenenos e a vida cotidiana do “ser colonial”: um entendimento da dinâmica interna da América portuguesa, para além da relação colônia-metrópole ..... | 56  |
| 2. 4 – Simpatias e antipatias: para uma compreensão da Filosofia Natural e sua relação com os agentes tóxicos .....   | 65  |
| <b>Capítulo 3 – Elementos eméticos e purgativos da flora medicinal da América portuguesa</b> .....  | 74  |
| 3. 1 – Os purgantes nas fontes do primeiro século de colonização .....  | 75  |
| 3. 2 – A teoria humoral e a importância dos purgativos .....  | 79  |
| 3. 3 – Medicina colonial e os usos cotidianos dos purgantes .....   | 85  |
| 3. 4 – Circulação de elementos, saberes e espécimes no além-mar: o caso da Ipecacuanha ( <i>Psychotria ipecacuanha</i> ) .....  | 91  |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....  | 96  |
| <b>FONTES DOCUMENTAIS</b> .....   | 99  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 100 |

## INTRODUÇÃO

Com o intuito de abordar uma área de pesquisa ainda relativamente pouco explorada em nosso país, esta pesquisa aborda a História das Ciências da Saúde, com foco na medicina e farmácia em suas intercambialidades com a(s) cultura(s) formada(s) pela colonização do atual território brasileiro no século XVI, também ela muito plural. Com isso, entende-se o processo de adoecimento/cura dentro de uma dialética ao mesmo tempo natural e cultural.

Adoecer (seja por conta de doenças autoimunes ou infectocontagiosas) faz parte da vida humana e é permeada por elementos naturais. Porém, chamamos a atenção ao longo de nossa dissertação que o entendimento acerca das doenças e os métodos de cura buscados pelas comunidades humanas é permeado de elementos simbólicos (ao mesmo tempo que naturais).

Ao longo de sua existência nossa espécie aprendera, por meio da tentativa e erro (somadas aos elementos de criatividade próprios do gênero humano) a selecionar e descartar elementos da natureza de acordo com seus princípios curativos. Assim, partes de plantas, animais ou minerais passaram a ser utilizados por diversas culturas a fim de dar cabo ao sofrimento trazido por enfermidades que acometeram nossos antepassados.

Antes da farmácia moderna, que nasce a partir da introdução da química no século XIX, era na biota local que os agrupamentos humanos encontravam a solução para muitos de seus problemas. Ainda hoje a fitoterapia ocupa importante papel no tratamento de diversos males como dores localizadas, cicatrização, melhora na digestão, antídotos contra envenenamentos, dentre outros usos diversos (EDLER, 2006, p. 10 e 42).

Por acompanhar a humanidade ao longo de sua existência, as enfermidades podem ter (e tiveram) grande intervenção no curso da História. Algumas muito conhecidas e estudadas, como a Peste Negra da Idade Média ou mesmo a Gripe Espanhola de 1918-1920. Outras, como as que serão tratadas aqui, ainda carentes de maiores análises, mas que foram fundamentais para causar um verdadeiro genocídio dos povos originais americanos, abrindo espaço para a colonização do atual território brasileiro. Para além das epidemias já conhecidas e trazidas da Europa, também abordaremos casos de infecção proposital, como aquelas usada para eliminar a resistência dos indígenas potiguares entre os séculos XVI e XVII, sendo roupas com varíolas intencionalmente expostas a esses grupos, usadas como verdadeiras armas biológicas (GURGEL, 2009, p. 125-126).

Como dito anteriormente, foi na natureza que as comunidades humanas primeiro encontraram prevenção, cura ou alívio para suas dores e enfermidades. Nesta dissertação, trabalharemos com as plantas medicinais presentes no atual território brasileiro e os grandes

conhecedores de suas virtudes, os povos indígenas. Serão abordados, portanto, os métodos de cura utilizados por estes grupos, o uso que faziam da biota local, o contato com os europeus a partir do século XVI e a apropriação destes últimos em relação aos elementos curativos desses saberes tradicionais dos povos originais.

Esse processo de apropriação acabou sendo feito por uma necessidade de sobrevivência. As mezinhas e boticas conhecidas na Europa não chegavam em grande quantidade na colônia e, quando chegavam, encontravam-se, em grande medida, já corrompidas pela viagem a bordo das naus. Para além disso, a eficácia das plantas locais para o tratamento de dores e enfermidades ficou atestada nos escritos dos cronistas do primeiro século de ocupação da terra, contribuindo para o alargamento de seu uso (CARNEIRO, 2011, p. 23-25).

Com o tempo, essas plantas ganharam o mundo. Este é um assunto também presente nesta dissertação, já que propiciou uma grande circulação de plantas e saberes. Autores já refletiram acerca desta “Cultura do Renascimento” e das Grandes Navegações do século XVI como sendo um período de intercâmbios diversos, especialmente cultural entre os continentes. Para além de pessoas, plantas e conhecimentos também viajaram com os navios. O próprio movimento de expansão marítima ocorreu na busca por plantas e, neste caso, as plantas americanas, acabaram entrando no mesmo processo de circulação e comércio global, fossem alimentícias ou medicinais (GESTEIRA, 2013, p. 14).

Assim, a fim de tratar a respeito das plantas medicinais americanas e os usos a elas destinados, trabalharemos com 3 grupos das mesmas, classificadas em cicatrizantes, purgantes e venenos/antídotos. Gostaríamos de chamar a atenção que nas fontes, uma mesma planta pode ter mais de uma propriedade terapêutica, como fica evidenciado ao longo da pesquisa.

No primeiro capítulo decidimos trabalhar com elementos da biota americana que apresentam alguma propriedade cicatrizante. Esse estudo se justifica pela própria dinâmica da vida colonial. Ao adentrarmos a realidade do colonizador, dos povos indígenas e outros grupos formadores da sociedade da América portuguesa, podemos perceber que este cotidiano se dava, em muitos casos, nas áreas rurais ou então em meio às matas fechadas.

Dessa forma, o perigo de quedas, fraturas, cortes e infecções advindas de um ferimento exposto se manifestava dentre os maiores temores destes agentes, fazendo-se necessário encontrar, na natureza, uma terapêutica adequada. Ao longo da dissertação, poderá ser notado que para todos esses males existiam elementos a fim de amenizar a dor ou auxiliar no processo de epitelização do tecido rompido. Alguns cronistas vão ainda mais longe e falam até mesmo de bálsamos utilizados para evitar gangrena. Tudo isso baseado em um saber

indígena que, mesmo tendo origem em culturas ágrafas, possuíam uma tradição de transmitir tais saberes sobre as propriedades da natureza americana de geração em geração (GURGEL, 2009, p. 20).

Copilados em textos e relatos de viagens pelos colonizadores europeus, os venenos e seus antídotos também foram objeto de interesse desta pesquisa, trabalhados no segundo capítulo. A partir do século XVI, proliferaram textos escritos que demonstravam a admiração dos europeus pela fauna e flora do continente americano. Essa grande biodiversidade também dava “dor de cabeça” aos habitantes da colônia já que animais perigosos e peçonhentos também estavam presentes.

Dessa maneira, a possibilidade de encontrar animais como cobras e aranhas deixavam os moradores alarmados, como atestado pelas fontes. Como era um perigo eminente, fez-se necessário conhecer os contravenenos a serem utilizados em caso de necessidade. Em expedições para o interior, por exemplo, era comum pessoas do grupo levarem “caixas de botica”. Essas eram compostas por medicamentos diversos para serem aplicados sempre que requeridos, sendo os antídotos sempre presentes nas mesmas (ELDER, 2006, p. 67).

Também destacamos, nesta parte da pesquisa, os envenenamentos acidentais e propositais. Os primeiros poderiam acontecer em caso de desconhecimento de algum fruto venenoso (e aquele que dela se alimentou ser intoxicado). Por isso, alguns autores coloniais chamavam a atenção em seus escritos para o cuidado com frutos que, apesar de parecerem muito bonitos, poderiam ser perigosas. Já no segundo caso, foram elencadas nas fontes alguns casos em que os compostos peçonhentos foram utilizados para eliminar algum desafeto ou mesmo marido violento. Devido a toda essa situação, conhecer os venenos e substâncias capazes de neutralizarem seus efeitos no organismo era fundamental (SOUSA, 1971, p. 175; THEVET, 1978, p. 200).

No terceiro capítulo da dissertação, trataremos dos elementos purgativos da fauna e flora medicinais da América portuguesa. Esse grupo de medicinas era indicado para finalidades diversas, desde o reequilíbrio humoral dos corpos (típico da medicina Hipocrático-Galênica) até prisão de ventre. Dessa maneira, acabou sendo utilizado em situações diversas do cotidiano colonial, sendo também exportados para o mundo todo, a exemplo da ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) planta cujas raízes tinham propriedades eméticas e purgativas.

## Capítulo 1 – Os cicatrizantes nas fontes e na vida colonial

Os relatos produzidos no primeiro século de colonização da América portuguesa, demonstram um grande interesse na natureza local. Em uma região tropical, esta apresentava-se de maneira diversa do que estava presente na mentalidade europeia de então, continente de onde são oriundos os autores desta documentação. Por conta disso, todo o mundo natural passa a ser insistentemente descrito a fim de buscar criar algum tipo de inteligibilidade sobre o “novo”<sup>1</sup>.

Destaca-se, nestas fontes, a intensa preocupação em identificar e extrair os elementos medicinais presentes na flora americana. De conhecimento (por vezes até mesmo milenar) dos povos indígenas, devido à própria dinâmica interna colonial, esses elementos de propriedades terapêuticas passam a ser apropriados pelos colonizadores para servir aos seus interesses, além de ressignificá-los dentro do paradigma vigente então no dito “Velho Mundo” (EDLER, 2006, p. 24). Das plantas curativas presentes nestes relatos de viagens, cartas e crônicas produzidas sobre a terra, destacamos alguns grandes grupos a serem trabalhados. Neste primeiro capítulo, analisaremos os cicatrizantes.

Estes compostos, apresentam-se em larga medida, como óleos-resinas retirados dos troncos de árvores por meio de “talhos” ou perfurações, como no caso da copaíba (*Copaifera spp*) e embaúba (*Cecropia spp*). Ou então como alcaloides extraídos de outros vegetais, a exemplo da folha de tabaco (*Nicotiana tabacum*) amassada e posta sobre as chagas (CARDIM, 2015, p. 15 e 22; SOUSA, 1971, p. 182).

Os cicatrizantes representaram uma das maiores preocupações dos colonizadores em terras americanas, algo que podemos notar devido à intensa e sistemática descrição destes elementos por diversos cronistas. Devido à uma vida sendo levada em meio às matas fechadas ou na área rural, ou mesmo devido ao trabalho cotidiano nas cidades, cortes, perfurações e quedas eram uma constante no cotidiano colonial, gerando inconvenientes, como dores e infecções a serem matizadas com estes produtos fornecidos pela natureza. Neste capítulo, portanto, buscamos compreender os elementos epitelizadores presentes na biota local, a forma como aparecem nas fontes, sua importância no dia a dia deste contexto e elementos simbólicos de representação dos biomas do litoral e interior do território que perpassaram este primeiro século na América portuguesa.

---

<sup>1</sup> A fim de estudar este assunto, achamos pertinente a obra *O diabo e a terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza (1994), ao trabalhar com a dialética do “novo” e do “velho”. Assim, ao aportar em terras americanas, os europeus ao mesmo tempo que se deparavam com o “novo”, buscavam analisar toda esta natureza, diferente do que conheciam até então, dentro do já conhecido. Fossem através das antigas crenças no Paraíso Terreal ou então por meio da Filosofia Natural europeia, estes colonizadores e cronistas buscavam dar inteligibilidade à natureza americana baseado no arcabouço de conhecimento que já possuíam.

### **1. 1 – Para “limpar matéria” e “soldar carne quebrada”: os cicatrizantes nas fontes do primeiro século de colonização.**

Nosso objetivo é analisar as descrições, usos, categorizações e apropriações da flora medicinal da América Portuguesa no primeiro século de colonização (XVI). Optamos por trabalhar não com plantas, em específico, mas sim com grandes grupos das mesmas, que apresentaram semelhanças em suas propriedades curativas, e a forma como foram classificadas nas concepções de medicina do período, além compreender as ressignificações destes elementos botânicos para os vários atores<sup>2</sup> do contexto estudado. Construindo um tipo de medicina e simbologia das plantas medicinais que faziam sentido para eles, a terapêutica colonial produziu uma série de significados e significações sobre os elementos medicamentosos do reino vegetal.

Por meio do estudo da circulação de saberes (LEITE, 2011, p. 8-10) buscaremos mergulhar nesta realidade, analisando as mais diversas concepções e usos sobre as plantas medicinais pela população da *terra brasilis*. Longe de ser homogêneo, o discurso oficial que se pretendia erudito e puramente racional nunca conseguiu total apelo principalmente entre os grupos populares, algo que explanaremos melhor ao longo desta dissertação (GURGEL, 2009, p. 92 e 146).

Assim, para alcançar os resultados propostos, acreditamos que o trabalho com agrupamentos maiores destes vegetais americanos seria mais produtivo, já que podemos elencar diversos deles e a importância que adquiriram na vida colonial. Por meio da análise da documentação produzida que adveio deste primeiro contato entre os povos do “Velho” e do “Novo Mundo”, podemos circunscrever certas plantas dentro de características maiores, afim de estudá-las em conjunto.

De tipologias diversas, as fontes que buscaremos analisar partem sempre da perspectiva europeia ao descrever uma natureza até então desconhecida e, em larga medida, diferente do que se tinha até então em seu arcabouço de conhecimento, advindo da Filosofia Natural<sup>3</sup>. Estas constituem-se em cartas, crônicas e relatos de viagens, produzidas por autores

---

<sup>2</sup> Mais do que trabalhar com a concepção de medicina corrente na Europa da época, que se deixa transparecer nas fontes, buscaremos sempre ressaltar que todo este conhecimento da natureza americana pertence ao arcabouço de saber, por vezes até mesmo milenar, dos povos indígenas. Além disso, por meio do estudo da circulação de saberes, mergulharemos nos usos, simbologias e representações que a população colonial em geral fazia de medicina e da aplicação destas plantas medicinais, buscando atender a uma análise da lógica interna do saber e uso destes compostos (EDLER, 2006, p. 24; LEITE, 2011, p. 8-10).

<sup>3</sup> Podemos dizer que, embora ainda não recebesse esse nome, a Filosofia Natural tem sua origem na Antiguidade Clássica, entre os gregos. Este modelo de análise prezava pelo estudo do cosmos por vias “racionais”, ou seja, buscava se distanciar da explicação mitológica dos fenômenos naturais e de tudo o que era vivo ou passível de mudança (GRANT, 2009, p. 21).

de diferentes origens sociais, como missionários (católicos e protestantes), senhores de engenho, mercenários, colonizadores e viajantes em geral.

Além disso, é preciso destacar a procedência diversa dos mesmos: do reino de Portugal, Espanha, França, Península Itálica e alemães do Sacro Império. Isso se faz necessário, pois a origem destes autores coloniais reflete, em seus escritos, os interesses do que estavam buscando no continente americano. Assim, enquanto podemos perceber os portugueses e luso-brasileiros tentando chamar a atenção do rei para a necessidade de defesa destas terras, preteridas, inicialmente, em nome do comércio com o Oriente (GÂNDAVO, 2008, p. 29; SOUSA, 1971, p. 58-59; VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 7), temos os franceses buscando encontrar um meio de fixar população e construir fortalezas justamente para se defender dos primeiros (LÉRY, 1961, p. 39, 68-70; THEVET, 1978, p. 93-94).

O que mais nos chama a atenção, para os propósitos desta pesquisa, é que todos eles, em suas crônicas e relatos, buscam, de alguma maneira, descrever, analisar e categorizar a fauna, flora e elementos minerais da América Portuguesa. Consideramos que, para além do já mencionado encantamento, produzido nos primeiros contatos, havia elementos de interesse por trás da produção destes registros. Prova disso é o fato de que muita desta documentação foi guardada e mantida em sigilo pelos soberanos de algumas nações europeias, já que estas informações poderiam ter grande uso estratégico (GESTEIRA, 2013, p. 42).

Dentro das descrições da botânica local, podemos identificar um interesse especial com a preocupação demonstrada por estes colonizadores com as plantas de uso medicinal. De conhecimento milenar ameríndio, estas foram apropriadas e ressignificadas no processo de colonização, sendo fundamental para seus próprios propósitos de estabelecimento em terras americanas.

A curiosidade destes primeiros europeus nos trópicos é muito grande, o que fica claro pela enorme quantidade de informações produzidas por eles e o entusiasmo com a flora americana nelas presentes. Américo Vespúcio, ao falar da vegetação da colônia Portuguesa em 1501, portanto no início da exploração do “novo” continente, nos diz:

Ali todas as árvores são odoríferas e cada uma emite de si goma, óleo ou algum líquido cujas propriedades, se fossem por nós conhecidas, não duvido que seriam saudáveis aos corpos humanos. Certamente, se o paraíso terrestre estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões, cuja localização, como disse, é para o meridiano, em tão temperado ar que ali nunca há invernos gelados nem verões férvidos (VESPÚCIO, 2014, p. 10).

Um dos motivos que levou a isso, talvez tenha sido até mesmo uma necessidade de sobrevivência. Era fundamental saber identificar, extrair e preparar os compostos medicinais para serem utilizados em caso de necessidade. Vivendo uma rotina em meio à Mata Atlântica, com densas florestas, seja ao transitar entre elas ou então para abrir “picadas” a fim de possibilitar a fixação de população e atividades agrícolas, podemos presumir que eram constantes os cortes, ferimentos e quebra-dura de membros no cotidiano do século XVI. Neste caso, os elementos cicatrizantes assumiam papel fundamental ao auxiliar na epitelização do tecido rompido ou até mesmo, como no caso de alguns óleos-resinas, como aquele alcançado a partir de “talhos” no tronco da copaibeira (*Copaifera spp.*) impedir uma maior infecção, devido à sua ação antisséptica (MONTES et al, 2009, p. 61-63).

Podemos observar também, nestes relatos, algo que fazia parte da própria forma de representar e compreender o mundo no início da era moderna: o Princípio das Similitudes<sup>4</sup>, conceito explorado pelo filósofo francês Michel Foucault (2000, p. 23). As similitudes diziam respeito a uma forma de saber que compreendia um mundo holístico e, dentro de uma sociedade cristã, plenamente e ordenadamente organizado por Deus, que tinha na natureza muitos de seus “signos”, a serem descobertos pelo homem por meio dos estudos<sup>5</sup> e observação.

Os mistérios divinos também foram fundamentais para outra concepção que norteou os passos dos colonizadores e entendimento europeu sobre a América: a Teoria da Economia da Natureza<sup>6</sup> (FOUCAULT, 2000, p. 35 e 58; PISO, 1948). Essa ideia pressupunha que o Criador, em toda a sua perfeição, teria distribuído no meio ambiente dos diversos locais do

---

<sup>4</sup> É uma forma de compreender e representar o mundo. No nosso caso, focaremos no mundo natural e a disposição dos elementos nesta mesma natureza. Ao aportarem na América, era necessário explicar tamanha variedade de plantas, por exemplo, muitas das quais desconhecidas na Europa e como se dava sua distribuição geográfica. De acordo com Michel Foucault, até o século XVI a semelhança desempenhou grande papel na construção do saber ocidental. Assim, as similitudes se dividem em quatro, das quais destacaremos duas que ajudarão a guiar a pesquisa e a melhor compreensão da mentalidade da época que transparece nas fontes: *convenientia* (são convenientes as coisas que, se aproximando uma das outras, vem a se assemelhar), que indica um universo holístico, com um todo interligado entre si, a exemplo de corpo e alma. *Aemulatio* (é como uma *convenientia*, mas não mais do que está interligado, e sim aquilo que está longe ou disperso), ou seja, ela é como um espelho. Por ela, as diversas coisas do mundo se espalham e se correspondem. Podemos dizer que, dentro desta concepção, tornava-se possível compreender a multiplicação de plantas da mesma espécie ou características semelhantes entre espécies diferentes que as permitissem serem classificadas de acordo com alguns padrões. É por meio dela que as fontes retratam o “desconhecido” com base no já conhecido, dentro de uma operação de tradução do que se vê, por isso a busca constante por ligar os elementos da flora americana com aquilo que ela se assemelhava na Europa. Este princípio é fundamental nesta nossa pesquisa para compreender as descrições e categorizações presentes na documentação (FOUCAULT, 2000, p. 23-28).

<sup>5</sup> Dessa forma, dentro desta ideia que se fortalece com a Cultura do Renascimento, estudar era uma forma de agradar à Deus. Passou-se a conceber que não apenas o livro sagrado (Bíblia) poderia levar ao conhecimento de Deus, mas o “livro da natureza também”. Este, escrito pelo Criador, estaria cheio de marcas e signos ocultos a serem desvendados (GESTEIRA, 2004, p. 73).

<sup>6</sup> Ideia de que Deus não teria feito nada “a toa”. Ou seja, distribuiu pelas regiões do globo os elementos naturais que tivessem certa utilidade local. Essa ideia é referendada pelo holandês Guilherme Piso no século XVII.



planeta os elementos naturais (como as plantas) que tivessem utilidade em determinado ponto da terra. Assim, na América, as enfermidades locais poderiam ser tratadas com aquilo que esta própria natureza poderia fornecer. Dessa maneira, o contato com os povos indígenas e a busca por informações sobre as propriedades curativas das plantas tornou-se quase um imperativo. Estas duas noções, portanto, guiaram a forma como seria representada a natureza americana. Formando parte da nossa metodologia de análise nesta pesquisa, tal abordagem pode contribuir à uma melhor compreensão das fontes aqui eleitas. Porém não podemos achar que os autores das fontes aqui analisadas ou mesmo os colonizadores em seu dia a dia eram reféns desses paradigmas. Não à toa, buscavam, quando possível, tratamentos típicos de sua terra natal mesmo em solo americano.

Ao aportar em terras desconhecidas e, por vezes, até mesmo “hostis”, o ser humano busca alguns princípios básicos, como entendimento sobre o mundo novo que o cerca, além de tentar reproduzir seus costumes e modos de vida da terra natal (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRACHT, 2013, p. 345-347). No primeiro caso, por meio das já citadas similitudes, transparece na documentação legada, a busca constante por realizar paralelos com o já conhecido na Europa com forma de dar inteligibilidade ao “novo”, como podemos perceber da narrativa do senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa ao explicar a mandioca para seus congêneres europeus:

Mandioca é uma raiz da feição dos inhames e batatas, e tem a grandura conforme a bondade da terra, e a criação que tem. Há casta de mandioca cuja rama é delgada e da cor como ramos de sabugueiro, e fofos por dentro; a folha é da feição e da brandura da da parra, mas tem a cor do verde mais escura; os pés dessas folhas são compridos e vermelhos, como os das mesmas parreiras (SOUSA, 1971, p. 172).

Ou então ao tentar traduzir a Embaúba (*Cecropia spp.*), utilizada como cicatrizante, diz que “a folha é como da figueira”, complementando com o fato de que “os frutos dessa árvore são umas candeias e cachos como as dos castanheiros [...] tem dentro uns grãos de milho, como os figos passados” (SOUSA, 1971, p. 203).

Já no intento de reproduzir um modo de vida da terra natal, podemos encontrar referências a adaptação alimentar nos trópicos, pela qual os povos do Velho Mundo tiveram que passar. Assim, a mandioca passa a ser o “pão” e o cauim o “vinho da terra”<sup>7</sup>, dentre outras mudanças necessárias (CARDIM, 2015, p. 18-19). Podemos encontrar um movimento

---

<sup>7</sup> A simbologia que perpassa o pão e o vinho é muito forte na cultura ocidental, algo mantido e potencializado pelo cristianismo. O pão é dado como símbolo de alimento por excelência. Além disso, são dois produtos utilizados com frequência nos ritos cristãos (CERTEAU, 1999, p. 87-89). Cardim, como padre jesuíta, se preocupa com sua disponibilidade (ou falta) na América Portuguesa.

semelhante no que tange à botânica de base terapêutica: por conta da dificuldade da importação dos *simples*<sup>8</sup> diretamente da metrópole, fazendo com que estragassem rapidamente ou alcançassem um alto preço no mercado local, os agentes coloniais precisaram se afeiçoar às plantas curativas locais. Como as mezinhas europeias eram poucas e, portanto, de elevado preço, o contato com os povos indígenas, as descrições e transmissão de conhecimento sobre as propriedades medicinais dos vegetais da América Portuguesa foram fundamentais para sua sobrevivência neste ambiente (APOLINÁRIO, 2013, p. 182 e 186).

A descoberta de todo esse arsenal terapêutico, além do contato com os povos originais, foi motivada pelo contexto da denominada “Cultura do Renascimento”<sup>9</sup>. Esta, mesmo dizendo-se herdeira do saber antigo, foi responsável por muitas das críticas dos filósofos da antiguidade (FOUCAULT, 2000, p. 46). Ao explorarem um universo até então desconhecido por seus antecessores, muito do conhecimento<sup>10</sup> anteriormente considerado um cânone, fora desconstruído a partir do século XVI e o movimento das Grandes Navegações, gerando uma mudança nos quadros do saber europeu e a incessante busca por descobrir novidades do mundo todo (BRACHT, 2013, p. 10-11).

Decorrente desta situação de necessidade, curiosidade ou produção de informações estratégicas, somadas às buscas por substituir os bálsamos já conhecidos no Velho Mundo, os cicatrizantes ganham lugar de destaque nas narrativas dos primeiros séculos de colonização. Na documentação do período, sobressaem, sem sombra de dúvidas, como um dos produtos medicamentosos mais citados, descritos e analisados.

---

<sup>8</sup> Os simples eram os elementos puros retirados da natureza, utilizados, pelos boticários ou outros agentes de cura da colônia, para produzir os medicamentos compostos, ou as mezinhas, que uniam mais de um destes componentes (LEITE, 2013, p. 58).

<sup>9</sup> Ou o que se convencionou chamar de “Cultura do Renascimento”. Primeiro que o conceito de Renascimento é posterior, típico do século XIX e, ainda assim, o que se entende por este movimento não é consensual. Aqui, buscamos utilizar os estudos de Jean Delumeau para o qual a Cultura do Renascimento significa “a crítica do pensamento clerical da Idade Média, a recuperação demográfica, a aventura marítima, uma estética nova, um cristianismo reelaborado e rejuvenescido” (DELUMEAU, 1983, p. 21). Além disso, também representou uma era de desenvolvimento técnico, curiosidade e novos paradigmas filosóficos-naturais (baseados na análise empírica) nunca antes experimentados. É neste último caso que se enquadra nossa pesquisa, buscando analisar a Filosofia Natural da era renascentista, suas pesquisas de campo e crônicas com autores que entraram em contato com o objeto estudado, rompendo, em alguma medida, com a forma de se produzir conhecimento na antiguidade e período medieval (DELUMEAU, 1983, p. 23-25). Isso não significa que esta “nova forma de pensar e estudar” tenha se imposto de uma só vez ou então para todo o conjunto da sociedade, mas sim que foi um processo que passou a se estruturar a partir do século XV, recebendo grande impulso com a chegada à América e a todo um mundo natural novo que se apresentava aos olhos europeus.

<sup>10</sup> Podemos citar como exemplo o caso da impossibilidade de habitar a denominada Zona Tórrida, local da terra em que o sol incidiria seus raios de maneira direta. Crença do período da Antiguidade e Idade Média, devido ao intenso calor que se abateria sobre a região, a sobrevivência humana seria impedida. Com as Grandes Navegações alcançando os trópicos, as fontes vão passar a questionar, de maneira mais abrangente, a autoridade dos antigos para falar sobre assuntos da natureza, já que a experiência teria provado o contrário, como nos demonstra o padre franciscano francês André Thevet em sua viagem à França Antártica (THEVET, 1978, p. 68).

Em artigo sobre a busca por fármacos substitutos no novo mundo, Alfonso-Goldfarb, Ferraz e Beltran (2010, p. 1620-1621) nos demonstra que, a busca por elementos que ajudassem no processo de epitelização se dava antes mesmo da chegada dos europeus nestas terras. Isso ocorreu por conta da falta do “bálsamo verdadeiro”<sup>11</sup> no mercado ocidental desde a conquista otomana do entroncamento que ligava o comércio da Europa com o Oriente e a monopolização deste produto pelo Estado turco.

Ao chegar no “Novo Mundo”, devido à idealização inicial de sua natureza, fortaleceu-se a ideia de que poderia aqui ser encontrado plantas e elementos curativos para diversas enfermidades (SEIXAS, 2003, p. 177). Claro, não podemos imaginar que os cicatrizantes ficariam de fora. Seja pela procura anterior ou pela vida colonial, passada, em grande medida em meio às matas fechadas, fornecendo perigos como quedas, escoriações, mordidas de animais ou espinhos entre a vegetação, estes extratos medicamentosos foram motivo de grande preocupação no início do processo colonizatório.

Mais do que o processo de epitelização em si, estes óleos-resinas se tornavam fundamentais para “curar feridas velhas”, que ainda mantinham cicatrizes, como era o caso das favas de mucuná (*Mucuna puriens*) (SOUSA, 1971, p. 205), planta de origem africana que chegou até a América portuguesa pelas mãos dos primeiros escravos negros. Havia também os extratos vegetais usados para “não criar matéria”, como era o caso do óleo de copaíba (*Copaifera spp*) (SOUSA, 1971, p. 203). “Criar matéria” era o termo utilizado para descrever os sintomas de infecção de pele como a formação de purulência no local de uma lesão ou corte. Não é difícil constatar que o óleo de copaíba permanece, até hoje sendo empregado para impedir uma infecção em ferimento exposto por algum agente externo, como bactérias (CARVALHO; MILKE, 2014, p. 27). Importante recordarmos que um simples ferimento pode levar a uma grave evolução do quadro clínico, como uma sepse que, em última instância, pode levar o indivíduo infectado à óbito (CAMPOS; BORGES-BRANCO; GROTH, 2007, p. 51-54).

Dessa maneira, os saberes indígenas sobre óleos de árvores, geralmente extraídos de seus troncos, como a Cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), Embaúba (*Cecropia spp*), Caroba (*Jacaranda caroba*), ou então extratos vegetais a exemplo do sumo da folha do tabaco (*Nicotiana tabacum*) ou Capeba (*Pothomorphe peralta*) chamaram a atenção dos atores

---

<sup>11</sup> Este era um mito antigo, que previa um bálsamo “ideal” para a cura de ferimentos, vindo do Oriente, que eram extratos retirados das variantes de *Commiphora gileadense* (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ; BELTRAN, 2010, p. 1620-1621). Entranhado na mentalidade europeia, ele é descrito como bálsamo verdadeiro por Fernão Cardim, ao fazer um paralelo entre este cicatrizante e a cabureíba, também denominada cabreúva (*Myrocarpus frondosus*) (CARDIM, 2015, p. 15).

coloniais e foram listadas sobremaneira pelos cronistas, já que apresentavam, por meio de práticas empíricas, poder de cura de feridas. De todas, o destaque para copaíba, insistentemente descrita na documentação do século XVI:

De tão santa árvore como a do bálsamo merece ser companheira e vizinha a que chamam copaíba, que é árvore grande cuja madeira não é muito dura, e tem a cor pardaça; e faz-se dela tabuado; a qual não dá fruto que se coma, mas um óleo santíssimo em virtude, o qual é da cor e clareza de azeite sem sal; e antes de se saber sua virtude servia de noite nas candeias. Para se tirar este óleo das árvores dão um talho com um machado acima do pé, até que lhe chegam à veia, e como chegam corre este óleo em fio, e lança tanta quantidade cada árvore que há algumas que dão duas botijas cheias [...] Este óleo tem bom cheiro, e é excelente para curar feridas frescas e as que levam pontos da primeira curam, soldam se as queimam com eles, e as estocadas ou feridas que não levam pontos se curam com ele, sem outras mezinhas (SOUSA, 1971, p. 202-203).

Um certo gênero de árvores ha tão bem pelo mato dentro da Capitania de Pernãobuco a que chamam Copahibas de que se tira bálsamo mui salutifero e proveitoso em extremo, para enfermidades de muitas maneiras [...] para feridas ou quaisquer outras chagas, tem a mesma virtude, as quais tanto com que lhe acodem, saram mui depressa, e tira os sinais de maneira, que de maravilha se enxerga onde estiveram e nisto faz vantagem a todas as outras medicinas (GÂNDAVO, s.d., p. 15-16).

Como dito anteriormente, seja pela falta ou escassez dos produtos de boticas já conhecidos na Europa, os agentes coloniais precisaram se adaptar a uma nova realidade e utilizar os produtos “da terra”. Isso tudo, para além da busca pela captura de gentios ou então pela procura de pedras e metais preciosos, levou-os a uma incessante busca por expandir o conhecimento sobre as matas. Não raramente expedições exploratórias para o interior eram organizadas, como as que realizou, por diversas vezes, o senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa na Bahia (SOUSA, 1971). Este autor descreve a natureza que vê com uma grande riqueza de detalhes.

Além dos autores que deixaram registros escritos, outros grupos sociais, em meio às vivências cotidianas, foram fundamentais para o reconhecimento e expansão do saber das plantas medicinais dos trópicos. Como o domínio das propriedades terapêuticas desses vegetais era majoritariamente indígena, aqueles que com eles tiveram mais contato foram os maiores beneficiados com este arcabouço empírico sobre a natureza americana, como os bandeirantes e jesuítas. Os primeiros foram grandes responsáveis pelo conhecimento das matas e interiorização da conquista, não sem deixar um rastro de sangue nativo por onde passavam. Porém, em suas expedições, tomavam parte diversos dos povos originais, que acabavam transmitindo estes aprendizados sobre as enfermidades e possibilidades de cura com as plantas locais. Por este motivo, muitos destes antídotos ficaram conhecidos como

“remédios dos paulistas”, em um claro sinal de apropriação destes elementos (GURGEL, 2009, p. 149).

Já no caso dos inacianos, estes agiram como verdadeiros agentes de cura na colônia, desde o século XVI. Diversas das doenças “exóticas”<sup>12</sup> que grassaram em formas epidêmicas desde o início do processo de conquista da América, foram trazidas pelos Europeus, fruto das Grandes Navegações. Assim, no intento de converter os povos indígenas, os missionários, ao mesmo tempo que “levavam” estas enfermidades a eles, precisavam fazer também o trabalho terapêutico<sup>13</sup>. Porém, devido ao intenso contato, o processo de troca cultural sobre a flora *brasílica* fez com que os padres absorvessem e divulgassem pelo globo<sup>14</sup> toda sorte de informações sobre o poder de cura de nossos vegetais, além de sementes e espécimes que também viajaram com as naus (ELDER, 2006, p. 17-18; GESTEIRA, 2004, p. 71-72).

Devido a este acúmulo de saber, também construíram boticas nas quais as mezinhas eram compostas por diversos elementos da flora nativa da América portuguesa<sup>15</sup>. A documentação legada pelos jesuítas também forma um precioso instrumento de estudo médico na colônia, seja pelas farmacopeias elaboradas, ou então pelos relatos de missões no interior (CALAINHO, 2005), descrevendo o trabalho curativo realizado nos aldeamentos indígenas<sup>16</sup> e novas descrições de plantas medicinais, como realizado, por exemplo, por Fernão Cardim<sup>17</sup>, em expedições para os territórios indígenas controlados pelos padres:

Dalí fomos à aldeia de São João, duas léguas festa, onde houve semelhantes recebimentos e festas, com muita consolação dos índios e nossa. É coisa de grande alegria ver os muitos rios caudais e frescos bosques de altíssimos arvoredos, que todo o ano estão verdes e cheios de formosíssimos pássaros, que em sua música não dão muita vantagem aos canários, rouxinóis e pintassilgos de Portugal (CARDIM, 2015, p. 73)

<sup>12</sup> O termo é aqui utilizado dentro da lógica das ciências biológicas e da saúde, ou seja, como algo que é introduzido “de fora”.

<sup>13</sup> Devido ao seu caráter internacionalista, a Companhia de Jesus se embrenhou nos “sertões” da América Portuguesa com o fim de catequização dos povos nativos. Como eram religiosos e, por isso, tinham acesso à educação, muitos aprendiam as artes de cura que, em caso de necessidade, como este aqui exposto, foi utilizado para o tratamento de enfermidades nas aldeias. Isso tudo, somado à necessidade de desbancar a autoridade dos pajés, que realizavam a ponte com o mundo do sagrado para o restabelecimento da saúde do enfermo, levou os inacianos a praticarem ofícios médicos na colônia (GURGEL, 2009, p. 93-94).

<sup>14</sup> Devido à construção de uma “rede” que abarcava uma grande parte do mundo alcançado pelas Grandes Navegações, os jesuítas trocavam informações, mudas e sementes de plantas de todo o globo, levando à aclimação e introdução de espécies vegetais por onde quer que passassem (GESTEIRA, 2004, p. 78-79).

<sup>15</sup> A maior e mais completa botica do período colonial, a do Colégio da Bahia, foi construída e administrada pelos membros da ordem (CAMINHA, 2014, p. 7).

<sup>16</sup> Ao lado dos colégios da ordem, além das já mencionadas boticas, havia enfermarias para tratar membros da própria Companhia, viajantes (especialmente aquelas localizadas próximas aos portos, devido aos perigos das viagens transatlânticas) e despossuídos, como uma forma de trabalho caritativo. O dever de ajudar aos pobres estava no cerne deste trabalho terapêutico realizado pelos missionários (SOUZA, 2018, p. 201).

<sup>17</sup> Padre jesuíta português, veio para a colônia como enviado da Companhia de Jesus a fim de analisar o trabalho realizado pelos membros da ordem e comunicar as novas disposições acertadas na Europa.

Como fica claro nessa passagem, um dos maiores objetos de atenção dos missionários era a natureza, e, expresso neste excerto, as árvores. Com estas viagens e o contato com os povos ameríndios, um arcabouço de conhecimento sobre a botânica terapêutica local, especialmente os cicatrizantes, foi formado por estes missionários, como o próprio Cardim sugere ao falar da Cabureíba<sup>18</sup>:

Esta árvore é muito estimada, e grande, por causa do bálsamo que tem; para se tirar esse bálsamo se pica a casca da árvore, e lhe põem um pequeno d'algodão nos golpes, e de certos em certos dias vão recolher o óleo que ali se estila; chamam-lhe os portugueses *bálsamo* por se parecer muito com o verdadeiro das vinhas de Engaddi; serve muito para feridas frescas, e tira todo sinal, cheira muito bem (CARDIM, 2015, p. 15).

O que nos chama a atenção é que, independentemente da origem étnico-social dos cronistas e viajantes que passaram por estas terras no primeiro século da colonização, as descrições a que ainda temos acesso se assemelham sobremaneira, conforme pode ser verificado nas mais diversas citações aqui realizadas. Neste ponto, retomamos o estudo de Michel Foucault (2000, p. 23-46), muito esclarecedor sobre o processo de representação mental que os europeus fizeram da natureza da América neste contexto. Por meio do “Princípio das Similitudes”, podemos desvendar melhor estes relatos e analisar o que está por trás de suas semelhanças narrativas.

Nas fontes estudadas, podemos perceber que, dado o descaso inicial pela América portuguesa em nome do comércio de especiarias com o Oriente, multiplicam-se os apelos de luso-brasileiros para que a coroa investisse mais em sua colônia. Com argumentos de que muito ainda estava por descobrir, podendo apresentar-se como potencial fonte de lucro para a coroa, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 39-40 e 132) e Pero de Magalhães Gândavo (2015, p. 53; 57 e 153), por exemplo, ao falarem das riquezas naturais do Novo Mundo constantemente incitam a monarquia a voltar seus olhos para o Atlântico, a ser melhor explorado.

Mesmo assim, muitas destas plantas cicatrizantes, de conhecimento até milenar dos povos indígenas, apropriadas, descritas e ressignificadas pelos colonizadores, continua sem muito aprofundamento no que se refere à uma investigação científica até os dias de hoje. Piriz *et al* (2014), nos demonstram isso, pois são grandes as potencialidades de auxílio no processo de epitelização que estes extratos vegetais podem proporcionar. De 52 plantas medicinais

---

<sup>18</sup> Outro nome para a já citada Cabreúva (*Myrocarpus frondosus*).

estudadas, muitas delas americanas, 88,5% demonstrou eficácia para a cura de feridas, ratificando uma antiga sabedoria popular. O que podemos perceber, recentemente, é um movimento de expansão no estudo das propriedades curativas das plantas encontradas em solo brasileiro, a partir de alguns incentivos do governo federal em 2006, 2009 e 2010<sup>19</sup>, porém, muito ainda precisa ser feito para o uso mais racionalizado e adequado das mesmas. Inclusive, com o fim de suprir a carência de medicamentos em regiões mais pobres do país (CARNEIRO *et al*, 2014). A exploração racional de fitoterápicos ainda pode ser um grande auxílio na preservação do meio ambiente nacional, desde que não seja feita de forma predatória.

## **1. 2 – Entendimentos e categorizações da flora brasílica: a medicina Hipocrático-Galênica e a Filosofia Natural.**

Como dito anteriormente, ao aportar no “Novo Mundo”, o que podemos perceber deste “choque inicial” foi uma grande idealização da terra e de seus habitantes. Por entrarem em contato com uma natureza até então desconhecida, os europeus buscaram torná-la inteligível. Tal dinâmica se deu por meio de paradigmas já existentes, a serem aplicados na fauna, flora e elementos naturais desta região.

O filósofo francês Michel Foucault, em seu livro *As Palavras e as Coisas*, realiza uma importante reflexão para a pesquisa aqui proposta, que propicia um melhor entendimento do que se passava na mentalidade dos europeus aos redigirem seus escritos. Isso nos fornece possibilidades metodológicas para compreendermos e lidarmos com as fontes documentais de maneira mais efetiva.

Por meio da Teoria da Economia da Natureza e do denominado Princípio das Similitudes os cronistas e viajantes deixaram registros sobre os trópicos muito semelhantes entre si, o que nos dá uma relevante fundamentação para pensarmos a representação do “Novo Mundo”. Muitas destas narrativas colonialistas, tiveram fortes impactos no decorrer da era moderna, já que a prática discursiva é fundamental para a criação de ideias. Estas, por sua vez, levam à ação (FOUCAULT, 2000, p. 23-46).

---

<sup>19</sup> Em 2006 foi instituída, por meio do decreto 5.813/2006, a Política Nacional de Plantas Mediciniais; em 2009 temos o lançamento da Relação Nacional de Plantas Mediciniais de interesse ao Sistema Único de Saúde; já em 2010, a RDC (Resolução da Diretoria Colegiada) nº 10, listou 66 plantas medicinais de eficácia já comprovada. Todas estas medidas tiveram por objetivo incentivar a pesquisa (até mesmo para conferir maior segurança na utilização destes compostos, amplamente disseminado na medicina tradicional e popular) e expandir o uso de fitoterápicos, especialmente em localidades mais pobres e afastadas do país, por vezes com falta de medicamentos, a ser utilizada, também, pelo próprio SUS (CARNEIRO *et al*, 2014, p. 48; PIRIZ *et al*, 2014, p. 629)

Por meio do estudo da linguagem, também uma das abordagens do intelectual francês, foram criados discursos a fim de representar os povos nativos e a terra. Estes acabaram por refletirem o ideário europeu de busca pelo “outro”, pelo “diferente”<sup>20</sup> e por elementos a serem descobertos e explorados economicamente, como podemos perceber no primeiro relato escrito sobre a América portuguesa: a carta de Pero Vaz de Caminha, endereçada a D. Manuel I em 1500. Nas palavras do cronista:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa [...] agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo [...] Todavia, um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra (CAMINHA, 1963, p. 2).

Contudo, a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem (CAMINHA, 1963, p. 8).

Este documento reflete, além do estudo da alteridade e visão do “outro”, o interesse dos habitantes do Velho Mundo pela exploração de recursos naturais da América. Além disso, ao romantizarem a imagem que se fazia desta região, enxergando aqui um verdadeiro Paraíso Terreal, verificamos também, nas narrativas, uma busca por substitutos de elementos naturais já conhecidos na Europa. Vivendo em um ambiente diferente e, por vezes, “hostil”, havia tanto a necessidade de adaptação dos hábitos alimentares, quanto de produtos médicos, a fim de garantirem a própria sobrevivência (VIOTTI, 2012, p. 15-16 e 24).

Desta maneira, com a Teoria da Economia da Natureza, buscarão, por meio do contato com os povos indígenas, produtos da natureza americana que resolvessem as enfermidades locais. Além disso, por meio das similitudes, saiam à campo para novas descobertas, motivadas por uma abordagem da Filosofia Natural no século XVI. Esta, previa que um universo holístico, organizado por Deus, escondia no seio da natureza seus segredos, a serem estudados e explorados pelo homem. Desta forma, em meio à Cultura do Renascimento, o ato de estudar também era uma forma de agradar ao Criador, desvendando seus mistérios

---

<sup>20</sup> A busca pelo “diferente” ou pelo “estranho” nas narrativas coloniais, está presente em diversas passagens das fontes produzidas sobre a *Terra Brasilis* e seus habitantes no século XVI, como fica claro no próprio título da obra de André Thevet, por exemplo, “As singularidades da França Antártica” (1978), que já deixa explícito o que o autor irá narrar para seus congêneres europeus. Ou então Jean de Léry, que em diversas ocasiões fala sobre como esta natureza, os habitantes, plantas e animais possuem seus elementos de “estranheza” (LÉRY, 1961, p. 92, 119, 165, 179 e 187).



(FOUCAULT, 2000, p. 36-38). Este pensamento sobressai em uma das primeiras crônicas produzidas sobre a colônia portuguesa, escrita por Pero de Magalhães Gândavo, ao falar da erva-viva, ou “sensitiva” (*Mimosa pudica*):

Esta planta deve ter alguma virtude mui grande, a nós encoberta cujo efeito não será pela ventura de menos admiração. Porque sabemos de todas as ervas que Deus criou, ter cada uma particular virtude com que fizessem diversas operações naquelas cousas para cuja fertilidade foram criadas e quanto mais esta a que a natureza nisto tanto quis assinalar dando-lhe um estranho ser e diferente de todas as outras (GÂNDAVO, 2008, p. 112).

Não foi pequena a admiração dos colonizadores ao terem contato com a erva-viva, uma planta que reagia (como se fosse um animal) ao mínimo toque. De fato, muitas foram as incursões ao interior do continente, nas quais seus agentes encontravam, descreviam e analisavam diversas plantas (muitas destas com potencial medicinal). Interessante observarmos que a prática de coleta e análise de espécies nativas não apenas era realizada de forma empírica e utilitarista. Houve um elemento de criatividade e curiosidade que transcendia as necessidades básicas humanas. Afinal, as buscas eram por estudá-las em seu todo, encaixando as mesmas, suas formas, benefícios ou perigos dentro dos parâmetros natural-filosóficos. O piã, por exemplo, doença local que atingia principalmente as crianças indígenas, nos é descrita pelo missionário franciscano francês André Thevet combinado com os elementos dessa Filosofia Natural:

É bem sabido que não existe coisa alguma entre a terra e o primeiro céu [...] que não estejam sujeitas a contínuas mutações e transformações. O ar que nos rodeia, não sendo um elemento simples, mas sim composto, não se mantém inalterável durante todo o tempo [...] E considerando que todas as doenças provêm ou do ar ou da maneira de viver (são os médicos que no-lo afirmam), achei que viria a propósito descrever uma moléstia muito espalhada e frequente nestas terras ocidentais americanas [...] Trata-se da doença chamada piã na língua dos nativos. Este mal não provém da insalubridade atmosférica, visto serem saudáveis e temperados os ares da América, o que dá para contar pelas frutas que esta terra produz [...] Portanto, seria o piã proveniente de certos abusos relacionados ao excesso de contatos carnavais entre homens e mulheres, de vez que essa população selvagem é demasiadamente luxuriosa e carnal (THEVET, 1978, p. 147).

Este modelo de interpretação da natureza, que prezava por uma estrutura lógica muito empregada no decorrer da era moderna para a explicação dos fenômenos, foi originado entre os gregos antigos e assimilada no decorrer dos séculos por diversas sociedades<sup>21</sup> (GRANT,

---

<sup>21</sup> Nascida entre os gregos, foi preservada no Império Romano e Bizantino, sendo, a partir desta localidade, assimilada pelos árabes. Com a expansão da cristandade e o surgimento das universidades a partir dos séculos XI

2009, p. 19). Desembarcando na América portuguesa com os europeus, foi o principal modelo teórico que norteou a elaboração da documentação sobre a botânica local. Combinada com a medicina Hipocrático-Galênica, se constituiu na principal forma de compreensão sobre a relação saúde/doença e como as plantas terapêuticas poderiam ajudar o enfermo a recobrar a vitalidade (SOUZA, 2018, p. 148-150).

Dessa forma, tais vegetais foram utilizados dentro desta visão de mundo e representação médica da Teoria Humoral. Esta, também herdada da Antiguidade Greco-Romana, conheceu um percurso semelhante ao da Filosofia Natural. Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., sobreviveu em Bizâncio e foi ressignificada pelos árabes, “retornando” à Europa após o ano 1000. Com o aumento do contato destes com as regiões orientais, fruto da expansão militar e comercial da Igreja e dos reinos medievais (REBOLLO, 2003, p. 288-291).

Com a consolidação das universidades, também neste contexto, temos um aprofundamento cada vez maior nos estudos de medicina segundo esta perspectiva. Em tese, esta concepção de saúde estava seguindo os moldes de um universo holístico, conforme mencionado anteriormente. Dessa maneira, havia o macro e o microcosmo, sendo este tudo o que existia na terra, vivendo em constante mudança e refletindo àquele. Já, na física, Aristóteles definia o mundo, como sendo formado por quatro elementos: fogo, ar, terra e água, cada um com suas compleições (GRANT, 2009, p. 29, 58 e 131).

Refletindo esta macroestrutura cósmica, a fisiologia corporal humana seria formada por quatro diferentes humores<sup>22</sup>, sendo eles: sangue (quente e úmido, como o ar), fleuma (frio e úmido, como a água), bÍlis amarela (quente e seco, como o fogo) e bÍlis negra (frio e seco, como a terra). O funcionamento corporal e a saúde dependiam do perfeito equilíbrio entre estes, sendo a doença causada pelo excesso, falta ou corrupção de um ou mais destes fluídos (EDLER, 2006, p. 34).

Portanto, o uso de medicamentos, dos quais aqui destacamos as plantas medicinais americanas, eram feitos dentro desta lógica, de repor ou eliminar os humores do moribundo. É por conta disso que eram constantes as operações de sangrias e aplicação/ingestão de sudoríferos ou purgantes. Por ora, vamos nos concentrar nos cicatrizantes do Novo Mundo e a maneira como os cronistas, apropriando-se de um conhecimento indígena das propriedades curativas das plantas, encontraram de encaixa-lo dentro da perspectiva vigente então.

---

e XII, na Europa, temos uma “volta” destes estudos no Ocidente, que foram fundamentais para embasar a Cultura do Renascimento, que estamos aqui analisando (GRANT, 2009, p. 19 e 131).

<sup>22</sup> “A conotação original da palavra ‘humor’, durante a Antiguidade greco-romana, era de alguma coisa úmida, relacionada a um líquido ou fluído” (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 10).

No estudo dos bálsamos americanos, Alfonso-Goldfarb, Ferraz e Beltran (2010) chamam a atenção para o fato de que na Europa sempre houve uma espécie de polêmica envolvendo estas substâncias. Por um “mito” datado de milênios, acreditava-se que havia o “verdadeiro”<sup>23</sup>, e outros que, mesmo sendo comercializados e utilizados, tinham um menor valor, seja financeiro ou simbólico. Sendo assim, a busca por esta planta era muito intensa, mas chegou a entrar em escassez quando os turcos conquistaram vastas regiões do Oriente Médio e seu governante passou a tratar estes arbustos como propriedade do Estado, impondo um regime de monopólio.

Esse caso serve para nos demonstrar que as plantas medicinais são mais do que simples elementos botânicos utilizado pelos seres humanos com seus fins terapêuticos. Estes produtos possuem toda uma simbologia por trás, interferindo até mesmo na política e no curso da História. Porém, com esta situação, contemporânea à chegada dos europeus aos trópicos, a busca por substitutos fora potencializada, já que uma natureza provedora e “maravilhosa” como esta, poderia render bons frutos (SEIXAS, 2003, p. 177).

Podemos considerar que este seja um dos motivos que faz com que os bálsamos sejam constantemente elencados e descritos nas narrativas coloniais. Muitas delas visando chamar a atenção do rei para que este voltasse mais seu olhar para a América, podendo disso, tirar muito proveito para a metrópole. Nas palavras de Pero de Magalhães Gândavo:

Minha tensão não foi outra neste sumário [...] senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil, para que esta fama venha à notícia de muitas pessoas que nestes reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhê-la para seu remédio por pobres e desamparados que sejam. E assim cada vez vai se fazendo mais próspera [...] vão se fazendo nelas grossas fazendas [...] e também se espera desta província que por muito tempo floresça tanto na riqueza como as Antilhas de Castela por que é certo ser em si a terra muito rica e haver nelas muitos metais, os quais até agora não se descobrem [...] Mas permitirá nosso Senhor que ainda em nossos dias se descubram nela grandes tesouros, assim para serviço a aumento de S.A., como pelo proveito de seus vassallos que o desejam servir (GÂNDAVO, 2008, p. 29).

Dentro destes elementos a serem explorados, os bálsamos cicatrizantes estão, como dito anteriormente, entre os mais chamativos. Geralmente derivados de óleos ou resinas dos troncos de árvores ou então de extratos das folhas dos vegetais, estes medicamentos possuíam vários fins para além da epitelização: ação anti-inflamatória, uso para iluminação nas

---

<sup>23</sup> Extraídos das plantas *Commiphora gileadense* ou *C. opobalsamum*, que, ao que tudo indica, são oriundas do Oriente Médio (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ; BELTRAN, 2010, p. 1620).

candeias<sup>24</sup>, amenizar dores em locais específicos por meio de aplicação torpe e função antisséptica, percebida de maneira empírica por estes colonizadores como nos diz Gabriel Soares de Sousa sobre o óleo da copaíba: “com o qual se cria a carne até encourar, e não deixa criar nenhuma corrupção nem matéria” (SOUSA, 1971, p. 203).

Assim, por levar uma vida errante e, em grande medida, em meio às matas fechadas, os agentes coloniais fizeram grande esforço para reconhecer e extrair os elementos cicatrizantes da vegetação local. Alguns, como dito, legaram documentos escritos a respeito, dentro dos quais podemos entender o encaixe destes óleos (na maior parte dos casos), na medicina Hipocrático-Galênica.

Porém, existe uma grande dificuldade e, talvez, até mesmo uma contradição nas tentativas dos cronistas ao tentarem encaixar estes medicamentos no paradigma médico acima mencionado. Em alguns, encontramos referências a eles como sendo de compleição quente, com a mesma função epitelizadora. O senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, ao falar sobre as propriedades da árvore de almecega relata que:

Esta almécega é muito quente por natureza, da qual fazem emplastos para defensivo de frialdade, e para soldar carne quebrada, e para fazer vir a furo postemas, os quais faz arrebentar por si, é lhes chupa de dentro os carnegões, e derretida é boa para escaldar feridas frescas, e faz muita vantagem à terebintina de bétula; com a qual almécega se fazem muitos unguentos e emplastos para quebradura de perna, à qual os índios chamam icica (SOUSA, 1971, p. 204).

Em outra passagem, ao analisar a capeba (*Pothomorphe umbellata*), nos fala até da necessidade de aquecê-la ao fogo para um melhor aproveitamento de suas virtudes:

Capeba é uma erva que nasce em boa terra perto da água, e faz árvore como couve espigada [...] Esta erva é de natureza frigidíssima, com cujas folhas passadas pelo ar do fogo se desafoga toda a chaga e inchação que está esquentada, pondo-lhe estas folhas por cima (SOUSA, 1971, p. 210).

Porém, nesta e em outras descrições, até do mesmo autor, os elementos cicatrizantes aparecem identificados como sendo de compleição fria, dando a entender que seria esta a característica ideal para o uso destes óleos ou emplastos. Fica assim, estabelecida uma certa dificuldade sobre a forma de se debruçar sobre o estudo dos cicatrizantes americanos no século XVI. O que nos permite identificar pequenas crises paradigmáticas que iam surgindo a cada descrição de uma mezinha ou botica feitos com ingredientes da flora nativa. Estas crises,

---

<sup>24</sup> Especialmente os oleosos, como o extrato da copaíba, que, de acordo com Gabriel Soares de Sousa “antes de se saber de sua virtude servia de noite nas candeias” (SOUSA, 1971, p. 202).

de cunho filosófico-natural, certamente contribuíram enormemente para mudanças (revoluções) no campo do estudo da natureza e do corpo humano ainda no início da era moderna<sup>25</sup>.

Ao fazer esta análise da flora da América portuguesa, não podemos nos esquecer de que todo este conhecimento sistematizado e descrito pelo colonizador, partiu de uma troca de informações sobre seu uso com os povos indígenas. Assim, provavelmente, ao observar certos usos por parte das etnias ameríndias, os cronistas estabeleciam uma característica para esta planta, categorizando-a. Entendemos que aqueles denominados como frios, foram assim entendidos pelo uso em aplicação torpe sobre ferimentos expostos, por vezes que passaram por algum processo de inflamação, tornando sua superfície quente, sendo necessário a aplicação de algum produto medicamentoso de qualidade/característica contrária.

No caso daqueles descritos como quentes, pode ser que, como estes óleos-resinas de plantas podem coagular ou solidificar a depender do tempo que ficam armazenados, lembrando que as condições de transporte na colônia eram relativamente precárias, havendo a necessidade de aquecê-lo para o uso. Assim, permitia a um agente de saúde (como um algebrista ou boticário) ou mesmo um vassalo comum melhor manipular as mezinhas resinosas no momento de sua aplicação. Outra possibilidade é que, ao esquentá-los, estes produtos liberavam um cheiro mais forte, fazendo acreditar que otimizaria sua eficácia.

Entretanto, sejam elas da forma como eram descritas, estes elementos cicatrizantes ou partes da mesma planta, serviam, em grande medida, como cura para “doenças de frialdade”. Dentro desta categoria, podemos citar, além das dermatoses em si, aquelas que acabavam gerando, por exemplo, a epilepsia. Rosangela Baida e Cândida Graciela Arguello Chamorro (2011, p. 11), ao realizarem uma análise da obra de Guilherme Piso<sup>26</sup>, nos diz que, para este autor, essa enfermidade acometia principalmente pescadores, ferreiros e padeiros, pois ficavam por muito tempo mergulhados em água ou banhados de suor, não se precaviam contra o frio noturno. A solução seria, além de diversos compostos medicamentosos e clisteres acres, a unção com óleos e bálsamos, nativos e exóticos (PISO *apud* BAIDA; CHAMORRO, 2011, p. 11). No caso das diversas frialdades, ressaltado pelo missionário jesuíta português Fernão Cardim ao falar sobre a icica<sup>27</sup>, nos diz:

---

<sup>25</sup> Além disso, justamente por ser muito plástico, esse modelo de interpretação da natureza e do corpo humano sobreviveu por tanto tempo tanto no Ocidente quanto Oriente Médio.

<sup>26</sup> Estudioso que veio para a América com a expedição de Maurício de Nassau durante o Brasil Holandês (1630-1654). Descreveu e analisou muitas das plantas medicinais deste território, contribuindo para o seu conhecimento e distribuição pelo globo.

<sup>27</sup> A mesma tratada por Gabriel Soares de Sousa na página anterior, com as mesmas propriedades: ação cicatrizante e boa para as doenças de frialdade.

Esta árvore dá almecega; onde esta cheira muito por um bom espaço, dão-se alguns golpes na árvore, é logo incontinenti estila um óleo branco que se coalha; serve para emplastos em doenças de frialdade, e para se defumarem; também serve em lugar de incenso (CARDIM, 2015, p. 16).

Pero de Magalhães Gândavo segue na mesma esteira ao falar da copaíba, demonstrando-nos que havia certo padrão na hora de encontrar medicinas para algumas doenças, refletindo o paradigma das similitudes, como os óleos frios que serviam tanto para cicatrização quanto para as já citadas “frialdades”:

Um certo gênero de árvores há também pelo mato dentro na Capitania de Pernambuco a que chama copaibas de que se tira um bálsamo mui salúífero e proveitoso em extremo, para enfermidades de muitas maneiras, principalmente para as que procedem de frialdade: causa grandes efeitos, e tira das dores por graves que sejam em muito breve espaço. Para feridas ou quaisquer outras chagas, tem a mesma virtude, as quais tanto que com ele lhe acodem, saram mui depressa, e tira os sinais de maneira, que de maravilha se enxerga e faz vantagens a todas as outras medicinas (GÂNDAVO, 2008, p. 110-111).

Mesmo que seja uma concepção médica antiga, não podemos subestimar sua força. Sobrevivendo em várias culturas e por, ao menos, dois milênios, muitos de seus preceitos acabam tendo ecos até os dias de hoje, como a ideia de relacionar diretamente frio com gripes e resfriados. Isso ocorre mesmo com os avanços da ciência nos últimos dois séculos, com a virologia e infectologia tendo matizado e explicado melhor as causas destas enfermidades.

### **1. 3 – A sabedoria indígena, apropriações, ressignificações e a circulação dos cicatrizantes e elementos terapêuticos da flora americana.**

De acordo com diversos estudos, as plantas medicinais são utilizadas pela humanidade desde a pré-história. Por meio do contato com a natureza e a experiência que sobre ela adquiriram, as diversas comunidades, povos e culturas, construíram um grande arcabouço empírico de conhecimento sobre as propriedades curativas dos vegetais que encontravam ao seu redor. Passados de geração em geração, por via escrita ou oral, este saber permaneceu vivo e atravessou os séculos (CARNEIRO *et al*, 2014, p. 45-46).

Dentro desse rol de elementos terapêuticos, aqueles que, de alguma forma, auxiliassem no processo de epitelização, ganharam destaque. Podemos imaginar o quão comum são os ferimentos e cicatrizes que podem acometer os seres humanos. Sejam eles advindos de acidentes ou então de algumas doenças que expõem feridas, abrindo espaço para a

possibilidade de uma infecção ou gangrena, a busca por identificar, extrair e utilizar os extratos cicatrizantes sempre foram uma constante.

Não foi diferente com a chegada do colonizador em terras americanas. Por viver uma vida, em grande medida, em meio às matas fechadas ou dedicada a exploração do continente, os perigos de esbarrar em espinhos, quedas, doenças e mordidas de animais era algo presente sobremaneira em seu cotidiano. Consideramos este como sendo um dos elementos catalizadores da sede de saber sobre os princípios curativos da flora local, tendo os cicatrizantes lugar de destaque em todas as narrativas. São incessantes suas referências a estes óleos-resinas, destacados sobremaneira nas fontes, que nos indica um claro sinal de preocupação com estes medicamentos. André Thevet, frade franciscano francês, ao explorar a região da França Antártica<sup>28</sup> demonstra sua curiosidade sobre uma árvore denominada *penô-açu*<sup>29</sup>:

Resta-nos falar de uma árvore que eles denominam *penô-açu*. Seus frutos, redondos como pélas, são do tamanho de maçãs grandes. Se são ou não gostosos, pouco importa, já que possuem um veneno muito perigoso. Dentro dele há seis coquinhos parecendo amêndoas, mas um pouco mais largo e achatados do que estas. No interior de cada um há um carocinho que, segundo afirmam os selvagens, é maravilhosamente indicado para curar chagas. De fato, usam quando sofrem ferimentos, especialmente de flechadas que recebem em guerra (THEVET, 1978, p. 193).

Seu uso se dava, em grande medida, por aplicação torpe, ou seja, diretamente na pele, geralmente com a aplicação de cataplasmas ou emplastos (SOUSA, 1971, p. 204). Mas também temos exemplos de usos internos, como do óleo de copaíba, que hoje pesquisas científicas nos indicam algumas de suas ações anti-inflamatórias (PIRIZ *et al*, 2014, p. 632-633).

O que nos chama a atenção é que diversos eruditos, cronistas e viajantes do período colonial não estão interessados apenas em conhecer estes bálsamos. Mas, indo além, mostram grande preocupação em tornar inteligível suas propriedades e ação terapêutica dentro dos paradigmas vigentes do período, combinando a Filosofia Natural com a medicina Hipocrático-Galênica para traduzir e compreender os saberes fitoterápicos indígenas. É importante observarmos que, para além do conhecimento e uso empírico desses extratos vegetais, houve, sobre eles, um elemento de criação, interpretação e necessidade de

---

<sup>28</sup> Estabelecimento francês na região da Bahia de Guanabara, no atual estado do Rio de Janeiro. Durou cerca de doze anos, por volta de 1555 a 1567, até serem expulsos por uma expedição portuguesa liderada por Estácio de Sá.

<sup>29</sup> Provavelmente o abacate-do-mato (*Salacia brachypoda*) (THEVET, 1978, p. 193).

classificação. Isso tudo acabou legando para a contemporaneidade, uma grande documentação para a análise científica e historiográfica sobre a compreensão e utilização dos cicatrizantes no primeiro século de colonização.

Derivados do arcabouço, muitas vezes milenar, do conhecimento indígena, constatação que fica clara nas fontes, aqueles grupos de colonizadores com que os povos originais mais contato mantiveram, foram os primeiros a conhecer e divulgar suas propriedades epitelizadoras, seja internamente na colônia, ou na metrópole (GURGEL, 2009, p. 68 e 149; GESTEIRA, 2013, p. 46). O sólido e amplo saber dos povos nativos fica expresso em diversas “lendas” narradas pelos colonizadores. Algumas eles confessam que viram, outras não, mas, para nossos propósitos, é interessante trazermos alguns trechos da documentação que nos demonstram isso. Primeiramente, a descrição de Fernão Cardim sobre a Cabreúva<sup>30</sup>, que ressalta um elemento também presente nas outras narrativas: o fato de que “os animais se vão roçar nessa árvore, parece que para sararem de algumas enfermidades<sup>31</sup>” (CARDIM, 2015, p. 15).

Ou então, ao falar dos bugios da América, Frei Vicente do Salvador nos diz:

Há raposas, e bugios, e destes há uns que são grandes, chamados guaribas, que tem barbas como homens, e se barbeiam uns aos outros, cortando o cabelo com os dentes; andam sempre em bandos pelas árvores, e se o caçador atira em algum, e não o acerta matam-se todos de riso, mas se o acerta, e não cai, arranca a flecha do corpo e torna a fazer tiro com ela a quem o feriu, e logo foge pela árvore acima e, mastigando folhas, metendo-as na feridas se cura, e estanca o sangue com elas (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 12).

De fato, a automedicação em primatas não humanos tem sido observada e registrada nos mais diversos ecossistemas. Na costa do Marfim, o botânico Constant Ahoua, um dos pesquisadores do projeto Afrique One-ASPIRE, após observar os hábitos alimentares de uma família de chimpanzés selvagens constatou que dos 132 extratos de espécies de plantas consumidas por estes grandes primatas, 24 (18%) surtia efeito contra bactérias intestinais e 6 (5%) contra fungos na pele (AHOUA et al, 2015, p. 5). Hoje a literatura acadêmica sabe que existem cerca de 40 espécies diferentes de folhas que 17 populações distintas de chimpanzés, bonobos e gorilas usam para eliminar parasitas intestinais (CASANOVA, 2016, p. 119; HUFFMAN, 2003 e 1997, p. 171-184; SHURKIN, 2014, p. 17339). Não são somente os chimpanzés que se automedicam: as fêmeas de elefantes no Quênia, quando estão próximas

<sup>30</sup> Autor trata desta árvore com o nome de cabureíba (*Myrocarpus frondosus*)

<sup>31</sup> Temos outros exemplos como estes nas fontes do século XVI. Ao falarem de certas árvores que dão bálsamos cicatrizantes, aparece esta referência de que os animais se esfregam nelas quando estão feridos ou machucados, o que talvez seja uma lenda indígena muito antiga, que ajuda na identificação das espécies vegetais e suas virtudes.



do fim da gravidez, buscam ingerir folhas de determinada árvore que ajudam a induzir ao parto. Javalis na Índia buscam raízes que também são utilizadas por humanos por terem efeito vermífugo (HAMMOND; FIELDING; BISHOP, 1997; KUMARESAN *et al*, 2009).

Certamente poderíamos adicionar os americanos guaribas (*Alouatta guariba*) no rol dos animais que sabem se medicar. Entretanto, o mérito de perceber que estes animais teriam muito a ensinar, tem de ser compartilhado. Assim como os pesquisadores que investigam os hábitos de chimpanzés, bonobos e gorilas tiveram a assessoria (e indicação) primordial dos povos nativos africanos, os colonizadores europeus do século XVI certamente só notaram que os guaribas eram detentores de um saber medicinal relevante graças aos povos originais americanos.

Toda esta forma inteligível de construir conhecimento sobre as plantas e suas propriedades terapêuticas, aqui focada nos elementos cicatrizantes, envolve, também, dentro do viés cultural, necessidades de explicar suas origens e significados. Estes, conforme observamos nas fontes documentais, eram feitos por meio de histórias passadas de geração em geração, que, provavelmente, ajudavam na identificação destes vegetais por parte dos povos e na forma de utiliza-las.

O saber construído ao longo do tempo, pelas diversas etnias ameríndias, acaba apropriado pelos colonizadores, até mesmo por uma necessidade de sobrevivência (EDLER, 2013, p. 104). Como dito anteriormente, uma ferida ou fratura exposta, mais do que a dor a ser suportada, pode gerar complicações inflamatórias advindas de micro-organismos, agravando o quadro de saúde, enfermando o doente. Esta consciência, mesmo antes da Teoria Microbiana das Doenças, existia de maneira empírica, como fica claro na passagem já citada do senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa ao falar das virtudes do óleo de copaíba, dizendo que “não deixa criar nenhuma corrupção nem matéria” (SOUSA, 1971, p. 203), que pode ser entendida como o processo inflamatório de uma ferida.

Além da apropriação em si, como ocorre em todo caso de contato e intercâmbio cultural, o conhecimento e uso das plantas medicinais tropicais foi ressignificado pelos europeus dentro de sua lógica de pensamento e conhecimento. Aplicado dentro da Teoria Humoral, seu emprego era feito por diversos atores coloniais, da plebe a elite, passando por novas e constantes ressignificações pelos grupos sociais nos quais circulava este saber (BURKE, 2003, p. 44-48; CHALHOUB *et al*, 2003, p. 231-232).

Como dito anteriormente, todo este arcabouço de referências terapêuticas da flora local conhece uma grande circulação, interna ou externamente. Especialmente bandeirantes e jesuítas, grupos que mantinham intenso contato com os povos ameríndios, tiveram maior

acesso às informações sobre as matas e suas curas. Este foi um dos motivos que fez com que muitas das mezinhas do período ficassem conhecidas como “remédios dos paulistas” (GURGEL, 2009, p. 171). Um claro sinal de apropriação, dado que um conhecimento nativo é transmitido aos atores coloniais durante os séculos e quem leva o crédito são os atores coloniais que, por diversas vezes, deixaram um rastro de sangue indígena por onde quer que passavam.

No caso dos inacianos, estes também, por meio dos aldeamentos ou busca por catequização dos ameríndios, mantinham intercâmbio constante com diversas etnias do litoral e do interior. Por conta disso, puderam se valer dos saberes nativos sobre as plantas medicinais, estudando-as, analisando-as e utilizando-as em diversos processos de cura (CALAINHO, 2005, p. 63-64).

A medicina professada por estes religiosos era instigante e complexa, pois incorporava o discurso médico oficial<sup>32</sup>, ou seja, baseado na Teoria Humoral e o combinava com elementos do mundo do sagrado. Dessa forma, realizavam uma interessante dialética entre corpo e alma, no qual os males desta (materializado nos pecados) contribuíam para um desequilíbrio dos fluídos anatômicos, refletindo no corpo físico e levando ao adoecimento, uma forma de entender as enfermidades muito encontrada, também, entre os grupos populares<sup>33</sup> (VIOTTI, 2012, p. 20).

Mantendo uma harmonia entre o físico e o espiritual, os membros da Companhia de Jesus funcionaram como verdadeiros agentes terapêuticos na América portuguesa (SOUZA, 2018, p. 200). Sendo, por vezes, os mesmos que levavam as doenças epidêmicas, das quais os povos indígenas não possuíam uma experiência imunológica prévia<sup>34</sup>, precisavam também

---

<sup>32</sup> Desde o século XV, com o processo de centralização do reino português acelerado, a coroa vai buscar controlar, também, os ofícios médicos. Podemos dizer que estava por trás disso, um elemento de autoridade: quem tem poder de intervir no corpo doente? Dessa forma, foram estabelecidos quatro grupos de agentes de saúde que poderiam medicar: os físicos (como os “médicos” de hoje. Eram formados em universidades europeias e tinham o como função diagnosticar a enfermidade e prescrever a cura); cirurgiões (em uma sociedade aristocrática, havia a separação do trabalho intelectual, exercido pelos físicos, do manual, exercido pelos cirurgiões); barbeiros (também desempenhavam trabalhos manuais, mas menos especializados do que os anteriores); boticários (proprietários ou trabalhadores das boticas, onde eram produzidos os remédios, ou “mezinhas”, como se referenciavam na época). Era um modelo hierárquico e estático de pensar os ofícios médicos, no qual cada um desempenhava uma função específica, complementando-se. É claro que, na prática, eles acabavam se misturando, especialmente na colônia, que conhecia uma relativa falta de profissionais mais especializados (LEITE, 2011, p. 9-10; GURGEL, 2009, p. 141).

<sup>33</sup> É por conta disso que muitos autores compartilham de ideia de que as camadas mais baixas da população não se resignavam em procurar os curandeiros ou outros empíricos para se tratarem já que, para além de um elemento de identidade (já que eram provenientes de um estrato social semelhante), buscavam, com estes, mais do que a cura do físico. Estavam ao encontro, também, de uma cura para o espiritual (VIOTTI, 2012, p. 20).

<sup>34</sup> É curioso notar que o movimento de transmissão de doenças infectocontagiosas tenha sido “quase” unilateral, ou seja, passados dos europeus para os povos indígenas. Alguns autores já se debruçaram sobre esta temática e podemos elencar ao menos duas razões para isso: a relativamente baixa domesticação animal entre as etnias ameríndias (já que a maior parte destas enfermidades são zoonoses, ou seja, em algum momento o micro-

tratar aqueles que enfermavam. Isso, somado à necessidade de desbancar a autoridade dos pajés<sup>35</sup>, ao mesmo tempo agentes religiosos e de cura indígenas, encontraram na natureza americana substitutos para os *simples* conhecidos e utilizados na Europa para o tratamento de doenças (EDLER, 2006, p. 18; GURGEL, 2009, p. 113-114). Em seus escritos das missões para o interior, podemos perceber uma grande preocupação com os cicatrizantes, já que eram fundamentais para a epitelização pós-feridas, comuns de ocorrer no dia a dia, sendo elencados, por exemplo, pelo jesuíta padre jesuíta Fernão Cardim (2015, p. 15-17) e José de Anheita (1997, p. 32) que, em carta de 1560, em meio aos diversos destaques da natureza americana, especialmente dos purgantes, não esquece de fazer referência à tão celebrada copaíba, talvez a árvore de bálsamo que mais chamou a atenção dos europeus.

Por terem construído uma verdadeira rede que se espalhou pelo mundo até então alcançado pelas Grandes Navegações, os jesuítas constantemente trocavam cartas e espécimes entre si, como mudas ou sementes a serem aclimatadas em outas regiões do Império Português. Dessa forma, foi propiciada a circulação desses vegetais curativos pelo globo, com referências que encontramos na Europa, Índia e África já no século XVI (GESTEIRA, 2013, p. 48; LEITE, 2013, p. 58). Além do já citado extrato da *copaifera spp.*, outros exemplos de frutas e plantas medicinais<sup>36</sup> também conheceram percurso semelhante, potencializadas pela expansão do Império Português, um dos pioneiros na aclimação<sup>37</sup> e traslado de plantas de um lado para o outro do globo (KURY, 2013, p. 250). O próprio franciscano André Thevet (1978, p. 193), ao falar do *penô-açu*, diz que “quando voltei trouxe comigo certa quantidade

---

organismo se adapta, tornando capaz de infectar o ser humano) e o “isolamento geográfico” das Américas em relação ao “Velho Mundo”, fazendo com que estas moléstias não fossem compartilhadas anteriormente. Portanto, esta falta de experiência imunológica prévia levou a um verdadeiro genocídio dos grupos de nativos americanos (DIAMOND, 2013, p. 58)

<sup>35</sup> Como os pajés eram agentes de cura dos povos indígenas, os jesuítas precisaram fazer também este trabalho terapêutico, a fim de ganharem legitimidade de atuação nas aldeias. Por conta da já citada experiência imunológica prévia, os padres tendiam a ter maior resistência a essas enfermidades do que os pajés. Em sua tese de doutorado, Cristina Gurgel reproduz uma interessante citação de um indígena aldeado que diz para um missionário cristão: “vós, sim, padres, viveis e não nossos feiticeiros que morrem como nós” (REZENDE *apud* GURGEL, 2009, p. 122). Portanto, a História das Ciências da Saúde pode ser um importante eixo explicativo de alguns processos de conversão dos povos indígenas e trabalho missionário na América a partir do século XVI.

<sup>36</sup> Duas plantas americanas, como o caju e o abacaxi, frutas também utilizadas com fins medicinais (como a cura de febres, no caso do caju, devido à sua compleição fria; o abacaxi ajudava a digestão, desde que consumido com moderação) já estavam presentes na Índia do século XVI (GESTEIRA, 2013, p. 26-27). Sobre os cajueiros e seu fruto, Gabriel Soares de Sousa nos diz: “é uma árvore de muita estima, e há tantos ao longo do mar e na vista dele [...] A natureza destes cajus é fria, e são medicinais para doentes de febres, e para quem tem fastio, os quais fazem bom estômago e muitas pessoas lhes tomam o sumo pelas manhãs em jejum, para conservação do estômago, e fazem bom bafo a quem os comem pela manhã” (SOUSA, 1971, p. 186-187).

<sup>37</sup> Como por exemplo as ilhas portuguesas do Atlântico, como a Madeira ou os Açores, que funcionaram como regiões de aclimação de plantas tropicais. Muitas delas, como a própria cana-de-açúcar foram trazidas para a América Portuguesa (KURY, 2013, p. 250).

desses frutos e distribuí-os entre os amigos”, contribuindo com este processo de dispersão de plantas americanas.

Além disso, os inacianos tiveram papel na divulgação interna destes mesmos elementos botânicos, o que fica patente em seus receituários e farmacopeias. Os membros da Companhia, em grande medida instruídos e conhecedores das artes e ciências do período, construíram um saber sobre as plantas americanas por meio do contato com os povos indígenas. Depois disso, criaram, ao lado de seus colégios e enfermarias, boticas, nas quais os compostos medicinais continham em grande quantidade diversas plantas curativas da *terra brasiliis* (CAMINHA, 2014, p. 7; EDLER, 2006, p. 24). Portanto, para além dos estudos já avançados sobre os padres e o trabalho espiritual na catequização das etnias ameríndias e na educação colonial, com este trabalho, buscamos destacar, também, sua influência na medicina dos primeiros séculos. Esta se deu tanto pela descrição e uso da botânica nativa nas artes de cura, quanto pela circulação<sup>38</sup> das mesmas interna e externamente.

Como afirmado, a medicina Hipocrático-Galênica foi a base paradigmática para toda a terapêutica e/ou cura oficial na América portuguesa (até mesmo entre os religiosos). Observa-se, portanto, que não houve uma transmissão direta e linear de categorias europeias para pensar o mundo em suas colônias. Mas sim, passaram por processos de hibridismos (BURKE, 2003). Com esta pesquisa, buscamos, portanto, não apenas entender as teorias médicas europeias e a forma como se expressaram na colônia. Mas, também, a maneira como foram interpretadas e ressignificadas pelos mais diversos grupos que compunham a sociedade colonial.

Mais um grande exemplo de apropriação dos conhecimentos indígenas pela população colonial que podemos elencar é o uso de óleos para untarem o corpo. Sobre isso, as maiores informações que temos são provenientes dos relatos do missionário português Fernão Cardim, já que o padre dedica todo um capítulo para explorar estes extratos vegetais, demonstrando a importância que possuíam entre os povos nativos (CARDIM, 2015, p. 17-18).

Além de uma questão ritual e cultural, que se estabeleceu devido à prática de sua constante utilização, podemos levar em consideração que estas resinas também tinham a finalidade de proteger o corpo das picadas de mosquitos. Em meio aos “sertões”, como se entendia o interior da colônia naquele momento, a quantidade de insetos era enorme,

---

<sup>38</sup> É importante destacar esta circulação como alvo de nosso estudo, já que ela é responsável por ajudar a definir um contexto, como foi o século XVI. Além disso, a partir deste processo, toda uma economia e política se movimentam em conjunto. Guerras e conflitos foram travados entre as monarquias deste período para a incorporação de colônias ou então para a domesticação e aclimação das plantas do Novo Mundo, o que nos demonstra que nada tem de “banal” na história das plantas e sua relação com os seres humanos (KURY, 2013, p. 238-244).

sobressaindo, portanto, na documentação de época, a ponto de o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa selecionar um tópico de sua obra para tratar de tamanha variedade (SOUSA, 1971, p. 242-243). Porém, em estreita relação com este ambiente, os ameríndios criaram mecanismos de defesa contra estes agentes, como a aplicação na pele destes compostos ou então, como relata o jesuíta acima mencionado: “é boa a penitência e mortificação sofrê-los uma madrugada, ou uma noite; para se defenderem deles não há remédio senão untar-se de lama, ou fazer grande fogo, e fumaça” (CARDIM, 2015, p. 32). Não podemos deixar de lado o fato de que estes insetos, como as moscas, poderiam causar doenças e inflamações na pele ao depositarem suas larvas, especialmente em regiões com feridas expostas, gerando miíases. Portanto, estes óleos, ao mesmo tempo que cicatrizavam, impediam o acometimento de outros problemas de uma vida em meio à Mata Atlântica. Ao falar de um deles, como aquele extraído do andá, Cardim ressalta que:

Estas árvores são formosas, e grandes, e a madeira para tudo serve; da fruta se tira um azeite com que os índios se untam, e as mulheres os cabelos, e também serve para feridas, e as seca logo. E também fazem muitas galantarias pelo corpo, braços, e pernas com esse óleo, pintando-se (CARDIM, 2015, p. 17).

O andá-assu (*Joannesia princeps*), uma árvore que já foi muito comum na Mata Atlântica, e hoje se encontra classificada como vulnerável na tabela de estado de conservação, é reconhecida pelas qualidades cicatrizantes do óleo extraído de seus frutos (SANTOS, 2014). Algo que os indígenas da América portuguesa já sabiam muito antes da chegada dos primeiros europeus “civilizados”. Todos estes elementos terapêuticos aqui tratados eram encontrados por meio do extrativismo direto na natureza, nas boticas das grandes cidades ou então nas “caixas de boticas”. Estas últimas se apresentam como um instigante elemento de análise. Por serem portáteis, poderiam ser carregadas para onde quer que fosse, sendo um item essencial em qualquer penetração no interior das matas do continente americano, encontradas até mesmo nas câmaras municipais do período colonial. Nelas, podemos encontrar, além dos já citados óleos cicatrizantes, compostos que funcionavam como purgantes e antídotos contra venenos (devido ao constante perigo de mordidas de serpentes ou aranhas), dois elementos que também trabalharemos ao longo da dissertação (EDLER, 2006, p. 52).

#### **1. 4 – Representações, simbolismos e usos simbólicos dos cicatrizantes: um intercâmbio filosofia natural-cultura e a medicina colonial.**

A vida humana, em todos os seus atos, é permeada por elementos de representação da realidade experimentada. Isso também ocorre com o uso de vegetais diversos para a cura das doenças. Todas as nossas ações cotidianas estão orientadas, consciente ou inconscientemente, por simbolismos que internalizamos, advindos da criação, experiências, vivências e da cultura que nos rodeia.

Chama a atenção nas fontes do primeiro século de colonização portuguesa na América, a atração que os elementos da natureza local exerceram sobre os europeus que por aqui se aventuraram ou estabeleceram. Ao documentarem a flora local, podemos perceber que um dos elementos que mereceram amplo destaque em suas narrativas foram justamente as árvores, desde os primeiros, como Pero Vaz de Caminha ao dizer que “Todavia segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas espécies” (CAMINHA, 1963, p. 6). Muitas delas eram resinosas, sendo utilizadas como bálsamos para alívio da dor, inflamação e cicatrização de feridas.

Ao entrarem em contato com a Mata Atlântica, um mundo natural em grande medida diferente do que estavam acostumados no Velho Mundo, um impacto foi produzido nestes cronistas. Um dos motivos de descreve-la e analisa-la com afinco, inclusive, foi justamente a necessidade de tornar inteligível todo este “novo” meio ambiente e, como toda operação de reconhecimento, envolveu abstração e representação daquilo que se está observando (FOUCAULT, 2000, p. 41).

Como elencado anteriormente, por conta da exuberância da vegetação local, que permitia uma intensa vida animal e humana, esta região foi entendida como um verdadeiro “Paraíso Terreal”, totalmente idealizado. As árvores são alvo frequente de análises narrativas. Presente a ideia de que aqui esses vegetais são “verdejantes durante o ano todo” (THEVET, 1978, p. 94) são frequentes em praticamente todos os autores coloniais, já que estavam acostumados com árvores provavelmente mais esparsas<sup>39</sup> no ambiente europeu e caducifólias, que perdiam as folhas no inverno. Isso tudo seria prova de uma região verdadeiramente maravilhosa, com ares temperados, terra muito fértil cheia de rios e elementos maravilhosos, um verdadeiro paraíso ou deles muito próximos (VESPÚCIO, 2014, p. 10 e 59). O fato de as folhas se manterem nas árvores, e verdes o ano todo, era um grande elemento a ser notado.

Alguns autores já trabalharam com a simbologia que reveste estes elementos da natureza, como a própria ideia de grandeza que perpassa as árvores. Esta “grandeza”, nas

---

<sup>39</sup> Uma das características da Mata Atlântica é justamente a vegetação densa, perenifolia e com altas árvores que, no topo, se entrelaçam, ou seja, grandemente diferente da maior parte do meio ambiente europeu, mesmo dos bosques.

profundezas do inconsciente coletivo e em diversas sociedades, sempre foi algo que atraiu a atenção dos seres humanos. Mesmo no dia de hoje, no mundo urbano, em meio à “selva de pedras”, altas e magníficas construções, como os arranha-céus, é algo que salta aos olhos (DUMAS, 2007, p. 61).

Essa verticalidade da árvore é uma forma de analisar a tipologia de grandeza, enraizada no subconsciente humano, a ser explorado pelo estudo científico. Américo Vespúcio é um dos que se impressionam com as florestas do Novo Mundo, em passagem que nos diz “porque ali há largas e longas selvas e árvores de imensa magnitude”. Mais do que isso, é este vegetal que está na origem de diversas religiosidades. Podemos destacar a árvore da vida, sendo constantemente identificada como um elemento de interligação de um universo holístico, organizado, na qual este grupo específico de plantas, representa a união entre os elementos. Suas raízes alcançam as profundezas do mundo imaginado, enquanto seu tronco é a parte visível e representativa da terra, do mundo humano e seus galhos alcançam o céu (PONTES, 1998, p. 198-200).

Ao fazer esta perfeita interligação entre esses três entes, a árvore representa a força cósmica do universo, ao fazer a ponte com o sagrado, tocando as alturas. Seu lado religioso é ainda explorado ao ser o vegetal que permite a própria vida na terra, proporcionado, em seus frutos, cascas, raízes e folhas, dois elementos fundamentais para a vida humana: nutrição e cura de enfermidades (CARNEIRO, 2005, p. 73; PONTES, 1998, p. 199).

Portanto, é antiga a relação do homem com seus vegetais, conforme encontramos referências lendárias disso em mitologias milenares. No caso da saúde, antes da ascensão da Indústria Farmacêutica e a introdução de medicamentos químicos, as plantas medicinais formavam o principal meio terapêutico no momento de tratar as doenças<sup>40</sup>. Usadas desde a pré-história, por ter princípios ativos que permitem uma atividade farmacológica e alívio de dores, a ligação com o campo do sagrado sempre foi muito presente (CARNEIRO *et al*, 2014, p. 45-46). Isso tudo gerou diversas simbologias em torno desses vegetais que, como todo elemento simbólico, não é neutro nem inocente e precisa ser melhor explorado, já que, entranhado no inconsciente coletivo acaba dando bases para a organização social e ação humana no mundo. Assim, afim de entendermos as disposições das coletividades na história, para além dos aspectos materiais, é preciso direcionar o olhar para o campo mental das representações que fazem da realidade (BURKE, 2012, p. 7).

---

<sup>40</sup> Até mesmo nos dias de hoje, os medicamentos fitoterápicos, ou seja, produzidos exclusivamente a base de plantas medicinais, são largamente utilizados, sendo um dos pilares da medicina tradicional (CARNEIRO *et al*, 2014, p. 45).

Muitas destas questões encontram-se presentes no imaginário colonial e podem ser exploradas e analisadas. O adoecimento é um processo natural, porém a maneira de compreender e tratar as enfermidades é cultural e permeada por elementos do campo abstrato, simbólico. No caso da América portuguesa, mais do que compreendermos a medicina oficial, de base Hipocrático-Galênica e como esta se estabeleceu, com os eruditos, nestas terras, é importante observarmos os ecos deste modelo terapêutico na sociedade em geral, nos grupos populares. Neste caso, as teorias médicas passaram por constantes processos de significação e ressignificação constantes (LEITE, 2011, p. 8-10).

Uma vasta historiografia nos permite dizer que a maior parte da população, até a ascensão da Medicina Científica no século XIX, não se resignava em procurar os práticos ao invés dos físicos formados na Europa<sup>41</sup>. Consideramos que, para além da falta de médicos formados nos trópicos, esta atitude do povo perante às doenças se devia a uma questão de identidade e concepção de saúde (EDLER, 2006, p. 17; GURGEL, 2009, p. 146 e 171-172; VIOTTI, 2012, p. 11).

Provenientes geralmente dos mesmos estratos sociais, a população em geral tendia a se identificar mais com estes agentes de cura empíricos do que com àqueles “eruditos”. Mesmo a aristocracia local, em grande maioria iletrada, acabava por se tratar com um curandeiro próximo sem maiores problemas (EDLER, 2006, p. 17).

Quanto à ideia de saúde que permeava a maior parte dos grupos sociais da América portuguesa, era clara a relação que faziam entre um entrelaçamento corpo/alma. Ou seja, os males e paixões da última se refletiam no físico, causando desequilíbrio humoral e gerando as doenças. Assim, em grande medida, como fruto do pecado e desregramento moral, ao buscar tratamento, estavam atrás, também, de conforto espiritual, algo que os curandeiros práticos poderiam fornecer<sup>42</sup> (GURGEL, 2009, p. 34-35).

Os agentes de cura coloniais, sejam eles práticos ou representantes da medicina oficial, em seus protocolos terapêuticos, se aproveitavam do uso das plantas medicinais para auxiliar no processo de tratamento das enfermidades<sup>43</sup>. Assim, como já ressaltado, por serem fontes

---

<sup>41</sup> O que aqui chamamos Medicina Científica, nos referimos ao termo que George Rosen dá ao conceito, como sendo formada da união pesquisa-ciência-universidades-hospitais e caracterizada por formar seus agentes dentro deste modelo e instituições. Porém, até os dias de hoje, em algumas regiões e mesmo em determinados grupos sociais, esta Medicina Científica não adquiriu completa hegemonia (ROSEN, 1995, p. 33 e 79).

<sup>42</sup> Devido a esta forte ligação entre o processo de adoecimento e o campo sagrado/simbólico, o discurso oficial que se pretendia puramente racional nunca conseguiu total legitimidade entre a população colonial (GURGEL, 2009, p. 98).

<sup>43</sup> Mais do que isso: devido às concepções da época e recorrendo às simpatias (FOUCAULT, 2000, p. 32-33), era comum o uso de amuletos e partes de animais ou minerais como forma de se livrar das doenças. Ao contrário do que possa parecer, esta terapêutica não estava restrita aos grupos populares, fazendo parte da medicina oficial. Assim, baseado nas simpatias/antipatias, na qual entra o uso de amuletos, Fernão Cardim descreve as



tanto de alimento quanto de cura, a ligação botânica com o campo do simbólico, especialmente do sagrado, é uma constante em diversas sociedades.

Porém, mais do que isso, os vegetais, a partir das Grandes Navegações, tornaram-se objeto de cobiça por reinos e comerciantes. Este fato foi o que gerou a própria expansão comercial dos séculos XV e XVI, em busca das especiarias orientais (CARNEIRO, 2005, p. 75). Com a chegada à América, este arcabouço de produtos a serem comercializados aumentaram<sup>44</sup>, como no caso das pimentas do gênero *capiscum*, tabaco, milho, feijão, dentre outros. Porém, dentro desta imensa flora a ser explorada, podemos dar grande destaque aos bálsamos. Repleto de simbologias, a busca no Novo Mundo por substitutos do “bálsamo verdadeiro”, tornaram-se uma constante (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ; BELTRAN, 2010, p. 1620-1621).

Em uma natureza que se queria “maravilhosa”, muita coisa boa estava para ser descoberta. Já nas primeiras narrativas, os elementos cicatrizantes encontrados nos trópicos chamaram a atenção e foram insistentemente descritos, analisados e exportados. Talvez dois dos que mais espaço encontraram na Europa tenha sido o “Bálsamo do Peru” (*Myroxylon peruiferum* e suas variantes) que, a partir do contato com os povos indígenas passaram a ser explorados pelos espanhóis, o óleo de copaíba (*Copaifera spp.*) e o óleo de cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), explorados sobretudo pelos portugueses, passando a encontrar novos mercados entre os séculos XVI e XVII (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ; BELTRAN, 2010, p. 1621-1623).

---

propriedades curativas, disseminada no ideário indígena, de algumas partes da anhuima, chamada pelo autor de anhigma: “Este pássaro é de rapina, grande, e dá brados que se ouvem meia légua ou mais [...] sobre esse bico tem um cornito de comprimento de um palmo; dizem os naturais que este corno é grande medicina para os que se lhe tolhem a fala como já aconteceu que pondo ao pescoço de um menino que não falava falou logo” (CARDIM, 2015, p. 12).

<sup>44</sup> Portanto, além das já bastante estudadas especiarias orientais, acreditamos que também é importante nos atentarmos para as especiarias americanas, que também foi um fator de grande movimentação do comércio ultramarino a partir do século XVI. Este assunto é muito bem explorado por Fabiano Bracht (2013) em sua dissertação de mestrado.

## **Capítulo 2 – Venenos e contravenenos**

Ao realizarmos um estudo da natureza americana e as formas como esta foi representada na documentação do século XVI, podemos perceber, ao mesmo tempo, uma idealização com certos tons de “cuidado” ao lidar com a mesma. Isso se deve porque, enquanto produz elementos necessários à vida, como alimentos ou compostos a serem usados como medicinas, também apresenta outros considerados perigosos (CARDIM, 2015, p. 8-9).

Dentro destes, para além de diversos animais considerados “ferozes” presentes neste mundo natural, também encontramos outros capazes de produzirem toxinas a fim de defenderem-se ou então auxiliar na caça. Isso sem falar nas inúmeras plantas também formadas por certos elementos venenosos. Portanto, ao lidar com a biota que o rodeia, o ser humano, ao longo do tempo e por meio de experiências empíricas, foi aprendendo a selecionar aquilo que poderia servir como comida, remédio ou então outros a serem evitados devido à possibilidade de intoxicar o organismo e, por vezes, até mesmo levar à morte.

Esta preocupação com uma natureza que, provedora, mas perigosa ao mesmo tempo, está sobremaneira presente na documentação analisada. Acerca dos biomas locais e suas peculiaridades, os povos indígenas, em contato milenar com a terra, criaram um grande arcabouço de saber acerca dos venenos, sua extração e seus usos estratégicos, como na caça, pesca e guerra. Além disso, construíram conhecimentos acerca de que plantas ou animais evitarem ou mesmo como selecionar elementos naturais a serem utilizados em caso de envenenamento, ou seja, os antídotos a serem ministrados ao intoxicado.

Com este capítulo, portanto, temos como objetivo estudar os venenos e os contravenenos do mundo natural americano. Buscaremos abordar a forma como aparecem nas fontes do século XVI, suas categorizações e importância do conhecimento para uso prático destes compostos no contexto trabalhado. Finalizaremos com uma explanação acerca da medicina praticada então na metrópole e na colônia e o uso de substâncias diversas na cura do envenenamento.

### **2. 1 – Breve história da toxicologia: conhecimentos e usos dos venenos no passado**

A história dos venenos e das substâncias tóxicas acompanha e se confunde com a história da própria humanidade. Constitui-se como elemento de primeira necessidade que os seres humanos, em seus agrupamentos, conheçam o ambiente no qual estão inseridos. Isso se deve por conta de que a natureza, ao mesmo tempo que provê o sustento, está permeada de “armadilhas”, obstáculos naturais e animais que, durante milênios, lembravam o homem de

que ele era mais um elo na cadeia alimentar. Era necessário cuidado e cautela no trato com a fauna e flora disponíveis em seu entorno (BARLY et al, 2014, p. 500-501).

Dentre os perigos que demandaram atenção dos nossos ancestrais, podemos destacar as toxinas presentes em algumas plantas, animais e minerais. O conceito de “veneno”, assim como outros termos, também é histórico, passando por alterações ao longo do tempo, sendo dadas novas e diferentes definições a depender da necessidade de cada um dos grupos que se debruçaram sobre a análise destes compostos e de seu contexto. Porém, na definição atual, a toxicologia representa “a ciência que estuda os venenos [...] se ocupa das intoxicações e das substâncias químicas que as provocam” (SPRADA, 2013, p. 16).

Descobertas, estudadas e nem sempre consumidas intencionalmente, as substâncias venenosas têm acompanhado a espécie humana desde os primórdios. Os seres humanos vêm selecionando, categorizando e separando, no mundo natural, os elementos venenosos daqueles que podem, de alguma maneira, ser utilizados na nutrição, como tecnologia de caça (flechas e zarabatanas envenenadas), como fitoterápicos para a cura de dores, enfermidades e ferimentos expostos<sup>45</sup>. Este saber acerca das toxinas presentes na natureza, como afirmado, é antigo e construído em conjunto com a própria história humana. Portanto, anterior à escrita e sobrevivendo em povos ágrafos até os dias atuais. Em constante contato com a biota local, diversas culturas produziram um grande arcabouço de conhecimento acerca do meio ambiente em que viviam (e das fontes de veneno que lá se encontravam), transmitindo estas informações através das gerações, a fim de favorecer a perpetuidade do grupo, visando evitar o consumo de frutos, sementes, folhas ou mesmo animais que pudessem levar à intoxicação, além, é claro, dos usos estratégicos dos venenos.

Já um dos primeiros tratados escritos acerca desta temática que temos informação é o Papiro de Ebers, produzido no Antigo Egito por volta de 1500 a. C. Este documento nos traz o registro de mais de 7000 substâncias medicinais conhecidas de então, em sua larga maioria formada por plantas, em mais de 800 fórmulas de medicamentos, com um misto de produtos do reino vegetal, mineral e animal, algumas até mesmo venenosas, como o chumbo, ópio e cobre (PERPÉTUO et al, 2019, p. 251-252).

---

<sup>45</sup> Nem sempre há uma separação nítida entre elementos naturais que servem para a alimentação dos venenosos ou fitoterápicos. Por vezes, mais de uma característica é encontrada no mesmo vegetal, o que demanda ainda mais cuidado em sua identificação e manipulação. Além disso, o saber construído sobre os tóxicos é tão antigo quanto a própria humanidade, nem sempre sendo sistematizada através da escrita. Um exemplo são os próprios povos indígenas, ágrafos, mas detentores de um grande saber sobre as matas americanas e suas propriedades. Por vezes, foi este mesmo conhecimento que “salvou” os próprios colonizadores em diversas situações. Ao contatarem o Novo Mundo, vão descrever suas impressões sobre o mundo natural desta localidade, gerando os relatos que utilizamos como fontes de pesquisa (BARLY et al, 2014; GURGEL, 2009, p. 20).

Através desta breve descrição, podemos perceber também que, desde este período, existe uma estreita ligação entre venenos e remédio<sup>46</sup>, uma aproximação que encontramos em sociedades diversas e suas concepções de saúde ao longo da história. Por este motivo que encontramos substâncias tóxicas figurando em tratados de medicina, como no documento egípcio acima mencionado, além de fontes gregas, romanas, medievais (especialmente entre os árabes) e modernas. Por vezes, estas substâncias eram misturadas em soluções que formavam as “mezinhas” a serem ministradas em caso de doenças específicas (CARDIM, 2015, p. 21).

Essa organização de saberes também se dava por conta da necessidade de arquivar informações sobre estes elementos venenosos, suas formas de extração, uso, sintomas de intoxicação e o contraveneno necessário para abortar seu efeito, em grande parte dos casos, mortal. Isso tudo nos demonstra a grande importância dada pelas comunidades humanas, desde a Antiguidade, de catalogar elementos da natureza, afim de evitar os perigos a eles inerentes, sabendo identificar e separar aquilo que poderia ser usado na nutrição daquilo que fosse prejudicial. Ou então, estas informações eram utilizadas de forma estratégica e como material de auxílio à sobrevivência das sociedades, já que os tóxicos podem ter diversas outras finalidades. Baseando-nos na literatura sobre o tema e nas fontes de pesquisa encontramos destinos variados para os venenos extraídos de plantas ou animais, sendo que uma mesma cultura poderia fazer o uso de várias técnicas de extração e variados empregos dessas substâncias.

Em atividades como caça, pesca, guerra, mortes provocadas ou conspirações políticas, os venenos se apresentam como elementos inerentes à história, cultura e vida humanas. Com isso, ressaltamos novamente a importância destas comunidades ao catalogarem tais saberes, fossem estes escritos ou oralmente transmitido através das gerações. Procedimentos como encontrar, isolar e utilizar diversos compostos químicos tóxicos, além dos antídotos em caso de emergência (SPRADA, 2013, p. 13-15) eram de domínio das mais diversas culturas.

Mergulhar flechas e lanças em compostos tóxicos a serem utilizados na busca por alimentos foi um dos grandes fatores documentados pela humanidade na incessante necessidade de satisfazer uma obrigação diária, que é a nutrição. Flexas e lanças envenenadas

---

<sup>46</sup> Esta aproximação entre venenos e remédios pode ser encontrada em diversas concepções de saúde de diferentes comunidades ao longo da história. Como os dois compostos tem alguma relação com a saúde, eles tendem a aparecer conjuntamente nas fontes médicas, além de serem analisados conjuntamente pelos estudiosos interessados na temática. Em tratados de medicina desde a Antiguidade temos muitas referências aos tóxicos, suas reações no organismo e maneiras de se livrar da intoxicação. No século XVI, esta estreita relação pode ser percebida em Paracelso, ao dizer que o que difere o veneno do remédio é a dose (EDLER, 2006, p. 62; SPRADA, 2013).

diminuíam a chance de reação ou fuga da presa ao ser atingida por tal projétil. Da mesma forma, em conflitos bélicos, aumentava-se a possibilidade de causar danos mais profundos no exército inimigo (BARLY et al, 2014, p. 500 e 507).

Este uso militar dos venenos, está presente em arquivos bem conhecidos por parte dos historiadores, como na *Ilíada* e *Odisseia* (século IX a.C.), poemas escritos por Homero que, de acordo com Perpétuo et al (2019), trazem referências acerca do uso de flechas envenenadas, como a erva-besteira (*Helleborus foetidus*). Além disso, os usos políticos dos compostos tóxicos também são encontrados desde a Antiguidade, como na morte do filósofo Sócrates que, acusado de corromper a juventude ateniense e de não respeitar os deuses, foi obrigado a beber cicuta (*Conium maculatum*). Este composto tóxico é retirado da planta de mesmo nome, provavelmente misturada com ópio, teria resultado em uma morte “relativamente fácil e indolor”, demonstrando o domínio do conhecimento grego sobre os elementos venenosos<sup>47</sup> (PERPÉTUO et al, 2019, p. 250 e 254).

Politicamente, tais substâncias também tiveram grande espaço na aristocracia romana, esta marcada por diversas conspirações entre a corte e os magistrados, sendo os venenos, não raramente, utilizados nestes casos. Eram também, de acordo com Perpétuo et al (2019), empregados até mesmo pelas pessoas comuns. Muitas mulheres da época eram consideradas especialistas nestes compostos e procuradas em caso de necessidade. Neste aspecto, o conhecimento e uso dos tóxicos extraídos de elementos da natureza perpassam até mesmo a Idade Média, sendo a Igreja Católica uma das instituições que buscará coibir a prática do envenenamento entre os “populares” que tinham prática em suas preparações, por vezes considerando magia ou bruxaria sua manipulação (PERPÉTUO et al, 2019, p. 252 e 259).

Ao chegarem ao continente americano, os europeus já tinham conhecimento dos compostos venenosos e de seus usos. Nestas terras, encontraram um amplo espectro de reflexão e uso de materiais peçonhentos, até mesmo pela imensa biodiversidade dos biomas brasileiros, com grandes potencialidades de extração de tóxicos, seja de animais e minerais ou então das plantas. Nas fontes do século XVI, são descritas, em tom de alerta, uma botânica que, de alguma forma, poderia provocar reações adversas no organismo, além de encontrarem e documentarem as utilizações de diversos destes preparados tóxicos entre os povos indígenas na caça, pesca, guerra e até mesmo no possível homicídio de desafetos. Por conta disso, era

---

<sup>47</sup> Há também o interessante caso do rei Mitrídates VI da Anatólia que, temendo as comuns conspirações nas cortes de então, bebia periodicamente uma quantidade de compostos venenosos, a fim de criar “imunidade” contra seus efeitos danosos ao organismo. Além disso, considera-se que fez diversos experimentos com os tóxicos em prisioneiros de seu reino. Ao ser derrotado pelo general romano Pompeu, tentou suicidar-se com veneno, não tendo sucesso por estar imunizado (PERPÉTUO et al, 2019, p. 257-258).

igualmente importante conhecer os antídotos, afim de se livrar de uma intoxicação ou envenenamento (CARNEIRO, 2011, p. 21). As questões relacionadas aos venenos e contravenenos no primeiro século de colonização portuguesa no Novo Mundo serão aqui trabalhadas.

Com este primeiro tópico, buscamos abordar brevemente a História da Toxicologia e alguns conceitos a ela relacionados, demonstrando a importância de enquadrar esta temática no estudo das humanidades. O conhecimento, as técnicas de extração e emprego dos venenos estão presentes nas mais diversas culturas desde os primórdios. Para além de se tornarem necessários à sobrevivência, tais saberes se tornaram parte da herança cultural destes grupos. Convertendo-se, com o passar dos anos, um patrimônio cultural e tecnológico legado às gerações subsequentes por via oral ou escrita.

## **2. 2 – Os venenos e antídotos nas fontes coloniais**

Após realizar um breve panorama acerca da história da toxicologia, alguns de seus principais conceitos, conhecimentos e utilizações das substâncias tóxicas analisaremos, a partir deste tópico, a forma como os venenos e os antídotos aparecem nas fontes do primeiro século de colonização portuguesa na América. Para tal, analisaremos uma ampla gama de crônicas, cartas e relatos de viagens escritas por cronistas, religiosos, colonizadores e aventureiros que se estabeleceram durante os primeiros decênios de processo colonizatório.

Fosse em cartas de jesuítas, tratados de senhores de engenho ou crônicas de autoridades da Coroa, uma intensa descrição da natureza deste Novo Mundo sempre se fazia presente. Conhecer este continente impunha a necessidade de uma “tradução” do “Outro” e do “diferente” nestas narrativas coloniais, afim de fazer sentido para o observador e a quem esta documentação era endereçada (HARTOG, 1999, p. 229 e 273). Isso acabou criando uma imagem estereotipada tanto dos povos indígenas quanto da natureza local. Algumas destas imagens conheceram longas durações sendo, em grande medida, reproduzidas até os dias atuais.

De qualquer forma, o imperativo de mergulhar na realidade da fauna e flora do “Novo Mundo” se fazia presente na realidade do colonizador. Ter isso em mente é fundamental para que possamos abordar melhor a tipologia das fontes e seu conteúdo. O cotidiano colonial era marcado, em grande medida, por uma vida em meio ao campo ou às matas fechadas<sup>48</sup>, com

---

<sup>48</sup> Mesmo nas cidades o perigo era constante, já que estes animais poderiam se esconder nos calçados ou até mesmo nos buracos das paredes das casas, sendo a maioria delas construídas de madeira (SOUSA, 1971, p. 260 e 268).

todos os perigos a ele inerentes como quedas, espinhos, picadas de insetos ou animais maiores, além de lesões como fraturas ou lacerações. Isso tudo demarca a necessidade de se construir um saber sobre a botânica terapêutica, como no caso dos cicatrizantes analisados no capítulo anterior.

O que não podemos deixar de lado, é que outros empecilhos também se faziam constantes no cotidiano do colonizador, especialmente entre aqueles que buscavam sobreviver em meio a um ecossistema ainda desconhecido e, por vezes, encarado como “hostil”. Este tipo de sensação se faz presente nas fontes, como nas palavras do padre franciscano André Thevet, que, após descrever o “auai” (*Thevetia ahouai*), uma árvore que dá um fruto venenoso, adverte o leitor de que aqui existiam “inúmeras outras árvores que dão frutos excepcionalmente belos, mas tanto ou mais venenosos que este último do qual falamos” (THEVET, 1978, p. 118). Os temores de André Thevet não eram infundados. A *Thevetia ahouai* é extremamente venenosa para o consumo humano, apesar de seus frutos serem muito atrativos visualmente, lembrando uma maçã vermelha em determinada fase de desenvolvimento<sup>49</sup> (GALANTE, 2011, p. 31; PAPAVERO; TEIXEIRA; CHIQUIERI, 2011, p. 145). Com isso, este franciscano francês demonstra a necessidade de se conhecer melhor aquele ambiente que, muitas vezes, era descrito como um paraíso terrestre. Thevet lembra aos exploradores para não se deixarem levar pelas aparências, já que árvores e frutos belos existem em grande quantidade, mas podem esconder propriedades tóxicas ao serem ingeridos.

Isso tudo nos leva a duas considerações importantes: a primeira delas foi que houve a necessidade de uma grande adaptação dos europeus em solo americano, tanto no caso da alimentação quanto na questão do uso da flora local para tratar as enfermidades<sup>50</sup>. A segunda, e tão fundamental quanto a anterior, foi a incontornável busca por aprender os perigos dos biomas do atual território brasileiro, afim de evitarem problemas, como no caso das plantas tóxicas acima citado. Neste segundo aspecto, é fundamental destacarmos, mais uma vez, o protagonismo indígena na construção do saber sobre a biota local, algo percebido na própria

---

<sup>49</sup> Elemento interessante e digno de nota é que o religioso francês André Thevet, em sua crônica sobre o continente americano, compara o “auai” com uma maçã, mas venenosa. A maçã possui forte simbologia no universo Cristão, sendo o “fruto proibido” que tornou o ser humano conhecedor do pecado, dor e sofrimento ao desrespeitarem uma ordem divina. Diversas vezes em sua obra, Thevet diz que os povos ameríndios são “selvagens” ou “libidinosos”, uma clara indicação do pecado. Desta maneira, um fruto que se parece com uma maçã envenenada pode ter alguma relação neste contexto e no imaginário do autor (THEVET, 1978, p. 147-148).

<sup>50</sup> Para o estudo da adaptação alimentar do colonizador em terras americanas, temos o artigo de Christian Fausto Moraes dos Santos; Gisele Cristina da Conceição e Fabiano Bracht (2013) intitulado “Porcos da metrópole e atuns da colônia: adaptação alimentar dos colonizadores europeus na América portuguesa quinhentista”. Já no caso das medicinas, as mezinhas já conhecidas na Europa, quando chegavam, devido à demora, muitas estavam já estragadas, impossibilitando seu uso. Por isso surge a necessidade de se conhecer as plantas medicinais locais, de saber indígena, para se tratar de suas enfermidades (EDLER, 2006, p. 9 e 53).

descrição que os autores coloniais faziam dos usos nativos das propriedades das matas, saber este que acaba sendo apropriado (pelos agentes da colonização) e ressignificado para atender aos seus interesses (CARDIM, 2015, p. 14; GÂNDAVO, 2008, p. 59).

A documentação de época, também faz diversas menções às serpentes e aranhas, por exemplo, que poderiam atacar qualquer ser humano que passasse por perto ou estivesse descuidado. Os relatos revelam um grande medo destes animais que, como as jararacas (*Bothrops jararaca*)

[...] se põem às tardes ao longo dos caminhos esperando a gente que passa e em lhes tocando com o pé lhes dão tal picada que se lhes não acodem logo com algum defensivo não dura o mordido vinte e quatro horas. Estas cobras se põem também em ramos de árvores junto dos caminhos para morderem a gente, o que fazem muitas vezes aos índios [...] mordem também as éguas e vacas, do que morrem algumas, sem se sentir de quê, senão depois que não tem mais remédio (SOUSA, 1971, p. 260).

O pavor de se deparar com um animal potencialmente letal, como uma serpente, era real e constante. Além disso, estava em jogo uma questão que era tanto econômica, quanto alimentar, como bem demonstra o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa. Havia a constante preocupação com os animais da propriedade, fossem aqueles destinados à nutrição ou montaria, também estariam sujeitos às peçonhas destes répteis, podendo gerar prejuízos à criação.

Fato tão interessante quanto, narrado pelo mesmo autor, indica um saber sobre o mecanismo de inoculação de veneno nestas serpentes. Uma constatação que, muito provavelmente, foi apontada por algum indígena com a qual o senhor de engenho tinha contato:

Tem estas cobras nos dentes presas, as quais mordem de ilhargas; e aconteceu na capitania dos Ilhéus morder uma destas cobras um homem por cima da bota, e não sentir coisa que lhe doesse, e zombou da cobra, mas ele morreu ao outro dia; e vendendo-se o seu fato em leilão comprou outro homem as botas e morreu em vinte e quatro horas com lhe incharem as pernas; pelo que se buscaram as botas, e acharam nelas a ponta do dente, como de uma agulha [...] no que se viu claro que estas jararacas tem a peçonha nos dentes (SOUSA, 1971, p. 260).

Ao descrever sintomas, como inchaço nas pernas, Gabriel Soares demonstra que, no século XVI já se sabia que a trombose era causada pela ação hemotóxica do veneno inoculado por tais serpentes (SILVA FILHO, 2013, p. 51). Mesmo devido à sua grande biodiversidade,



a Mata Atlântica<sup>51</sup> (bioma sobre o qual foram produzidas a maior parte das fontes aqui analisadas) estava repleta de elementos que necessitavam um olhar atento de seus habitantes, algo que os europeus aprenderam rapidamente com os povos originais. Muitos destes animais poderiam, de alguma forma, causar efeitos diversos de intoxicação ou envenenamento no organismo. Por conta disso, a necessidade primordial de saber identificar e separar aquilo que seria destinado à nutrição ou medicina do que deveria ser evitado. Como nem sempre se poderia evitar a picada de um escorpião, uma serpente ou o contato acidental com uma lagarta venenosa era necessário, também, conhecer os contravenenos, as substâncias que aliviariam o sofrimento da vítima e, por vezes, a curava (APOLINÁRIO, 2013, p. 220).

Estes antídotos, muitas vezes encontrados na própria natureza local, compunham-se especialmente de elementos botânicos. Cabe destacar as relações que eram feitas, na medicina colonial, entre estes simples<sup>52</sup> e uma botânica possuidora de propriedades eméticas e purgativas, que serão melhor analisadas no próximo capítulo. Como nos demonstra a médica e historiadora da medicina Cristina Brandt Friedrich Martin Gurgel, havia algo que “unia” as concepções médicas de indígenas, europeus e africanos em solo americano: o fato de que, uma vez instalada a doença no corpo, era necessário, de alguma forma, retirá-la. Por conta deste fato, algumas plantas que provocavam vômitos ou purgas tinham espaço garantido nos rituais de cura ou então nas mezinhas que circulavam no Império português (GURGEL, 2009, p. 145).

Podemos dizer, através destas fontes documentais, que algo semelhante ocorria no caso dos envenenamentos. Certas espécies da flora local que incitavam o vômito ou purga passaram a ser considerados poderosos antídotos contra a intoxicação do organismo por algum veneno, já que assim ajudariam a “lançar fora” tal toxina. Temos, como exemplo, a ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*), uma das plantas que mais chamaram a atenção dos europeus, especialmente devido à sua grande capacidade emética e purgativa, que foi considerada como antídoto para vários tipos de veneno (SANTOS, 2009, p. 120).

Justamente por conta destas propriedades, por vezes encaradas como “milagrosas”, estas espécies e suas partes circularam entre os continentes no contexto de “ligação” do mundo propiciado pelas grandes navegações. Já no século XVI e, principalmente, após

---

<sup>51</sup> A Mata Atlântica é um bioma de grande extensão, que cobre o litoral de Norte a Sul do país, adentrando para o continente a partir do Centro-Sul. Como o litoral foi o primeiro ponto de contato do europeu com o Novo Mundo, a maior parte das fontes no século XVI foram sobre ela produzidas. Sendo considerada um dos ambientes de maior biodiversidade do mundo, pôde propiciar aos povos indígenas um grande domínio sobre as plantas da região e seus efeitos no organismo, podendo ser a cura de diversos males que afligem a humanidade.

<sup>52</sup> Os simples são elementos que poderiam ser dos reinos vegetal, mineral ou animal, a serem utilizadas nos produtos finais, as mezinhas, ou seja, os “compostos” (LEITE, 2013, p. 58).

meados do XVII, encontramos referências a ela nos jardins e boticas europeus e orientais (GESTEIRA, 2013, p. 25 e 34).

Como outros exemplos de venenos e contravenenos indicados na documentação do início da colonização temos também o curioso caso da mandioca, planta de origem americana, sendo suas raízes muito aproveitadas para a nutrição entre os povos nativos do atual território do Brasil. Como nos conta o huguenote francês Jean de Léry, havia dois principais subgrupos deste tubérculo, sendo uma delas conhecida como mandioca-brava<sup>53</sup> (*Manihot utilissima*) que, diferentemente do “aipim”<sup>54</sup>, possui grandes concentrações de ácido cianídrico (matéria prima do veneno cianeto) no caldo após ser moída (LÉRY, 1961, p. 102-104).

Por conta disso, havia todo um processo conhecido por parte das etnias ameríndias para retirar suas toxinas e preparar uma mistura que pudesse se tornar própria para o consumo humano, sendo o poder de sua peçonha e o modo de fabricação do alimento descrito por um atento Gabriel Soares de Sousa desta maneira:

Se as comem os índios, ainda que sejam assadas, morrem disso por serem muito peçonhentas; e para se aproveitarem os índios e mais gente destas raízes, depois de arrancadas rapam-nas muito bem até ficarem alvíssimas, o que fazem com cascas de ostras, e depois de lavadas ralam-nas em uma pedra ou ralo, que para isso têm, e, depois de bem raladas, espremem esta massa em um engenho de palma, a que chamam tapeti, que lhe faz lançar a água que tem tôda fora, e fica essa massa toda muito enxuta, da qual se faz a farinha que se come [...] Antes de passarmos avante, convém que declaremos a natural estranheza da água da mandioca [...] porque é a mais terrível peçonha que há nas terras do Brasil, e quem quer que a bebe não escapa (SOUSA, 1971, p. 174-175).

O chamado Grande Livro da Natureza possuía lições ocultas. Muitas delas, se não aprendidas corretamente, poderiam custar caro. Era imprescindível conhecer tais lições e saber identificá-las, afim de evitar, por exemplo um envenenamento. Esse era o caso da mandioca e suas duas espécies (*Manihot sculenta* e *Manihot utilissima*) com características morfológicas muito parecidas, mas com desdobramentos distintos caso uma delas fosse consumida sem o devido preparo. De acordo com os cronistas do século XVI, praticamente não havia diferença aparente alguma entre ambas as espécies (LÉRY, 1961, p. 104). Entretanto, tal obstáculo tinha de ser contornado. E aprender a processar a mandioca com os indígenas fazia toda a diferença no processo de estabelecimento dos colonizadores a partir do século XVI. O gênero *Manihot*, durante séculos, foi a principal fonte de carboidrato não somente dos povos do tronco linguístico Tupi, mas também de grande parte dos colonizadores

---

<sup>53</sup> Esta que o autor chama de “maniot”, provavelmente assim denominada pelos indígenas (LÉRY, 1961, p. 102).

<sup>54</sup> Esta que o autor denomina “aypi”, também provavelmente de origem indígena (LÉRY, 1961, p. 102).

portugueses, favorecendo a formação de um mercado interno de trocas de produtos, sendo a farinha de raízes também levada a bordo dos navios nas viagens de ultramar, devido ao seu grande poder de conservação (CARDIM, 2015, p. 19; GÂNDAVO, 2008, p. 53).

Ressalta-se, novamente, que a técnica de produção e consumo da farinha a partir da mandioca era tecnologia totalmente indígena, assim como a cura em caso de envenenamento com sua toxina (ou outras em geral) que, curiosamente, poderia ser encontrado na mesma planta, sendo tratado como algo ao mesmo tempo intrigante e miraculoso, como nos conta o Frei Vicente do Salvador:

E se estas raízes assim moles as põem a secar ao sol chama-se carimã, e as guardam ao fumo em caniços muito tempo, as quais, pisadas se fazem em pó tão alvo como o da farinha de trigo [...] e assim o para que mais o querem é para papas, que fazem para os doentes com açúcar, e as tem por melhores que tisanas, e para os sãos as fazem de caldo de peixe ou de carne, ou só de água, e esta é a melhor triaga que há contra toda a peçonha, e por isso disse destas raízes, que tinham propriedade admirável, porque sendo cruas mortífera peçonha, só com um poucos de água e sal se fazem de mantimento e salutífera triaga (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 11).

Um observador Fernão Cardim também não deixou de registrar a terapêutica indígena para elaboração de um antiveneno de largo espectro:

Tem algumas coisas de notas [...] que tirado o homem, todo animal se perde por ela crua, e a todos engorda, e cria grandemente, porém se acaba de espremer, beberem aquela água só por si, não tem mais vida que enquanto lhe não chega ao estômago [...] Essa mesma mandioca curada ao fumo é grande remédio contra a peçonha, principalmente de cobras (CARDIM, 2015, p. 19).

Perceba que este antídoto era indicado para larga gama de venenos, especialmente para picadas de serpentes. De fato, as serpentes eram um verdadeiro pesadelo no imaginário colonial. Afinal, não demorou muito para os colonizadores perceberem que ação da maioria dos venenos inoculados pelas serpentes do Novo Mundo era consideravelmente rápida e, muitas vezes, fatal. Ter consigo uma mezinha ou botica contra picadas de cobras era algo tão fundamental quanto carregar um facão ou um punhado de farinha de mandioca.

Esta combinação entre “morte e salvação” ou “veneno e remédio” na mesma planta não era exclusividade da mandioca. Chamando grande atenção dos europeus que passaram por estas terras e deixaram seus registros. Tanto Gabriel Soares de Sousa, que descreve o mucuná (*Mucuna pruriens*) como “cujo fruto são umas favas redondas e aleonadas na cor [...] Estas favas para comer são peçonhentas, mas têm grande virtude para curar com elas feridas velhas” (SOUSA, 1971, p. 205), ou seja, um fruto venenoso, mas que, ao mesmo tempo

possuía um poder cicatrizante. Da mesma forma, o franciscano Francês André Thevet, em passagem pelo norte da América do Sul, toma nota sobre

[...] uma outra árvore da qual escorre, quando se arranca sua casca, um líquido tão venenoso quanto o arsênico<sup>55</sup>, Todavia, sua raiz é comestível servindo para fazer uma farinha que lhes serve de alimento, assim como a farinha de mandioca para os americanos<sup>56</sup>, conquanto essas duas plantas tenham troncos, ramos e folhagens inteiramente diferentes. Presentes na mesma planta o veneno e o alimento... Deixo aos filósofos a explicação (THEVET, 1978, p. 201).

O próprio André Thevet, diante de tamanha complexidade fisiológica, deixa a compreensão de tal fenômeno para os filósofos. Certamente ele está se referindo aos filósofos naturais, homens de letras que se dedicavam ao estudo do grande livro da natureza. Afinal uma planta que era provedora tanto do veneno, quanto do alimento era, por definição, um paradoxo botânico e ocultava uma dupla lição divina que não era fácil de ser compreendida.

A filosofia natural, por sua vez, prezava pela contemplação da natureza e de seus elementos, compreendendo-a como um todo interligado, um universo holístico gerido pelo Criador, sendo a função do estudioso descobrir os “mistérios” por trás de cada ser existente (FOUCAULT, 2000, p. 23). Isso tudo fica claro na descrição do cronista português Pero de Magalhães Gândavo no caso da erva-viva ou dormideira (*Mimosa pudica*), ao ficar encantado em como a planta “dorme” ao ser tocada, vindo a abrir após alguns instantes:

Essa planta deve ter alguma virtude mui grande, a nós encoberta cujo efeito não será pela ventura de menos admiração. Porque sabemos de todas as ervas que Deus criou, ter cada uma particular virtude com que fizessem diversas operações naquelas cousas para cuja finalidade foram criadas (GÂNDAVO, 2008, p. 112).

Fica claro que o cotidiano colonial envolvia o conhecimento de mais plantas além daquelas traficadas (pau-brasil) ou cultivadas para a manufatura de açúcar (cana-de-açúcar). De fato, conhecer as plantas medicinais que floresciam nas bordas da Mata Atlântica poderia ser tão ou mais importante do que saber cultivar cana-de-açúcar no século XVI. A partir dos relatos encontrados nos tratados e crônicas coloniais, não é difícil imaginarmos situações extremas como ataques de pânico causados pela picada de uma cascavel ao se coletar lenha ou a formigação da boca e inchaço das vias respiratórias ao ingerir um fruto ou semente venenosos por engano.

<sup>55</sup> O arsênico é uma substância tóxica de origem mineral.

<sup>56</sup> Nesta passagem, pode haver alguma confusão contemporânea com os termos, já que a denominação toponímica dada pelos europeus de então era diferente. Neste caso, Thevet está se referindo a sua passagem pela “Terra dos Canibais”, em uma região Norte da América do Sul, provavelmente próximo da costa Venezuelana e distante da então “França Antártica”, local de estabelecimento francês na América na atual Baía de Guanabara.

A busca incessante por catalogar todos os saberes possíveis sobre este Novo Mundo natural que se lhes apresentava fica clara na extensão e quantidade de fontes produzidas sobre, especialmente, a Mata Atlântica. Não é difícil, aliás, interpretarmos estes temas nos tratados e crônicas do século XVI como manuais de sobrevivência dos colonizadores<sup>57</sup>. Para que tais manuais cumprissem seu objetivo com êxito um amplo registro dos saberes indígenas foi primordial. O que era passível de se consumir, o que evitar e como se tratar de possíveis elementos tóxicos ingeridos, aprendendo a extrair a contrapeçonha a partir das plantas. Todo este conhecimento, de certa forma, era uma farmacopeia indígena compilada por europeus. Quer eles reconhecessem ou não a competência, sofisticação e eficiência dos “saberes selvagens”. Obviamente que do alto de sua pretensa superioridade o europeu não recorreu ao conhecimento do nativo porque admitia a efetividade de seus conhecimentos sobre a flora medicinal. A dificuldade de importação de mezinhas europeias e de sua distribuição ao longo de toda a extensão geográfica da América portuguesa<sup>58</sup>, deu sua parcela de contribuição à predileção pelas curas indígenas (EDLER, 2006, p. 9 e 24).

Estudar plantas medicinais, envenenamentos ou intoxicações no Novo Mundo, durante os primeiros decênios de contato europeu com um ambiente totalmente desconhecido é, também, uma oportunidade de estudar os paradigmas que envolvem o conceito de doença no início da era moderna. Expressões como “ares miasmáticos venenosos”, “pestilenciais” ou então que o “clima influi peçonha” (CARDIM, 2015, p. 8) não são somente uma tradução do que se entendia por sintomatologia neste período. Tais expressões nos dão importantes informações acerca da dinâmica do processo saúde/doença (GURGEL, 2009, p. 65; THEVET, 1978, p. 147; VIOTTI, 2012, p. 54).

A ideia de “peste”, por exemplo, tão antiga e sedimentada no Ocidente, grosso modo, pode ser compreendida como uma enfermidade com alto poder de expansão e transmissão, gerando adoecimento e uma conseqüente perda de vidas em larga escala. Devido à concepção de medicina herdada de bases Hipocrático-Galênicas, acreditava-se que estas moléstias

---

<sup>57</sup> Ao estudarmos o percurso pelo qual passou esses materiais, podemos notar que parte deles foi apenas “descoberto” no século XIX. Porém, as cartas e outras fontes jesuíticas, que aqui também utilizamos, passaram a circular de maneira mais precoce. De qualquer maneira, as informações por eles produzidas, se não lidas sistematicamente, ao menos circulavam oralmente entre a população.

<sup>58</sup> Eram poucas as mezinhas quem vinham para a colônia no primeiro século. Quando chegavam, muitas já haviam perecido e, as que restavam, ficavam restritas mais ao litoral do território. Para o interior, o transporte se dava no lombo de animais, sem condições de ser feito em larga escala, seja pela baixa disponibilidade do produto ou então pelas dificuldades de transporte. A questão que fica é entendermos até que ponto isso afetou a população em si, já que, até então, o discurso médico oficial não tinha total apelo entre o povo ou mesmo entre a elite econômica local. Dessa forma, aproveitando-se da imensa biodiversidade das matas tropicais e do saber indígena, passaram a utilizar as plantas locais na busca de tratamento e alívio para suas dores e enfermidades (EDLER, 2006, p. 9 e 17).

epidêmicas eram causadas pelo ar, conforme o próprio Hipócrates (460 a.C. – 370 a.C.) afirmou:

Quando muitas pessoas, novos e velhos, homens e mulheres, com diferentes tipos de alimentação e de exercício físico são atingidos ao mesmo tempo, é claro que não é o regime que está em causa, mas qualquer coisa comum a todos: o ar que se respira e que transporta alguma exalação insalubre (HIÓCRATES apud MELO, 2013, p. 10).

Este paradigma foi vigente, e amplamente difundido no mundo ocidental, até a descoberta dos micro-organismos e a formulação da Teoria Microbiana das Doenças em meados do século XIX. Por conta de sua ampla disseminação, o hipocratismo professado nas universidades europeias e árabes desdobrou-se em inúmeras versões e concepções que circulavam e eram resignificadas por diversos grupos sociais<sup>59</sup>. Tais reinterpretações, na maioria das vezes, eram influenciados pelo ritmo de vida e trabalho, alimentação, exercícios físicos, dentre outros fatores<sup>60</sup>. Algo que tendia à caracterização de uma medicina “individualizada, na qual o físico profissional deveria ter conhecimento do cotidiano de seu paciente a fim de compreender a doença em tese e a melhor forma de intervir a fim de recuperar sua saúde (ROSEN, 1994, p. 39 e 228).

Como podemos notar, para Hipócrates, no caso de uma moléstia que se alastrava por pessoas de diferentes constituições humorais e hábitos de vida, a única explicação possível era que esta se transmitia pelo ar. Tal ar estaria carregado de humores “venenosos”. Conseqüentemente, por onde passassem, tais humores causariam um desequilíbrio nos fluídos corporais, deixando um rastro de mortos e moribundos. No caso da Colônia, a “culpa” pela disseminação de maus humores recaía, especialmente, nos marinheiros e portos, uma vez que os navios chegavam de longe muitas vezes com água e alimentos em estado de putrefação. O que, segundo o paradigma hipocrático permitia a formação de “ares pestilenciais” que se alastravam pela América Portuguesa (SOUZA, 2018, p. 59-60).

---

<sup>59</sup> As principais fontes de pesquisa por nós utilizadas neste trabalho não foram escritas por físicos ou cirurgiões formados nas artes de cura do período, até pela baixa atratividade para estes profissionais desempenharem seus ofícios na colônia durante o primeiro século. Porém, sejam aquelas escritas por religiosos ou leigos, dos mais diversos grupos sociais, as concepções Hipocrático-Galênicas se fazem presentes, embora resignificadas de acordo com o olhar do escritor e o estrato social ao qual pertencia, o que demonstra a circulação destes saberes. Estes, por sua vez, também penetravam nas camadas mais baixas, combinando suas teses com o conhecimento das plantas locais que vai caracterizar um saber médico popular até hoje presente em várias localidades do país (COMPANY, 2006, p. 12-20)

<sup>60</sup> Por conta da crença em um universo holístico, até mesmo a disposição dos astros poderia alterar a disposição humoral de uma pessoa. Especialmente no caso de epidemias, os astros acabaram levando a culpa de diversas de suas ocorrências, já que uma alteração de suas posições ou então a passagem de algum cometa poderia ser o indício de um mal presságio (GURGEL, 2009, p. 157).

Além disso, esta visão pejorativa dos locais de embarque de navios passa a ser potencializada com o incremento do tráfico negreiro, a partir da segunda metade do século XVI. Como sabemos, os porões destas embarcações não possuíam a mínima higiene, navegando em condições sanitárias muito precárias, além de serem os negros escravizados literalmente amontoados nestes espaços. Dessa forma, acabaram também sendo culpabilizados pela situação de caos e de disseminação de doenças infectocontagiosas na colônia, a ponto de serem feitas, em momentos mais críticos, triagens com quarentena obrigatória aos escravos antes de serem negociados nos mercados locais, demonstrando o nível de preocupação com estas moléstias<sup>61</sup> (VIOTTI, 2012, p. 65).

Esta percepção do ar enquanto um elemento potencialmente venenoso ganha nova dimensão Novo Mundo, especialmente nos trópicos. No início da era moderna a Filosofia Natural considerava o ar ponto importante na constituição dos seres vivos. Desta forma, fatores como a temperatura da América portuguesa, muito superior àquela com a qual os colonizadores estavam habituados na Europa, era apontado como um dos principais responsáveis pelo ambiente potencialmente venenoso encontrado no Novo Mundo.

Autores como o jesuíta português Fernão Cardim chega a afirmar que “parece que este clima influi peçonha, assim pelas infinitas cobras que há, como pelos muitos alacrás, aranhas e outros animais imundos” (CARDIM, 2015, p. 8), completando logo em seguida que “assim como este clima influi peçonha, assim parece influir formosuras nos pássaros, e assim como toda a terra é cheia de bosques, e arvoredos, assim o é de formosíssimos pássaros de todo gênero de cores” (CARDIM, 2015, p. 9).

Em um contexto no qual admitia-se a possibilidade de abiogênese, isso tudo nos indica uma clara visão de como a atmosfera tem papel crucial na formação dos seres vivos de um ambiente. Dessa forma, baseados no paradigma de interpretação da natureza vigente, explicavam a enorme quantidade de serpentes, aranhas, lagartos e outros animais potencialmente venenosos no Novo Mundo (SANTOS; SILVA FILHO; MORAES, 2013, p. 138-139).

Aliada à preocupação com estes animais venenosos, em meio às matas, ou mesmo adentrando o interior das próprias casas, a busca por conhecimento e formas de elaboração

---

<sup>61</sup> De acordo com Rita Sousa Melo, as grandes navegações representaram a “universalização patológica do mundo” (MELO, 2013, p. 2). Dessa forma, acreditamos ser de fundamental importância o entendimento da História da Saúde para compreendermos a própria colonização da América, já que, ao atingir uma população sem experiência imunológica prévia, a mortalidade entre os povos indígenas alcançou números exorbitantes. Constituído-se como a principal “aliada” dos europeus, as doenças contagiosas desconhecidas até então no Novo Mundo, foram um dos elementos que ajudaram a abrir espaço para sua fixação no litoral e interiorização da conquista.

dos contravenenos eram também uma necessidade no período colonial. Para isso, torna-se importante realizarmos uma breve análise sobre a concepção em torno desta mezinha, que pode ser considerada um medicamento nas fontes do século XVI.

O conceito de antídoto, que aporta com os colonizadores na América portuguesa era, assim como a medicina Hipocrático-Galênica, uma herança da Antiguidade. A partir da expansão europeia no período medieval e fortalecido pela cultura do Renascimento, tal conceito fora “recuperado”. A autora Ana Rita Peixoto Carvas Guedes Sousa Melo, nos demonstra que Galeno (129 – 199 d.C.) definia as drogas em 3 grupos: aqueles que atuam sobre uma única qualidade elementar; os que atuam em várias dessas qualidades; e os fármacos com ações mais específicas. É neste último caso que entram os contravenenos, ou seja, aquelas substâncias e preparos que possuíam uma atuação própria contra os efeitos advindos do envenenamento (MELO, 2013, p. 8-9).

Todo este panorama sobre as concepções em torno dos elementos tóxicos, os remédios adequados para aliviar uma intoxicação e seus efeitos no corpo, tornam-se fundamentais para o entendimento da tipologia das fontes analisadas, já que elas refletem, com variações, estes entendimentos. Para adentrarmos nos conceitos e preceitos das fontes e a forma como estes foram aplicados no cotidiano da América portuguesa, que constitui temática do tópico seguinte, tais considerações tornam-se imprescindíveis. Isso também se deve pelo fato de que alguns destes pontos de vista, presentes nestas narrativas sobre a terra e os habitantes que aqui residiam, conheceram um percurso de longa-duração, deixando alguns de seus resquícios até os dias de hoje.

Importante lembrar que, por um lado, ao analisarmos os venenos e contravenenos no período colonial, não podemos nos esquecer que este era um campo de conhecimento primordial à sobrevivência dos colonizadores. Estes saberes, por sua vez, foram uma herança direta dos saberes indígenas. Por outro lado, grande parte das toxinas conhecidas pelo ser humano sempre estiveram presentes em extratos vegetais de diversas plantas, não sendo diferente na América. Seus usos estratégicos serão melhor avaliados no tópico seguinte, mas cabe ressaltar a importância de diferenciar, na natureza, os elementos que poderiam ser usados na nutrição daqueles que deveriam ser evitados, além de identificar e saber extrair os compostos que poderiam ser usados como antídotos em caso de envenenamentos ou intoxicações.

Por conta disso, em expedições diversas pelo interior da América portuguesa, era lugar-comum os viajantes levarem uma caixa de botica, dentro da qual poderiam ser encontradas as mezinhas ou símplices, já que era eminente o perigo de picadas de animais



peçonhentos ou então a ingestão de frutos e sementes que poderiam causar reações adversas no organismo. Devido à dificuldade de importar e distribuir ao longo do território as mezinhas europeias, os elementos utilizados da colônia para estes casos eram, em grande medida, provenientes da flora local, milenarmente conhecidos e explorados pelas diversas etnias indígenas (EDLER, 2006, p. 52).

### **2. 3 – Venenos, contravenenos e a vida cotidiana do “ser colonial”: um entendimento da dinâmica interna da América portuguesa, para além da relação colônia-metrópole**

Após uma discussão introdutória acerca da história da toxicologia e de como os venenos e contravenenos aparecem nas fontes do século XVI de maneira mais geral, abordaremos, neste tópico, os diversos usos documentados destas substâncias pelos agentes coloniais. Para isso, é fundamental ressaltarmos a ideia de que as utilizações destes compostos e extratos vegetais, bem como a medicina colonial e o uso de fitoterápicos, nosso objeto de pesquisa, atendia, em grande medida, à uma lógica interna.

Obviamente que todo esse Novo Mundo de extratos, unguentos, mezinhas e boticas, elaboradas a partir da flora da América portuguesa, não ficou restrito às fronteiras do Oceano Atlântico. Muitas foram as plantas americanas passaram a ser objeto de tráfico, atingindo todas as regiões até então alcançadas pelas Grandes Navegações. Entretanto, para além da importante questão envolvendo o valor mercantil das plantas medicinais nativas, consideramos ser relevante pensar a América portuguesa, também, para além da relação colônia-metrópole e dos ciclos econômicos que favoreciam esta última. Admitir que havia, nestas terras, uma dinâmica colonial própria, com seus habitantes, suas necessidades e a formação de um mercado interno possibilita trazer à tona uma América portuguesa mais dinâmica e complexa. Ou seja, não podemos subordinar a história da América portuguesa apenas à uma “funcionalidade” destinada à Metrópole.

Dessa forma, para além de alimentos cultivados especialmente nas pequenas propriedades agrícolas, muitos deles oriundos da biota local, como a mandioca e o milho, sendo vendidos nas feiras e mercados em conjunto com peixes e carnes de outros animais criados especialmente no interior, desenvolvendo e movimentando uma economia local, circulava também internamente *simples* e *compostos*<sup>62</sup> da natureza *brasílica*. Estes, por sua vez, eram comercializados ou doados nas boticas, fossem estas laicas ou eclesiásticas para uso

---

<sup>62</sup> Vide nota de rodapé de número 7.

da população colonial (LEITE, 2013, p. 74; FRAGOSO; FLORENTINO, 1993; SOUSA, 1971, p. 121-134).

Não podemos nos esquecer que o estudo do cotidiano, tão celebrado por uma relevante historiografia contemporânea, envolve o fato de que as pessoas adoeciam, necessitando, para além do tratamento médico, de medicamentos que aliviassem suas dores e/ou permitissem a melhora do quadro clínico ou infeccioso, quando fosse o caso. Importante ressaltar, mais uma vez, que estes compostos, extratos, galhos, folhas, resinas e sementes da natureza americana eram de conhecimento majoritariamente indígena, mas que acabam apropriados no contexto da colonização, afim de servir aos interesses da conquista e instrumentalizar a manutenção destas terras em nome do Império Luso (CARNEIRO, 2011, p. 14).

Para entendermos os colonialismos, propomos a possibilidade de nos aprofundarmos em objetos de estudos que não foram alvo de muita atenção pela historiografia tradicional, ou seja, do estudo da política, economia e religião, admitindo que a História da Saúde também contribui muito para sua compreensão. Para além das epidemias causadas por moléstias “exóticas”<sup>63</sup>, que facilitaram a fixação e interiorização da conquista, as enfermidades e envenenamentos a que estavam sujeitos os mais diversos atores coloniais continuavam impondo desafios a seres superados. A resposta para tais obstáculos, porém, estava na própria natureza local.

Para compreendermos a preocupação dos colonizadores com as reações adversas no organismo advindo de possíveis intoxicações, fossem elas oriundas de extratos vegetais ou de animais peçonhentos, e os antídotos que pudessem “lançar fora” o veneno, é necessário apreendermos o cotidiano colonial e a dinâmica interna da colonização, já que esta constituía um problema ordinário para seus habitantes. Além disso, tais elementos venenosos também tinham empregos estratégicos como guerra, caça e pesca, seja pelos povos indígenas<sup>64</sup> e africanos ou então por europeus (e seus descendentes) aqui radicados, ou seja, por praticamente todos os agentes coloniais do século XVI (CARDIM, 2015, p. 23; THEVET, 1978, p. 201).

---

<sup>63</sup> Ao falarmos de moléstias “exóticas”, estamos aqui nos referindo ao uso destinado às Ciências Biológicas ao termo, ou seja, que algo que é introduzido “de fora”, como as doenças infectocontagiosas que desembarcaram com os europeus a partir das Grandes Navegações.

<sup>64</sup> Interessante aqui é ressaltarmos a ideia mais recente da historiografia ao trabalharmos com os povos indígenas, que é o conceito de “índio colonial”, que vem na esteira da crítica contemporânea para o destaque da história destes grupos para além das relações de dominação. Desta forma, foi criado um ambiente colonizatório e esta perspectiva busca entender como as diversas etnias ameríndias viviam, se adaptavam e resistiam. Em nossa dissertação, quando falamos de “agentes coloniais” não nos referimos apenas aos europeus e seus descendentes, mas a todos os outros grupos que se movimentavam nesta estrutura criada e administrada a partir do “Velho Mundo” (APOLINÁRIO, 2013, p. 186).

Muito dos saberes indígenas sobre as substâncias potencialmente letais, presentes na flora do Novo Mundo, foram documentados em cartas jesuíticas, crônicas e relatos de viagens. Fica claro o pleno domínio dos indígenas, não somente das plantas com faculdades medicinais, mas também aquelas com substâncias tóxicas e venenosas. Assim como no caso da botânica medicinal, o contato prolongado com os biomas da região pertencente então à América Portuguesa, foi responsável pela criação de um grande saber sobre as propriedades tóxicas das matas *brasílicas*.

Como é típico de nossa espécie, os seres humanos tendem a intervir no ambiente em que vivem, modificando-o a ponto de que os elementos disponibilizados pela natureza possam, de alguma forma, servir aos seus propósitos práticos. Mais do que a produção de saberes, foi também dada uma destinação prática para as substâncias e princípios ativos presentes nas matas locais, auxiliando os povos indígenas e, na sequência, os colonizadores em seu dia a dia. Vimos que no caso dos cicatrizantes, trabalhados no primeiro capítulo, os cortes ou inflamações eram comuns devido à própria dinâmica da vida na colônia, sendo indispensável debruçar-se sobre as plantas com potencial epitelizador afim de recuperar o tecido rompido mais rapidamente e evitar uma infecção, o que podemos perceber com a grande quantidade de informações sobre este grupo de plantas nas fontes do período.

Um dos destinos dados às toxinas era o seu uso bélico nas guerras intertribais. As fontes nos demonstram uma série de etnias que faziam uso de flechas envenenadas com o objetivo de provocar uma morte mais rápida e certa em seu oponente. O Frei Vicente do Salvador é um dos cronistas coloniais que documentou tal prática ao falar da caçada que os povos indígenas do litoral faziam aos tubarões, a fim de “não tanto para os comerem, como para dos dentes fazerem as pontas de suas flechas, que são peçonhentas e mortíferas” (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 25). O padre Fernão Cardim também é outro que nos dá semelhante relato ao falar de alguns povos, dentre eles os “guayó” que “vivem em casas [e] pelejam com flechas ervadas” (CARDIM, 2015, p. 64).

Além disso, o uso destes compostos também buscava satisfazer necessidades cotidianas como a alimentação, através da caça e pesca. No primeiro caso, assim como nas ações bélicas, as flechas eram envenenadas de venenos retirados de plantas ou animais, levando em conta que a presa atingida teria muito mais dificuldades para sobreviver ao ter uma toxina penetrando no interior de seu corpo após um ferimento do projétil disparado.

Já no caso da busca por peixes, uma atividade muito interessante foi documentada pelos colonizadores ao observar as técnicas de pesca desenvolvidas pelos povos indígenas. Neste caso, especialmente nos rios, os nativos envenenavam os peixes, causando um efeito

entorpecente, tornando mais fácil seu apresamento. Conforme descrito por Gabriel Soares de Sousa:

Quando este gentio quer tomar muito peixe nos rios de água doce e nos esteiros de água salgada, os atravessam com uma tapa-gem de varas, e batem o peixe de cima para baixo; onde lhe lançam muita soma de umas certas ervas pisadas, a que chamam timbó, com o que embebeda o peixe de maneira que se vem acima da água como morto; onde tomam às mãos muita soma dele (SOUSA, 1971, p. 312).

A busca por fontes de proteína (uma atividade que nem sempre é bem-sucedida, não importando o quão experiente possa ser o caçador ou pescador) havia sido aperfeiçoada por alguns povos indígenas ao ponto de não haver margem para fracassos. Para além dessa técnica de pesca extremamente sofisticada, os indígenas ainda sabiam utilizar de uma substância que, apesar de imobilizar os peixes, o que facilitava a captura destes, não tornava a carne imprópria para consumo humano. Neste caso em específico, fazia-se a extração dos compostos tóxicos do timbó (*Ateleia glazioviana*), um tipo de cipó. Fernão Cardim, ao descrever o emprego do timbó, também se refere ao seu uso nesta atividade, destacando sua utilidade em outras necessidades cotidianas deste contexto, como para a fabricação de atilhos ou embiras<sup>65</sup>:

Timbós são umas ervas maravilhosas, crescem do chão como cordões até o mais alto dos arvoredos onde estão, e alguns vão sempre arrimados à árvore como hera; são muito rijos, e servem de atilhos, e alguns há tão grossos como a perna de um homem, e por mais que os torçam não há quebrarem; a casca destes é fina peçonha, e serve de barbasco para os peixes, e é tão forte que nos rios onde se deita não fica peixe vivo até onde chega com sua virtude, e destes há muitas castas, e proveitosas assim para atilhos como para matar os peixes (CARDIM, 2015, p. 23).

Muito longe de causar algum temor, o timbó deixou, literalmente, o jesuíta português maravilhado com suas propriedades ictiotóxicas. A depender do aprendizado com os nativos indígenas, uma substância venenosa poderia ser considerada tão relevante para o cotidiano colonial quanto qualquer planta medicinal.

Mas havia também espaço para substâncias letais comporem algum prato típico da América portuguesa. Fosse para colocar em prática alguma conspiração sinistra e matar um desafeto, um marido violento ou um senhor de engenho despótico. Na segunda metade do século XVI, Gabriel Soares de Sousa, ao falar do veneno da mandioca, relata que:

---

<sup>65</sup> Para isso precisamos entender a importância que atilhos e embiras tinham no contexto analisado, especialmente para “dar liga” em partes de barcos ou construções de madeira, como casas, por exemplo, na falta de pregos. Isso demonstra uma apropriação de elementos da natureza para suprir necessidades cotidianas na vida na colônia.

Nos lugares onde se esta mandioca espreme, se criam na água dela uns bichos brancos como vermes grandes, que são peçonhentíssimos, com os quais muitas índias mataram seus maridos e senhores, e matam a quem querem, do que também se aproveitavam, segundo dizem, algumas mulheres brancas contra seus maridos; e basta lançar-se um destes bichos no comer para um pessoa não escapar, sem lhe aproveitar alguma contrapeçonha, porque não mata com tanta presteza como a água de que se criam, e não se sente este mal senão quando não tem remédio nenhum (SOUSA, 1971, p. 175).

Devido à todas as preocupações envolvendo envenenamento, fosse este provocado intencionalmente ou resultado de algum descuido, quando da manipulação de algum composto venenoso, havia a necessidade de pleno conhecimento das substâncias utilizadas para neutralizar seus efeitos, conforme narrado pelo próprio cronista acima citado. Um detalhista Vicente do Salvador se preocupa, por exemplo, em detalhar as qualidades medicinais de árvores como a jurubeba (*Solanum paniculatum*) que, de acordo com o autor, as folhas “saram as chagas, e as raízes são contra peçonha” (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 10). De fato, sabemos hoje que a raiz da jurubeba pode ser usada no tratamento de doenças como anemia, artrite, doenças do fígado ou problemas digestivos. Enquanto suas folhas são indicadas para problemas do trato gastrointestinal como excesso de gases, queimação no estômago, além de bronquite, tosse e problemas no fígado como hepatite ou icterícia (TENÓRIO, 2015, p. 38-39).

Ou então como num dos extratos vegetais mais utilizados como contraveneno na colônia, presente, por exemplo, na famosa Triaga Brasília<sup>66</sup> (SANTOS, 2009, p. 124-125), o caapiá (*Dorstenia brasiliensis*), descrito por Fernão Cardim como:

Esta erva há pouco que é descoberta, é único remédio para peçonha de toda sorte, maximé de cobras, e assim se chama ervadecobra, e é tão bom remédio como unicórnio de Bada, pedra de bazar, ou coco de Maldiva. Não se aproveita dela mais que a raiz, que é delgada, e no meio faz um nó como botão; esta moída, deitada em água e bebida mata a peçonha da cobra (CARDIM, 2015, p. 21).

Ter uma raiz de caapiá entre as boticas ou em algum canto do embornal poderia significar a diferença entre a vida e a morte caso o encontro com alguma cascavel ou jararaca fosse inevitável. As propriedades medicinais da *Dorstenia brasiliensis*, erva nativa do Brasil, da Família das Moraceae eram tão assombrosas quanto o medo causado pelos venenos esta

---

<sup>66</sup> As triagas são medicamentos compostos por diversos elementos dos reinos vegetal, mineral e animal, sendo utilizados desde a antiguidade. A partir da Idade Média, especialmente no mundo árabe, ganham grande força como antídotos para venenos. No caso da Triaga Brasília, como muitos religiosos encontravam-se mergulhados nas artes de cura, os jesuítas, provavelmente do colégio da Bahia, criaram-na a partir de diversas plantas medicinais locais – em conjunto com outros compostos e uma botânica já conhecida no Velho Mundo – servindo como uma “panaceia para todos os males” e, particularmente funcionando como contraveneno (EDLER, 2006, p. 42; SANTOS, 2006, p. 66).

planta combatia. A literatura etnofarmacológica e farmacológica contemporânea identifica a *Dorstenia brasiliensis* como uma planta de ação antipirética e antisséptica (DAS, 2009, p. 515; MORS et al., 2000, p. 635). E tanto o emprego, quanto o método de preparo da caapiá ensinado pelos indígenas e detalhado pelo jesuíta português, tem um grande efeito antiofídico. O historiador Wellington Bernardelli Silva Filho nos lembra que, em 1991, foi comprovado que a raiz da *Dorstenia brasiliensis*, ao ser macerada e diluída em água, neutralizava os efeitos miotóxicos da peçonha da jararaca (*Bothrops jararaca*) (RUPPELT et al., 1991, p. 204; SILVA FILHO, 2013, p. 18).

Mesmo a mandioca, como já citada anteriormente, possuía toxina letal, considerada pelos cronistas coloniais como uma das mais mortíferas (GÂNDAVO, 2008, p. 59). Portanto, certos momentos de desatenção, talvez mesmo em seu processo de fabricação e retirada do veneno, poderiam causar intoxicação. Algo que chamou muito a atenção dos cronistas do século XVI, um aspecto quase mágico, “admirável”, nas palavras do Frei franciscano Vicente do Salvador foi a afirmação de que a cura do envenenamento estava na própria planta, por meio de um processamento diferente da “farinha de guerra”, comum na colônia.

Esta outra maneira de se preparar a mandioca (*Manihot utilíssima*) chamava-se carimã. E, ao ser ingerida com água, seria “a melhor triaga que há contra toda a peçonha” (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 11). Assim como a árvore descrita por André Thevet, que possuía uma seiva mortal, mas cuja raiz era comestível (THEVET, 1978, p. 201), o preparado chamado carimã mostrava que a mandioca também poderia oferecer tanto o veneno, quanto o antídoto. Morte e vida estavam presentes na mesma planta. Abrindo caminho para o estudo e especulação dos filósofos (naturais), conforme a descrição do monge francês.

Baseado no paradigma das já citadas Similitudes, que compreendia o cosmos como um “todo organizado”, formando elos em cadeias que se ligavam por meio das simpatias e antipatias, ao chegar no “Novo Mundo”, os europeus tiveram que lidar com uma botânica de características muitas vezes contraditórias. Isso tudo apresentou-se como um desafio, tanto aos homens de letras, quanto aos *curiosi*<sup>67</sup> para explicar esta natureza com base na Filosofia Natural, movendo os apetites pelo saber em busca de uma explicação. Assim, ao necessitar de observação empírica para chegar aos resultados propostos, cada vez mais a autoridade dos antigos sobre a análise da natureza vai sendo questionada e novos métodos no que podemos

---

<sup>67</sup> Os pesquisadores e estudiosos nos séculos XVI e XVII que não possuíam necessariamente uma formação superior, como os chamados *homens de letras*, recebiam a denominação de *curiosi rerum naturae* ou *virtuosi*. Estes entendiam o conhecimento como uma atividade coletiva, portanto, os resultados obtidos individualmente eram transmitidos uns para os outros, para eventuais críticas ou adições (PAPAVERO & PUJOL-LUZ, 1997, p. 1).

considerar os saberes que irão constituir as ciências na era moderna, vão sendo construídos afim de dar explicação e lugar para todas as “novidades” que compunham a natureza do Novo Mundo. Este movimento pode ser interpretado como o início da Ciência Moderna e a Revolução Científica do século XVII, tendo a América e o saber indígena grande papel nesta construção (CARNEIRO, 2011, p. 14 e 25-27; FOUCAULT, 2000, p. 23-47).

No caso interno da colônia portuguesa, o que percebemos é tais contribuições no campo da filosofia natural se deram através de apropriações dos saberes sobre estes compostos venenosos e seus consequentes empregos. Assim, em qualquer expedição para o interior, seja dos bandeirantes na busca por escravos nativos ou mesmo ações exploratórias a mando na coroa, não poderia faltar, entre eles, as “caixas de boticas”. Estas estruturas portáteis poderiam abrigar em seu interior um sem-número de mezinhas, compostas por plantas medicinais a serem utilizadas em caso de ferimentos, dores e, até mesmo, envenenamentos provocados por animais peçonhentos ou ingestão de plantas tóxicas. Este é um dos motivos que levou à curiosidade, catalogação e estudo dos contravenenos presentes nos biomas da América lusa (EDLER, 2006, p. 52 e 67).

Para além disso, muitos destes *simplices* passaram a ser utilizados para a elaboração das mezinhas a serem vendidas ou doadas nas boticas, fossem elas laicas ou religiosas. Neste último caso, como boticários, tiveram grande destaque os jesuítas desde o início da ocupação do território até sua expulsão em meados do século XVIII. Necessitando adentrar nas artes de cura<sup>68</sup> (e até mesmo utilizando estas como instrumento catequético), afim de solucionar ou amenizar as epidemias causadas especialmente entre os povos indígenas, mas tratando de toda a população colonial, os inicianos se especializaram em produzir e distribuir remédios em toda a região<sup>69</sup> (CALAINHO, 2005, p. 65-66). Dentre eles, podemos encontrar alguns que eram utilizados contra envenenamentos, como as raízes de Ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) ou de Jurubeba (*Solanum paniculatum*) e a famosa Triaga Brasileira, composto que unia diversas plantas americanas com outras europeias e asiáticas, formando uma verdadeira panaceia (SANTOS, 2009).

---

<sup>68</sup> Devido a vários motivos, dentre eles a falta de médicos formados na colônia e mesmo pelo contato próximo com os povos indígenas que foram alvo de diversas enfermidades do Velho Mundo, os jesuítas, a fim de alcançarem alguma legitimidade de ação frente a estes grupos, precisaram adentrar nas artes de cura na colônia. Com o tempo suas atividades se expandiram, abrindo enfermarias, tomando conta de hospitais e boticas. Nestas últimas, estudavam e manipulavam as plantas da natureza *brasílica* a fim de criarem medicamentos substitutos das mezinhas europeias (GURGEL, 2009, p. 113-117).

<sup>69</sup> Os jesuítas atuaram na colônia em diversos casos, como durante epidemias, guerras e todo o tipo de acontecimento que necessitava de cuidados de saúde, seja atuando como cirurgiões ou então como distribuidores de medicamentos, já que as maiores boticas da América portuguesa estavam sob a égide da Companhia de Jesus.

Baseados nas informações tratadas neste tópico, podemos dizer que os venenos acompanham a história da própria humanidade, tanto no sentido de evita-los, quanto sabe-los usar. Como é da natureza humana intervir no ambiente em que vive, buscando satisfazer suas necessidades e melhorar sua qualidade de vida, passou-se a ver em tais substâncias venenosas, possibilidades de uso estratégico, como a busca diária por fontes de proteína e gordura – caça e pesca – ou então na guerra, em uma espécie de corrida armamentista que visava desenvolver uma arma mais letal em campo de batalha. Além disso, o envenenamento provocado, ou seja, aquele furtivo, através de uma bebida ou alimento, visando eliminar um desafeto políticos ou mesmo alguém do convívio cotidiano, também se fez presente.

As finalidades, acima mencionadas, eram também encontradas na América portuguesa, conforme documentadas nas fontes, já a partir do primeiro século da colonização. O caso do uso bélico dos venenos é curioso e representativo para nossa análise: mais do que embeber as pontas de flechas em substâncias venenosas extraídas da natureza, antes de atirá-las no inimigo, estes povos também descobriram uma planta cicatrizante, com ação específica para o caso de ferimentos com projéteis envenenados, que é o caapiá (*Dorstenia brasiliensis*), sendo “grande remédio para as feridas de flechas ervedas” (CARDIM, 2015, p. 21). Como afirmado, isso também nos demonstra que era uma prática corriqueira a utilização de flechas ervedas de veneno nos combates intertribais, e que a corrida armamentista também existia entre os povos nativos. O que exigia, não somente um amplo conhecimento sistemático sobre a enciclopédia botânica que ocultava na Mata Atlântica, mas, também, um espírito investigativo equivalente aos mais eminentes filósofos naturais ou alquimistas europeus do período.

Este exemplo, somado aos outros anteriormente trabalhados, nos levam a considerar que as etnias ameríndias estavam plenamente adaptadas ao seu meio ambiente, por vezes, milenarmente explorado, conhecendo bem seus benefícios e perigos, sabendo a maneira de trata-los. O conhecimento destes povos sobre os compostos tóxicos e venenosos da natureza, a forma de melhor extraí-los, o uso para seus interesses específicos e o saber a respeito da cura em caso de intoxicação, nos permitem um vislumbre do grau de sofisticação e profundidade dos saberes destas etnias não somente em relação ao ambiente em que viviam, mas também sua compreensão acerca de complexas substâncias químicas e seus diversos efeitos no metabolismo humano.

Tais evidências nos revelam uma lógica interna da dinâmica colonial, posto que o conhecimento destes compostos nem sempre atendia a um mercado de exportação, o que não quer dizer que não circulavam, ou possuíam tanto valor quanto aqueles recursos naturais que



eram embarcados nos porões das naus rumo ao velho mundo. O estudo da História da Saúde e dos medicamentos na *Terra Brasilis* precisa ser encarado como uma forma da própria população da América lusa, diversa como era, tratar seus males, enfermidades e perigos decorrentes do contato com a biota local. Sendo, em última instância, fundamental para entender o próprio processo de colonização, bem como a manutenção do império, já que somente estes fitoterápicos poderiam, de alguma forma, aliviar seus sofrimentos ou mesmo risco de morte. A relevância de tal tema, para a dinâmica colonial, também por ser aferida na recorrência de deste nos diários, cartas, memórias e tratados escritos por colonizadores, viajantes ou missionários religiosos que por aqui passaram deixaram no século XVI.

Por conta disso, e da troca relativamente rápida e efetiva de informações propiciadas pelas Grandes Navegações, em conjunto com a nascente imprensa europeia, além do impulso investigativo da Cultura do Renascimento, parte destas substâncias medicamentosas extraídas das matas americanas passou a circular pelo globo, a exemplo do óleo de copaíba (*Copaifera spp.*) e da ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*). Esta última utilizada, no período colonial, como “purgativo e antídoto para qualquer veneno” (GURGEL, 2009, p. 69). Isso se deveu pelo fato de que plantas e animais venenosos estão presentes em todos os cantos do planeta, e um vegetal que se apresentava como milagroso passou a conhecer grande demanda no além-mar. Estas plantas, ainda são pouco investigadas pela historiografia. Mas, muito provavelmente, impactaram o mundo tanto (ou mais) que o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Afinal copaíba e ipecacuanha, quinhentos anos depois dos primeiros relatos de seu uso, ainda permanecem enquanto relevantes princípios ativos na farmacologia e medicina mundiais.

Fosse para aliviar dores, livrar-se de toxinas, curar-se de epidemias ou evitar um processo inflamatório em ferimento exposto, o estudo filosófico-natural da flora da América portuguesa e, sobretudo dos amplos saberes indígenas sobre este campo, constituiu-se em um instrumento privilegiado de reflexão no século XVI, sendo a este também atribuído diversos usos práticos, afim de viabilizar a própria presença colonial em terras estrangeiras. Em grande parte dos casos, estes medicamentos eram fitoterápicos, ou seja, retirados de plantas que tivessem alguma utilidade para os seres humanos. Porém, devido à própria concepção de medicina do período, partes de animais ou elementos minerais também se faziam presentes nas substâncias consumidas como “mezinhas”, ou como antídotos contra envenenamento e intoxicação, baseando-se nas ideias de simpatias/antipatias que serão melhor analisadas no tópico seguinte.

## 2. 4 – Simpatias e antipatias: para uma compreensão da Filosofia Natural e sua relação com os agentes tóxicos

Os elementos venenosos, presentes na natureza são encontrados, em grande medida, no reino vegetal, objeto principal de nossa investigação. Assim, ao longo desta pesquisa, já foram elencadas plantas com compostos tóxicos, como a mandioca (*Manihot esculenta*), o timbó (*Ateleia glazioviana*) e o mucuná (*Mucuna pruriens*) e muitos outros frutos que, de acordo com depoimentos como o do missionário protestante francês Jean de Léry, em meados do século XVI eram muito semelhantes<sup>70</sup> aos já conhecidos na Europa, “porém perigosos de comer”, justamente pelas toxinas presentes, seja no caroço, como em vegetais “semelhantes à castanha” ou àqueles “semelhantes às nossas nêspas” (LÉRY, 1961, p. 137).

Ao viver em contato com este ambiente e buscando, a partir dele, satisfazer suas necessidades mais cotidianas, a exemplo da medicina e alimentação, tanto colonizadores, quanto nativos americanos precisavam estar sempre alerta aos perigos encontrados nos mais diversos ecossistemas. Por conta da longa convivência com os biomas americanos, os povos indígenas construía um saber sobre estes, tendo grande noção sobre quais espécies poderiam ser, ou não, utilizadas na alimentação ou quais venenos poderiam ser extraídos afim de servir à prática de caça, pesca ou guerra. O arcabouço de saber indígena era complexo, envolvendo a memorização e capacidade de reconhecimento de uma infinidade de plantas, animais e minerais. No que se refere às substâncias tão necessárias aos cuidados médicos, não foi apenas a mitologia dos povos nativos ou o conservadorismo dos colonizadores que acabou por exaltar a superioridade dos saberes indígenas. A evidência incontestável dos efeitos medicinais de um extrato, um emplasto ou beberagem deixou claro que os saberes e drogas ameríndias eram consideravelmente mais eficazes que aquela medicina que desembarcou com os colonizadores vinda do Velho Mundo no período colonial do que a medicina europeia da época colonial (CARNEIRO, 2011, p. 25).

Para além das técnicas europeias extremamente invasivas<sup>71</sup>, de bases hipocrático-galênicas, os métodos indígenas superavam os europeus em termos de procedimentos médicos

---

<sup>70</sup> Conforme já mencionado em outras ocasiões, Michel Foucault, ao trabalhar com o paradigma das similitudes, nos demonstra que a semelhança desempenhou um importante papel na construção do saber ocidental até o século XVI. Por conta disso, ao entrar em contato com o “novo”, como fica claro nas fontes, os colonizadores buscavam aproximar o que viam com o já conhecido, realizando uma operação mental de representação a fim de dar inteligibilidade a toda esta natureza diferente do que possuíam, até então, em seu arcabouço de conhecimento. Com as Similitudes e ao pensar um universo “todo integrado”, estas semelhanças entre os vegetais poderia ter algum significado oculto a ser desvendado, descobrindo sua utilidade para o ser humano, inclusive no caso da cura de doenças diversas e envenenamentos (FOUCALUT, 2000, p. 23).

<sup>71</sup> Estes procedimentos envolviam sangrias, suadouros e incitações à vômitos e purgas, que, por vezes, eram caracterizados como agressivos ou excessivamente invasivos, sendo que, em termos práticos, apresentam pouco ou nenhum resultado. Além disso, o autor também se refere ao consumo de múmias ou outros produtos

e do conhecimento de drogas medicinais. E o fato de os nativos serem ágrafos, torna esta constatação ainda mais impressionante. Por não terem um sistema de escrita, estas informações sobre duas das regiões de maior biodiversidade do mundo, como a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica, eram guardadas especialmente pelos anciãos das tribos e passadas de geração em geração<sup>72</sup>.

Para além dos compostos botânicos em si, uma série de outros elementos também provocam efeitos tóxicos no organismo, como os minerais. A depender do tipo de mineral, este, inclusive, pode ser considerado muito perigosos no momento de sua extração da terra. No século XVIII, mais especificamente em 1735, auge da mineração do ouro na América portuguesa, o famoso cirurgião português Luís Gomes Ferreira escreveu um tratado de medicina na colônia denominado “Erário Mineral”. Nesta obra, o autor que trabalhou empiricamente com diversos enfermos, especialmente africanos escravizados que lavravam metais preciosos, descreveu uma série de doenças que poderiam acometer os mineiros, algumas delas derivadas de gases prejudiciais exalados das minas (FERREIRA, 2002).

Para além disso, a medicina, que sempre se preocupou com estes compostos nocivos derivados de minerais, como explicitado no início do capítulo, passa por uma reformulação e crítica do galenismo a partir do século XVI. Paracelso é, talvez, o médico mais destacado neste processo, ao queimar em praça pública os livros de Galeno e substituir a famosa teoria dos quatro humores por três elementos minerais que percorriam nosso corpo e formavam a fisiologia humana: sal, mercúrio e enxofre (EDLER, 2013, p. 118).

Refletindo o ambiente de sua época e novas descobertas no campo científico, este físico suíço teorizava o que seria denominado adiante de “Iatroquímica” na questão médica e farmacêutica. De acordo com esta ideia, nós não apenas seríamos formados por elementos minerais, como a cura de nossos males estaria também nestes compostos que, por vezes, poderiam levar à óbito se utilizados em excesso, sendo a dose o que diferia o medicamento do veneno. Dessa forma, a química vai, pouco a pouco, adentrando no ramo da farmácia até se estabelecer definitivamente no século XIX (EDLER, 2006, p. 62).

Os animais também se configuram como outro objeto de atenção no que tange o estudo da toxicologia, não sendo diferente quando da chegada dos europeus em terras do Novo Mundo. Devido à notável biodiversidade presente nestas paragens, descrita sobremaneira nas fontes do período, a fauna local também apresentava certos perigos ao

---

cadavéricos, excrementos, dentre outros elementos mágicos como bezoares, chifres de unicórnio e amuletos. Em contraposição a isso, os indígenas usavam medicamentos “simples”, oriundos da biota local, que provaram maior efetividade (CARNEIRO, 2011, p. 22-23).

<sup>72</sup> Vide nota de rodapé de número 6.

mesmo tempo que possibilitava, dentro da concepção de medicina deste contexto, a cura para envenenamentos.

Já trabalhando aqui, e na dissertação do historiador Wellington Bernardelli Silva Filho (2013), muitos foram os relatos feitos pelos colonizadores sobre as aranhas, escorpiões, lacraias, lagartas e serpentes enquanto animais dignos de atenção, nota e cuidado. Na colônia calçar uma bota, ou caminhar pela floresta poderia significar, literalmente, um ato de vida ou morte. No caso das aranhas, o perigo representado por estes aracnídeos se fazia até mesmo no lugar que deveria ser mais seguro: a própria residência. De acordo com a descrição de Gabriel Soares de Sousa, “Na Bahia se cria muita diversidade de aranhas [...] e criam-se em paus podres, no côncavo deles, e no povoado em paredes velhas” (SOUSA, 1971, p. 268).

Para além das plantas com alguma ação antipeçonhenta, ou com propriedades vomitivas e purgantes, também consideradas, principalmente pela medicina hipocrático-galênica, eficazes antídotos ao “lançar para fora o veneno”, a cura para intoxicações presentes no cotidiano colonial poderia ser obtida na própria fauna local. Para isso, era previsto o uso de certas partes animais em soluções que funcionariam contra os envenenamentos.

Esta perspectiva já era encontrada na Europa da antiguidade, prevendo o uso de elementos considerados “mágicos” como chifres de unicórnios, por exemplo, nestes compostos medicamentosos. Outros, de obtenção mais viável, previa a coleta de certas pedras formadas no interior do organismo de certos animais, sendo fruto do processo digestivo, como os bezoares, encontrados em bodes, por exemplo (CARDIM, 2015, p. 8 e 21; GURGEL, 2009, p. 97-98).

Para compreendermos os princípios presentes nestes combates à intoxicação com venenos, necessitamos recorrer ao “Princípio das Similitudes”, trabalhado pelo filósofo francês Michel Foucault em seu livro “As Palavras e as Coisas”. Ao analisarmos a Filosofia Natural e a concepção de mundo que permeava o século XVI no Ocidente, podemos notar que, neste contexto, se pensava o universo e o cosmos como um “todo organizado”, no qual tudo o que existia, possuía um elo de ligação entre si, já que a Criação era tida como perfeita por excelência, sendo fruto da vontade e bondade divinas (FOUCAULT, 2000, p. 23).

A ligação existente entre as coisas do macro e microcosmo se davam por meio de simpatias (ato de atração) e antipatias (estas operavam enquanto uma força reguladora, afastando certos elementos). A explicação do uso destinado às substâncias e compostos acima, se dava pelo fato de que poderiam ter alguma antipatia com os venenos ingeridos, fazendo com que a intoxicação, de alguma forma, fosse expulsa (por antipatia) do corpo. Esse é o caso das tartarugas, citadas por André Thevet como uma possível cura (por meio das

simpatias e antipatias) para dois efeitos: o primeiro deles ao citar o caso de um fidalgo português com lepra que foi colonizar a ilha de Cabo Verde. Ao lá chegar, não encontrando alimentos ao qual estava acostumado no reino, passou a se alimentar de ovos de tartaruga, logo encontrando-se curado de seu mal. Refletindo o paradigma das similitudes e busca por “elementos ocultos e misteriosos” na natureza que pudessem revelar a presença do Criador, o monge franciscano nos diz que: “Compete aos médicos pesquisar se a carne da tartaruga possuiria ou não alguma propriedade oculta e particular que curasse a lepra” (THEVET, 1978, p. 54). Muito provavelmente a anatomia e textura lisa da pele da tartaruga revelava o caráter curativo antipático desta em relação aos sintomas da hanseníase como os nódulos na pele.

No caso de envenenamentos, André Thevet se refere à Plínio<sup>73</sup> para elencar as qualidades de antiveneno da tartaruga, afirmando que “[...] todavia, que sua carne é um eficaz antídoto contra diversos venenos, especialmente o da salamandra, devido à antipatia existente entre os dois animais, inimigos mortais um do outro” (THEVET, 1978, p. 54). Este trecho deixa claro como, por meio das similitudes, a ingestão de tartaruga poderia curar um doente intoxicado com veneno de salamandra, já que, entre esta espécie de anfíbio e a tartaruga havia uma “antipatia mortal”, ajudando na cura do enfermo.

Esta visão de mundo baseada nas simpatias/antipatias e o “princípio dos contrários” fica muito patente nas narrativas do período da colonização, aqui utilizadas como fontes de pesquisa. Muitas vezes, quando os cronistas falam de aspectos da natureza, elas aparecem como no caso da relação da tartaruga com a salamandra, citada acima. Constituindo-se como uma forma de explicar o universo, as similitudes buscavam dar alguma inteligibilidade também nas ações que ocorriam no reino animal e das relações entre os seres vivos em geral, como o fenômeno hoje conhecido pelo termo alelopatia. A competição por recursos no campo da natureza era, por exemplo, explicada dentro deste princípio que envolvia o próprio cosmos. Fernão Cardim, ao falar das árvores do Velho Mundo já presentes em terras americanas, afirmava:

As árvores de espinhos, como laranjeiras, cidreiras, limoeiros, limeiras de várias sortes, se dão também nesta terra que quase todo o ano tem fruto, e há grandes laranjeiras, cidrais, até sedarem pelos matos, e é tanta a abundância dessas coisas que delas não se faz caso. Têm grandes contrários nas formigas<sup>74</sup>, e com tudo isso há muita abundância sem nunca serem regadas (CARDIM, 2015, p. 37-38).

<sup>73</sup> Plínio, o Velho (23 d.C – 79 d.C) foi um autor do período romano que pesquisou e escreveu sobre diversos temas relacionados à Filosofia Natural.

<sup>74</sup> As formigas representaram um grande empecilho a diversas empreitadas coloniais, especialmente as “cortadeiras”, já que prejudicavam toda uma plantação. Gabriel Soares de Sousa, como senhor de engenho e preocupado com a ação destes insetos, nos deixou muitos detalhes acerca destes pequenos animais na América portuguesa e o “estrago” que causavam nas culturas de frutas locais e estrangeiras e das roças de mantimentos.

Este princípio e modelo explicativo do universo era também empregado para o caso da relação saúde/doença e mesmo do envenenamento, como analisado adiante. Por hora, fiquemos com mais uma breve citação do missionário jesuíta português sobre as virtudes de partes do bico da anhuma (*Anhima cornuta*) uma ave de rapina nativa, para a cura da mudez, ao apresentar antipatias com esta “deficiência”, sendo usado como amuleto, muito comum na concepção médica de então:

Este pássaro é de rapina, grande, e dá brados que se ouvem meia légua, ou mais; é todo preto, os olhos tem formosos, e o bico maior que de galo, sobre esse bico tem um cornito de comprimento de palmo; dizem os naturais que este corno é grande medicina para os que lhe tolhem a fala como já aconteceu que pondo ao pescoço de um menino que não falava falou logo (CARDIM, 2015, p. 12).

Os elementos antipáticos entre si, tendem a se separar ou, então, um pode expulsar/eliminar o outro quando entram em contato/confronto. Esta é uma das explicações possíveis para a compreensão do uso de substâncias aparentemente “mágicas”, ou que parecem sem sentido para nós do século XXI, em mezinhas destinadas a casos leves ou graves de envenenamento. Caso curioso é que a potencialidade daqueles animais produtores de peçonhas, como serpentes ou escorpiões, por exemplo, para a extração do antídoto, utilizado pela toxicologia moderna, também já era explorado no século XVI. Jean de Léry, em passagem pela França Antártica no século XVI, diz que ele mesmo foi picado por um escorpião. Necessitando de atendimento médico, recorreu a um boticário da expedição pela colônia “que possuía alguns desses animais em conserva de azeite em uma garrafinha”, acrescentando que se não fosse por isso “o veneno se teria espalhado rapidamente por todo o corpo” (LÉRY, 1961, p. 127). O medicamento (herdado de técnicas antigas) foi uma solução de partes deste aracnídeo amassada ou feita em pó, aplicado sobre o ferimento, acreditando na possibilidade de cura por meio de simpatias/antipatias. Parafraseando o próprio princípio medieval das simpatias e antipatias, no início da era moderna assistimos a coexistência de paradigmas distintos acerca do processo saúde/doença, bem aqueles que definiam o processo de cura em si. Tal coexistência de paradigmas distintos fica evidente nesta passagem de Jean de Lery. Nela o missionário francês descreve um dos princípios do médico e alquimista Paracelso, de que todas as substâncias venenosas também podem ser curativas (PARACELSO, 1973 e 1976; PORTO, 1997, p. 569).

---

Além disso, nos relata também métodos indígenas para evitá-las, técnicas estas que eram utilizadas pelos ameríndios especialmente na lavoura de mandioca e, provavelmente, foi apropriada pelos agricultores locais (SOUSA, 1971, p. 268-273).

Por meio da crença neste universo holístico, governado por Deus no topo, mas com todos os elementos existentes interligados entre si, ao chegarem na América, os europeus trazem estas concepções também em suas bagagens. Um fenômeno que se torna ainda mais fascinante e rico quando tais paradigmas se encontram com aqueles presentes na medicina indígena. Em caso de necessidade, e não encontrando os compostos originais utilizados nas mezinhas de sua terra natal, alguns elementos da natureza americana serviram como substitutos. Um exemplo é o caso da pedra de bezoar<sup>75</sup> que passou a ser explorada a partir de animais da fauna local, como a anta, que “algumas tem no bucho umas pedras, que na virtude são como as de bazar, mas mais lisas, e maciças” (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 12).

O mesmo princípio das simpatias/antipatias se faz presente no caso do peixe-boi. Gabriel Soares de Sousa nos relata que estes animais “na cabeça entre os miolos tem uma pedra tamanha como um ovo de pata [...] e tem grandes virtudes contra a dor de pedra” (SOUSA, 1971, p. 279) identificando a aparência dos objetos, as similitudes, com as simpatias entre si, estabelecendo suas possíveis virtudes medicinais.

O que ocorreu no contexto colonial, foi a apropriação de um saber indígena que, em grande parte dos casos, foi ressignificado, aplicando conceitos da medicina praticada na Europa na Era do Renascimento. Em grande medida baseada no galenismo, as mezinhas eram compostas por elementos dos três reinos mencionados, vegetal, mineral e animal. O caso das plantas, objeto principal de nossa pesquisa, é muito significativo já que desde tempos imemoriais, os seres humanos encontraram na botânica, por meio da experiência, a possibilidade de se curar de suas dores ou enfermidades (LEITE, 2013, p. 58).

Os seguidores de Galeno, bem como os agentes de cura do século XVI, uniam diversos produtos do reino vegetal para a composição de seus medicamentos. Ao aportarem na colônia, os grupos que trabalhavam com a saúde ou que precisaram com ela lidar, a exemplo dos jesuítas, partiram de pressupostos médicos da Antiguidade para formularem suas próprias mezinhas. Como algumas matérias-primas se encontravam aqui indisponíveis ou existiam em pequena quantidade, houve a apropriação das plantas medicinais nativas para sua fabricação.

De fato, em diversos destes medicamentos coloniais, com especial atenção para os contravenenos, a botânica local estava presente. Talvez o caso mais emblemático tenha sido o

---

<sup>75</sup> São “pedras” que se formam em órgãos digestivos de alguns animais oriundos do processo digestório. Na Europa era muito utilizado os bezoares de bode. Na ausência ou falta desta em terras americanas, outros animais que produziam as tais pedras passaram a ser objeto de cobiça, especialmente as antas. Em algumas fontes também é encontrada com o nome de “bazar” ou “pedra de bazar” (CARDIM, 2015, p. 21; SOUZA, 2018, p. 111-113).

da Triaga Brasília, uma mezinha que agia como muitos “remédios” do período, ou seja, uma panaceia indicada para diversos males<sup>76</sup> e, dentro deles, os envenenamentos, especialmente de serpentes. Nesta receita, tornada muito popular a partir do século XVIII, os fitoterápicos encontradas nas matas americanas se faziam presentes sobremaneira (VIOTTI, 2012, p. 18).

Destas a ipecacuanha, a jurubeba e o caapiá, por exemplo, eram três dos contravenenos americanos presentes na receita. Além disso, Fernando Santiago dos Santos afirma que, por mais que a triaga tenha tomado corpo e se popularizado no XVIII, ela não nasceu pronta e acabada, mas sim passou por um processo de evolução. Durante este processo, muitos dos *símplices* utilizados nesta mezinha já eram conhecidos, explorados e serviam como antídotos contra intoxicação desde, ao menos, o século XVI, sendo provavelmente utilizadas muito antes nos rituais de cura dos povos indígenas (SANTOS, 2009, p. 66).

No caso de envenenamentos, as curas poderiam ser diversas e, como toda concepção de medicina, temos um fundo cultural e religioso presente por trás de todos os medicamentos e ritos indicados para expurgar o agente tóxico do corpo. Para além de elementos considerados “mágicos”, especialmente aqueles oriundos do reino animal e mineral e da cura por simpatias/antipatias, temos também as plantas medicinais, em grande medida de caráter purgativo ou vomitivo, com a finalidade de “lançar fora” o veneno do organismo, devendo ser ministrado com a maior rapidez possível. Em alguns casos, poderia ser restabelecida a saúde do doente, embora em algumas circunstâncias isso era considerado até mesmo impossível, a depender a intensidade do veneno, como Gabriel Soares de Sousa ao falar do poder da toxina da “água da mandioca”, que “quem quer que a bebe não escapa por mais contrapeçonha que lhe deêm” (SOUSA, 1971, p. 175). Por mais que outros autores do período discordem do senhor de engenho, demonstrando que, ministrado a tempo, o antídoto podia funcionar (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 11).

Devido ao já trabalhado encantamento inicial provocado pela natureza americana, fruto dos primeiros contatos dos europeus com a terra, havia a concepção de que, no interior do continente, poderiam ser encontradas sempre novas substâncias naturais que aliviassem o sofrimento humano<sup>77</sup>. Como o envenenamento pode ocorrer em qualquer lugar do mundo, no caso das plantas consideradas com poder de contrapeçonha, estas passaram a ser admiradas,

---

<sup>76</sup> Vide nota de rodapé de número 20.

<sup>77</sup> Até mesmo pela ideia, corrente no cristianismo, de que Deus colocou os elementos da Terra todos à disposição do homem. Portanto, as enfermidades encontrariam sua cura na própria natureza e foi incessante, neste contexto, a busca por interiorizar a conquista visando encontrar medicinas a fim de aliviar as dores e sofrimentos humanos, movidos, em grande medida, pela crença da possível chegada em um “Paraíso Terreal” que poderia propiciar estes elementos curativos.



exportadas e estudadas por diversos filósofos naturais do período (GESTEIRA, 2004, p. 71-74). Alguns autores como Henrique Carneiro, consideram inclusive que este conhecimento de um novo mundo natural, em especial da botânica curativa, deu um impulso extra à medicina e às ciências europeias a partir das Grandes Navegações, gerando uma grande mudança de paradigmas no saber. Estas alterações na forma de pensamento e a valorização cada vez maior do empirismo e experiência direta na busca por conhecimento da natureza, é considerada ponto de partida para a “Revolução Científica” do século XVII (CARNEIRO, 2011, p. 23-27).

Para o historiador acima citado, o arcabouço de informações sobre a flora era muito superior entre os povos ameríndios do que entre os europeus. Estas plantas medicinais, além disso, estão entre as mais utilizadas no mundo até os dias de hoje pela indústria farmacêutica. Embora desprezados pela ciência ao longo dos séculos, foram os povos indígenas e seus conhecimentos sobre as matas que fundamentaram, em grande medida, sua evolução, o que torna necessário, neste trabalho, o reconhecimento destes fatos (CARNEIRO, 2011).

Foram as plantas americanas, e o saber das diversas etnias que habitavam o continente, que ajudou no desenvolvimento universal da ciência médica. Para além disso, afim de destacar o protagonismo indígena durante a colonização, podemos elencar a medicina também como um ato de resistência, já que, mesmo por vezes reprimidas, os rituais de cura e as plantas com potencial terapêutico continuaram sendo utilizadas, formando a base de um saber presente até os dias de hoje, seja ele popular ou científico (APOLINÁRIO, 2013, p. 186 e 202).

Entretanto, quando o universo dos saberes médicos europeu se encontrou com o indígena, uma revolução ocorreu. Cada erva, raiz, extrato, folha, semente, casca, galho ou fruto com propriedades fitoterápicas significou um novo paradigma nos mais diversos campos do saber em saúde. Entretanto, tais revoluções, preconizadas pelo contato com os saberes dos nativos americanos foram, em um primeiro momento, encobertas por um eurocentrismo inerente ao colonizador. Porém, a pretensa superioridade do Velho Mundo neste campo de conhecimento foi colapsando no decorrer da era moderna. Descrições e relatos como a ameríndia Copaíba (*Copaifera langsdorffii*) agiram como uma verdadeira medicação de ação sistêmica nas entranhas das analogias medievais.

À guisa de conclusão, é interessante notarmos que, no que tange ao âmbito dos venenos e contravenenos, elementos dos reinos mineral, vegetal e animal se sobrepujam, seja no caso de intoxicação ou então na tentativa de encontrar sua cura. Um dos objetivos deste capítulo foi a busca por entender como isso se processava na mentalidade colonial, fruto da concepção de corpo e fisiologia humana no século XVI. Este exercício torna-se imperioso,

além disso, para uma compreensão mais completa do conteúdo das fontes de pesquisa aqui utilizadas.

### **Capítulo 3 – Elementos eméticos e purgativos da flora medicinal da América portuguesa**

Neste capítulo acerca das plantas das quais se extraíam elementos medicinais presentes no território da América portuguesa, trabalharemos com aqueles considerados eméticos ou purgativos. Destinados a funções diversas, ao serem recomendados para desobstrução intestinal, incitação à vômitos e purgas, cura de “câmaras de sangue” ou mesmo como antídotos contra envenenamentos, estes compostos foram elencados sobremaneira nas fontes do século XVI.

Ao aportar em terras “estranhas”, o ser humano busca, ao entrar em contato com o “desconhecido”, criar elementos de inteligibilidade com base no “já conhecido”, muitas vezes adaptando suas dietas e medicinas. Não foi diferente com o caso dos colonos europeus e seus descendentes no Novo Mundo. Os elementos curativos extraídos da botânica local descritos na documentação, partiram do interesse do escritor (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRACHT, 2013, p. 345-347).

Devido à própria concepção de medicina corrente do Velho Mundo até então, Hipocrático-Galênica, os purgantes e vomitivos passaram a receber grande atenção dos cronistas coloniais. Conforme explicado anteriormente, dentro desta concepção, a compreensão da fisiologia humana se baseava em humores que circulavam no corpo. A doença, portanto, seria causada pelo excesso, falta ou corrupção de um ou mais destes fluídos (EDLER, 2006, p. 34).

É aqui que entra a importância dos elementos a serem estudados neste capítulo. Ao incitarem o vômito e a purga, estariam, de alguma maneira, contribuindo para eliminar os excessos humorais, “lançando-os fora”. Muito comum para a época, eram, além disso, as sangrias e suadouros, com a mesma finalidade descrita acima. Muitas plantas americanas, inclusive, passaram a ser indicadas para provocar sudoreses a fim de reequilibrarem os fluídos corporais, em um processo que podemos acompanhar desde a escrita das primeiras fontes, sendo posteriormente potencializadas com os estudos do médico e filósofo natural Guilherme de Piso durante sua estadia no Brasil Holandês (século XVII) (BAIDA; CHAMORRO, 2011, p. 8 e 11; MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 9-10).

Parte desta botânica local utilizada com os fins mencionados é, hoje, comprovadamente eficaz contra uma série de sintomas e doenças. Isso tudo aparece já mesmo na documentação aqui estudada, demonstrando que um ancestral saber empírico dos povos originais deste território na cura de enfermidades e suas consequências, como diarreias, infecções bacterianas e por protozoários ou mesmo na cura de simples cólicas (GURGEL, 2009, p. 70).

Com este capítulo temos, como objetivo, analisar as plantas americanas de conhecimento indígena, descritas pelos europeus a partir do século XVI, que possuem propriedades eméticas e purgativas. Estas eram utilizadas com finalidades diversas dentro do universo cultural, religioso e curativo tanto de europeus quanto das etnias ameríndias, a serem melhor analisadas nos tópicos abaixo.

### 3. 1 – Os purgantes nas fontes do primeiro século de colonização

Conforme já apresentado anteriormente, as fontes que utilizamos em nossa pesquisa são oriundas de autores de diferentes reinos europeus e que ocupavam posições diversas na hierarquia social da época. Embora encontramos elementos de distanciamento em suas narrativas, devido aos interesses divergentes destes atores sociais, a forma de descrever a natureza americana e suas potencialidades curativas, presentes especialmente nos vegetais, se assemelhava em muitos aspectos.

Consideramos que isso se dava, em grande medida, pela novidade da “descoberta”, fruto do conhecimento indígena compilado nesta documentação pelo colonizador. Além disso, o paradigma médico/fisiológico Hipocrático-Galênico e suas concepções de Filosofia Natural estavam presentes em todo o “Velho Mundo”<sup>78</sup>, algo que se deixa transparecer em seus escritos.

Nestas mesmas crônicas e relatos, já realizamos uma análise sobre os compostos cicatrizantes e os venenos/antídotos nelas presentes. Devido à exuberância, especialmente do primeiro bioma da América portuguesa a ser contatado e descrito, a Mata Atlântica (em sua grande biodiversidade), passa a ser objeto de interesse e curiosidade. Seja, pela necessidade de aprender a sobreviver em meio a este território ou então para encontrar elementos a serem comercializados, torna-se necessária a descrição e catalogação das matas *brasílicas*.

Não podemos deixar de mencionar que o movimento caracterizado como “Grandes Navegações”, ou seja, a expansão europeia visando novos continentes e produtos (principalmente tropicais) se deu por conta dos vegetais. As especiarias orientais<sup>79</sup> são um grande exemplo, mas, ao chegarem na América, a busca por novas drogas<sup>80</sup> continua (BRACHT, 2013, p. 11). Algumas adquiriram, com o tempo e aumento da demanda externa

---

<sup>78</sup> E com isso queremos nos referir não apenas à Europa. Os estudiosos árabes eram, desde a Idade Média, grandes herdeiros deste modelo de concepção de mundo, natureza, corpo e medicina (REBOLLO, 2006, p. 72-75).

<sup>79</sup> A exemplo do Cravo-da-Índia (*Syzygium aromaticum*), canela (*Cinnamomum verum*), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), gengibre (*Zingiber officinale*), dentre outros.

<sup>80</sup> Droga, neste contexto, representava elementos botânicos, geralmente secos, podendo ser usado na alimentação ou como medicina (BARBOSA, 2014, p. 64).

destes produtos, alto valor mercantil, contribuindo para o extrativismo e, em alguns casos, o processo de extinção de algumas espécies. Outras, tiveram um uso mais restrito à colônia, mas que se tornam fundamentais para entendermos a medicina colonial e a dinâmica interna da América portuguesa, especialmente a formação de um mercado de mezinhas e fitoterápicos que atendia à uma lógica local (EDLER, 2006, p. 49).

Foram com estas intenções que, a partir da troca de conhecimentos com os povos originais e a interiorização da conquista, os colonizadores passam a descrever, categorizar e estudar a flora medicinal local, legando-nos os documentos que aqui nos propomos a analisar como fontes. Dentro desta botânica de uso médico, encontramos grande destaque para os elementos purgantes, eméticos e capazes de provocar sudorese.

De conhecimento dos povos indígenas e uso em sua concepção tradicional de medicina, estes compostos caíram como uma luva para os europeus colonizadores. De acordo com a médica e historiadora da medicina Cristina Brandt Friedrich Martin Gurgel, as três principais culturas formadoras do atual território brasileiro<sup>81</sup>, presentes nestas terras desde o século XVI, possuíam uma concepção materializada de doença. Mesmo com distanciamentos entre as concepções da relação saúde/doença, algo os unia, de acordo com a autora: europeus, indígenas e africanos acreditavam que, uma vez instalada a doença, ela teria que sair de alguma forma (GURGEL, 2009, p. 171).

Consideramos que isso contribuiu sobremaneira para a grande aceitação e uso dos compostos eméticos, purgantes e sudoríferos entre os grupos que compuseram a sociedade colonial. Todos eles ajudariam a “lançar fora” do corpo o que estava causando a doença no enfermo, seja por meio de vômitos, purgas ou suadouros.

O colonizador e senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, ao falar de alguns procedimentos médicos indígenas, descreve um ritual em que certos grupos

Curam as grandes feridas e flechadas com umas ervas, que chamam cabureíba, que é milagrosa, e com outras ervas, de cujas virtudes fica dito atrás no seu título; com as quais curam o cano, que se lhes enche muitas vezes de câncer; e as flechadas penetrantes e outras feridas, de que se vêem em perigo, curam por um estranho modo, fazendo em cima do fogo um leito de varas largas umas das outras, sobre as quais se deitam os feridos, com as feridas boca abaixo em cima deste fogo, pelas quais com a queadura se lhes sai todo o sangue que têm dentro e a umidade; e ficam as feridas sem nenhuma umidade; as quais depois curam com óleo e o bálsamo, ou ervas (SOUSA, 1971, p. 318-319).

---

<sup>81</sup> Neste ponto, chamamos a atenção para o cuidado em não cair em uma espécie de “democracia racial”. Mas o fato é que estes três grupos fizeram parte da população colonial e suas concepções materializada de doença que, uma vez instalada no corpo enfermo precisava sair os unia, explicando o grande sucesso, aceitação e uso dos purgantes por todos eles e suas artes de cura (EDLER, 2006, p. 28 e 51; GURGEL, 2009, p. 171).

Depois, em outra passagem, o mesmo autor nos conta que:

Dá-se outro mantimento em todo o Brasil, natural da mesma terra, a que os índios chamam ubatim, que é o milho da Guiné, quem em Portugal chama zaburro [...] Costuma este gentio dar suadouros com este milho cozido aos doentes de boubas, os quais tomam com o bafo dele, com o que se acham bem; dos quais suadouros se acham sãos alguns homens brancos e mestiços que se valem deles (SOUSA, 1971, p. 182).

Isso demonstra um dos usos dos sudoríferos ou procedimentos capazes de incitar o suor entre os povos indígenas do atual território brasileiro. Em outra passagem, o mesmo autor nos demonstra que os europeus também se apropriaram de certas plantas a serem usadas de maneira semelhante a fim de reequilibrar os humores corpóreos, restabelecendo a saúde ao doente (SOUSA, 1971, p. 182).

Os povos africanos e seus descendentes passaram a ter grande influência nas artes de cura do período colonial, especialmente a partir do século XVIII. Neste momento, expande-se a produção de fontes acerca dos “calundus<sup>82</sup>”. Este movimento se dá por diversos motivos, como a visitação dos Inquisidores portugueses neste mesmo período produzindo material a respeito de práticas condenadas, pelas devassas eclesiásticas ou por escritos de cirurgiões sobre a medicina praticada na América portuguesa de então (FURTADO, s.d., p. 97).

Devido a um cenário de maior urbanização, principalmente na região das Minas Gerais, africanos escravizados, libertos ou mestiços se fazem cada vez mais presentes como agentes de cura. Por vezes, quando nos referimos aos “escravos de ganho”, típicos de regiões de cidades, pensamos imediatamente nas “negras quitandeiras” ou em uma espécie de “comércio ambulante” de produtos vendidos nas ruas, sendo grande parte do dinheiro arrecadado repassado ao senhor no fim do dia. Porém, queremos chamar a atenção que a mão de obra escrava também se fazia presente nas artes de cura. Seja porque vieram da África já com algum saber médico ou então por aprenderem na colônia<sup>83</sup>, medicavam e repassavam o pecúlio recebido (BARBOSA; GOMES, 2016, p. 293).

Quanto aos libertos e mestiços, por vezes, necessitando de alguma maneira prover sua subsistência, aprendiam com um mestre estes ofícios, tornando-se barbeiros ou cirurgiões, em grande medida, empíricos. Com isso, queremos destacar um protagonismo africano também na medicina dos tempos coloniais, contribuindo para seu desenvolvimento e conhecimento

---

<sup>82</sup> Eram rituais africanos praticados no período colonial. Andre Luis Lima Nogueira nos demonstra que com o tempo vários grupos os frequentavam. Estes ritos misturavam elementos religiosos e medicinais visando, dentre outros objetivos, a busca da cura do corpo doente (NOGUEIRA, 2016, p. 16-18).

<sup>83</sup> As vezes patrocinado pelo próprio senhor que via nisso uma oportunidade de lucrar.

das plantas e técnicas de cura existentes no período, fazendo circular estes saberes. Muitos, inclusive, agiam como barbeiros e cirurgiões nas embarcações transatlânticas (PIMENTA, 2006, p. 238).

Suas formas de curar, conforme descrito nos relatos acerca dos calundus<sup>84</sup>, baseava-se também nos vomitivos e purgantes, cujos usos pelos grupos diversos que compuseram a América portuguesa foram elencados já no século XVI. Nesta documentação, para além do reequilíbrio humoral que propiciavam, típico da medicina do Velho Mundo, local de onde partiam seus cronistas, encontramos usos diversos para estas plantas (FURTADO, s.d., p. 99-100).

Sua utilização na cura de doenças ou mesmo na minimização dos sintomas foi percebida de forma empírica pelos povos indígenas, conforme os próprios relatos nos sugerem. Por vezes, os autores “dão créditos” às etnias com as quais entram em contato, ao falarem de certas medicinais que eles descobriram e utilizavam e qual a virtude da mesma (CARDIM, 2015, p. 19).

Assim, estes compostos, que hoje são (alguns deles) estudados pela ciência, baseiam-se em óleos ou alcaloides que já tinham sido exaustivamente testados pela experiência cotidiana há milênios. Ao conviverem com esta natureza, as etnias ameríndias aprenderam a selecionar nas matas os compostos a lhes ajudarem em caso de adoecimento. Seguindo a trilha de autores coloniais, Flavio Coelho Edler nos diz que “a mata é a botica dos índios”, demonstrando essa capacidade de reconhecimento e uso da flora medicinal local (EDLER, 2006, p. 24). Essa “botica” apresentava, entre as plantas que serão neste capítulo analisadas, princípios ativos contra cólicas, dores intestinais ou estomacais, intestino preso, bactérias e amebas diversas causadoras de enfermidades, além de ajudar a “lançar fora” o que estava fazendo mal ao moribundo, propiciando alívio de suas complicações ou mesmo ajudando-os a se restabelecerem em caso de envenenamentos.

Porém, como o ser humano é produtor de cultura, estes compostos vomitivos e purgantes passam a ser incorporados em rituais religiosos com o tempo, não nos esquecendo de que medicina e religião sempre estiveram interligadas ao longo da História humana. Portanto, já utilizados há tempos nos ritos indígenas, serão apropriados por grupos coloniais como benzedeiros(as), parteiras, barbeiros, curandeiros e toda a sorte de profissionais de cura, fossem eles da “medicina popular” ou daquilo que era entendido, no contexto estudado como

---

<sup>84</sup> Os relatos acerca desses rituais, geralmente advindos de documentos produzidos pela Inquisição ou Devassas eclesíásticas estão permeados de elementos eurocêntricos, necessitando de uma análise atenta por parte do pesquisador.

“medicina erudita”<sup>85</sup> (VIOTTI, 2012, p. 17-18). Permeados de elementos eurocêntricos, indígenas e africanos serão estigmatizados pelos usos destes compostos em usas festividades ou ritos.

Porém, físicos e boticários europeus presentes na América também fizeram uso destas medicinas sem que, contudo, sofressem com as mesmas perseguições dos grupos acima mencionados. Esta postura preconceituosa na cura praticada por indígenas e africanos continuará ainda forte por parte do Estado até mesmo no século XX, sendo criminalizadas e taxadas como “charlatanismo”, “curandeirismo”, mas que, ainda assim, resistiram e se fazem presentes no cotidiano até os dias atuais (GUIMBELLI, 2003).

### **3. 2 – A teoria humoral e a importância dos purgativos**

Conforme mencionado anteriormente, a sociedade europeia do século XVI pensava o universo de maneira holística. Derivada de concepções gregas sobre o cosmos, mas reformuladas a partir de perspectivas cristãs como a Patrística e a Escolástica<sup>86</sup>, o mundo e todos os seus elementos estavam interligados entre si, com o Criador no topo desta estrutura (FOUCAULT, 2000, p. 24-27).

Macro e microcosmo se influenciavam mutuamente, com as alterações do primeiro se refletindo no segundo. A Filosofia Natural era a disciplina responsável por estudar os elementos “mutáveis” deste mesmo universo holístico, como os animais, minerais, seres humanos e os astros. Esta nos ensinava que tudo o que existia em tal estrutura seria formada pela combinação dos quatro elementos (fogo, ar, terra e água) teses estas provenientes do pensamento aristotélico<sup>87</sup> (GRANT, 2009, p. 58).

Ao refletir este macrocosmo, os organismos existentes na terra (microcosmo) também apresentavam estas características. No caso dos animais, os seres humanos em especial, seriam compostos por fluídos. É relativamente compreensível pensarmos o porquê destas ideias já que, de todos os lugares de nossa formação corpórea saem líquidos, como suor, catarro, sangue, lágrimas, pus de feridas, dentre outros. Nestes mesmos fluídos corporais estavam presentes os quatro elementos acima mencionados, por meio do sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 10-11).

---

<sup>85</sup> Alguns autores concordam que, neste contexto, eram estreitos os limites entre medicina popular e erudita. As concepções de doença e medicamentos usados para a cura eram muito semelhantes, destacando, inclusive, o uso de amuletos e elementos “mágicos” por ambas (GURGEL, 2009, p. 146).

<sup>86</sup> Filosofias medievais que visavam, de alguma maneira, conciliar fé e razão.

<sup>87</sup> Cada um com sua compleição. Ao refletir o macro, o microcosmo (como os seres humanos e animais) também possuiria estas substâncias em si. No caso dos animais através da composição da fisiologia humoral. Dessa forma, o sangue seria quente e úmido como o ar; a fleuma seria fria e úmida como a água; a bÍlis amarela seria quente e seca como o fogo; e a bÍlis negra fria e seca como a terra.



Derivado de teses hipocráticas e galênicas da antiguidade, esta medicina sobreviveu entre os árabes, bizantinos e a medievalidade cristã. Dentro desta perspectiva, a doença física seria causada pelo desequilíbrio destes humores no corpo doente. Seja devido à alimentação, modo de vida, trabalho, regime sexual ou alterações causadas pelo ambiente em que se encontrava, era a falta, excesso ou corrupção de um ou mais fluídos que gerava a enfermidade. A cura era alcançada ao restabelecer a proporcionalidade destes humores (MELO, 2013, p. 10).

A importância de compreender esta concepção médico-fisiológica acerca do corpo humano é porque ela que vai aportar em terras americanas junto com o colonizador. Ou seja, é fundamental para entendermos as fontes que nos propomos a analisar, bem como a própria medicina colonial em si. É interessante pensarmos esta perspectiva da Teoria Humoral e como a mesma se estabeleceu na América portuguesa por intermédio da circulação de saberes. Isso porque as fontes com a qual trabalhamos não foram, necessariamente, compostas por uma elite intelectual ou membros das universidades europeias de então (BURKE, 2003, p. 44-48)

Nestas academias, em desenvolvimento desde o denominado “Renascimento do século XII”, estudava-se a medicina Hipocrático-Galênica em conjunto com a Filosofia Natural, já que estas se entrelaçavam. Porém, muito de suas concepções estavam, além disso, na base da medicina cotidiana praticada pelas pessoas comuns ou os agentes empíricos de cura. Por isso, alguns autores afirmam que a medicina popular e erudita de então estavam mais interligadas do que separadas entre si (LEITE, 2011, p. 8-10).

Por meio das crônicas, cartas e relatos do século XVI, de viajantes, aventureiros, mercenários e jesuítas que passaram pela colônia, podemos referendar estas hipóteses. Os produtores destas fontes não eram, em grande medida, pertencentes aos debates teóricos por trás desta concepção de medicina, porém, em seus relatos, fica clara a forma como caracterizam os ares, a terra e os habitantes americanos com base nestas teses. Quanto à constituição corporal/humoral dos povos indígenas, chamados de “selvagens” pelo monge francês André Thevet, e as doenças que os afligem, temos a seguinte descrição:

Qualquer pessoa, por mais obtusa que seja, sabe perfeitamente que os selvagens americanos são constituídos dos mesmos quatro elementos que compõem todos os corpos naturais. Sendo assim, também eles estão sujeitos às mesmas afecções que nós outros, até a dissolução desses elementos. É verdade que as doenças podem ser algo diferentes, em virtude de desiguais temperaturas do ar e sistemas de vida. Assim, os nativos do litoral estão mais sujeitos a moléstias putredinosas, como febres, catarros, etc. (THEVET, 1978, p. 151).

Consideramos que isso se deve a esta circulação de saberes e a forma que, culturalmente, cada grupo social se apropria destas concepções de medicina e Filosofia Natural e dá, a elas, um uso que faz sentido em seu cotidiano. Estas ideias também se estabeleceram logo nos primeiros séculos da colonização portuguesa, em constante intercâmbio com outras formas de medicina, como a indígena e africana, ambas com grande penetração nas artes de cura coloniais, como será melhor analisado adiante.

Quanto aos ares já mencionamos, anteriormente, nesta dissertação como foram vistos como “temperados”, “bons ares”. Isso tudo era fundamental para a concepção de medicina neste período, já que acreditava-se que moléstias contagiosas, as pestes, seriam transmitidas pelos ares (MELO, 2013, p. 10). Dessa forma, ao descrever uma possível epidemia em uma expedição militar liderada por João Paes contra grupos indígenas denominados “rebeldes” pelas autoridades de então, Frei Vicente do Salvador nos conta que quarenta e duas pessoas adoeceram

com estranhas dores de barriga e câmaras [...] e vendo que não melhoravam pelos ruins ares, e águas [...] foi forçado levantar o arraial, e tomar acima duas léguas em um campo muito formoso e aprazível, sítio de muitas boas águas, a que puseram o nome Campos das Hortas, onde em seis dias, que ali estiveram esperando por João Paes, alguns se refizeram (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 83).

Mesmo em uma terra idealizada e de ares temperados, alguns sítios específicos eram elencados como de maus ares e água insalubre. Estes, por sua vez, eram responsáveis pelo adoecimento da população em determinados períodos do ano. Porém, ao mesmo tempo, ares e águas eram responsáveis pela recuperação dos enfermos, já que, ao se deslocarem para local melhor provido destes elementos, muitos puderam se recuperar. Não raramente ambientes como charcos, manguezais e estuários eram considerados insalubres e potenciais geradores de maus humores.

Com referência à terapêutica Hipocrático-Galênica baseada em purgantes e seus usos descritos nas fontes, o hipocratismo e galenismo se fizeram importantes objetos de estudo. Conforme mencionado anteriormente, a enfermidade seria causada principalmente pelo desequilíbrio humoral, resultando na falta ou excesso de fluídos corporais. Em caso de falta, determinado humor deveria ser repostado. Uma das formas de se fazer isso era por meio da alimentação.

Dessa maneira, as frutas locais foram descritas na documentação de então de acordo com suas propriedades e compleições. Para além da nutrição, poderiam servir, também como

mezinha ou botica<sup>88</sup>. Como exemplo disso temos o abacaxi, o caju, o maracujá, dentre muitos outros elencados pelos autores coloniais. No caso do primeiro, também chamado de ananás do período colonial, nomenclatura que remete à língua tupi, Gabriel Soares de Sousa nos diz que “o sabor dos ananases é muito doce, e tão suave que nenhuma fruta da Espanha lhe chega na formosura, no sabor e no cheiro”, complementando que “a natureza deste fruto é quente e úmida, e muito danosa para quem tem ferida ou chaga aberta” (SOUSA, 1971, p. 201). Quanto ao caju e maracujá, por serem considerados de compleição fria, curavam as febres, conforme podemos entender dos relatos a seguir:

Há outra fruta que nasce pelo mato em umas árvores tamanhas como pereiras, ou macieiras [...] A esta fruta chamam cajus: tem um sumo, e come-se pela calma para refrescar, porque ela é de sua natureza muito fria, e de maravilha [não] faz mal, ainda que desmandem nela (GÂNDAVO, 2008, p. 10)

À tarde fomos merendar à horta, que tem muito grande, e dentro nela um jardim fechado com muitas ervas cheirosas, e duas ruas de pilares de tijolo com parreiras, e uma fruta que chamam *maracujá*, sadia, gostosa e refresca muito o sangue em tempo de calma tem ponta d’azedo, é fruta estimada (CARDIM, 2015, p. 89).

Com isso, podemos perceber que a relação entre comida e remédio, estreita em diversas culturas, era também intrincada nas teses dos seguidores do hipocratismo e galenismo<sup>89</sup> (HUFFMAN, 1997, p. 172-173). Porém, para além da falta ou diminuição de algum dos humores dos quais seriam compostos os corpos, havia também o problema do excesso. Desta forma, drenar aquilo que estivesse em proporção maior do que o desejado era uma terapia muito comum.

A ideia de retirar humores em excesso se apresenta até mesmo na crônica do franciscano francês André Thevet ao falar sobre o tabaco (*Nicotiana tabacum*). Em uma narrativa sincrética, ao falar sobre a destinação indígena da erva, Thevet nos diz que “Dizem os selvagens que esta planta é muito saudável, servindo para destilar e consumir os humores supérfluos do cérebro” (THEVET, 1978, p. 110).

É por este motivo que, na literatura especializada na História da Medicina, encontramos em povos diversos, especialmente nos árabes e europeus neste século XVI, seguidores dos parâmetros humorais, referências constantes à métodos de cura destinados e

<sup>88</sup> As mezinhas e boticas funcionavam como medicamentos. Eram compostos por uma mistura de diversos elementos da natureza. para além das plantas medicinais, também poderiam ser encontrados partes de animais e minerais nessas substâncias. No caso aqui apresentado, estas frutas – puras ou compostas com outros elementos curativos – eram largamente utilizadas como profiláticos ou terapêuticos.

<sup>89</sup> A relação entre alimento e medicina é antiga e pode ser encontrada em diversas culturas. Para além da medicina Hipocrático-Galênica, Michael A. Huffman cita interessantes exemplos da cozinha asiática e a forma como japoneses entendem esta intercambialidade entre comida e remédio (HUFFMAN, 1997, p. 172).

eliminar excessos de fluídos corpóreos. Dentro desta perspectiva, ganha espaço privilegiado nas artes de cura as sangrias, purgas, incitações à vômitos, suadouros e aplicação de ventosas (MARTINS; SILVA; MUTARELI, 2008, p. 19).

Existia já no “Velho Mundo”, uma botânica considerada curativa que correspondia à essas necessidades. O que ocorre ao chegar no “Novo Mundo”, em um primeiro momento, é a necessidade de adaptação, encontrando em terras americanas aquilo que não poderia ser obtido tão facilmente de além-mar (SANTOS; CONCEIÇÃO; BRACHT, 2013). Nos primeiros tempos da colonização, a chegada de carregamentos com mezinhas europeias não era constante e, quando chegava, ficava mais concentrada nas principais cidades do litoral e atingiam alto preço (EDLER, 2006, p. 33).

Devido à exuberância notada nas fontes em relação à natureza local e o conhecimento nativo das plantas e suas propriedades terapêuticas a apropriação, uso, consumo, transformação e venda de fitoterápicos americanos logo ganha espaço na sociedade e no cotidiano da América lusa. Para além disso, um outro fator, notado por Henrique Soares Carneiro (2011, p. 22-23) contribui sobremaneira para a rápida aceitação da biota local no tratamento e cura de enfermidades, embora externamente este movimento tenha sido mais lento. O autor se refere à medicina europeia como sendo extremamente invasiva, com as já citadas purgas, sangrias, lancetações e incitações à vômitos como forma de equilibrar os humores.

Para este mesmo pesquisador, a medicina indígena e suas plantas medicinais acabaram por influenciar sobremaneira a terapêutica colonial, se apresentando como menos invasiva. Através de chás, decocções de folhas, caules, lascas de cascas de árvores e raízes em água ou outro líquido, as potencialidades curativas da flora americana se expressavam e ganhavam apoio da população. Os jesuítas, por exemplo, foram grandes catalisadores das virtudes medicinais desta botânica *brasílica* ao criarem receitas em seus colégios e boticas para serem vendidas ou doadas internamente (CALAINHO, 2005, p. 66).

Porém, o fato é que purgas e vomitivos, por exemplo, permaneceram ainda muito populares, já que o galenismo permanecia na mentalidade coletiva. Além disso, podemos imaginar o quão comum deveria ser, no dia a dia da colônia, problemas digestórios, prisão de ventre, dores abdominais e mesmo diarreias. Todos estes sintomas, conforme documentado, eram tratados com os fitoterápicos encaixados, por vezes de forma genérica, como purgantes. Este é o caso da Ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) tão elencada nas narrativas coloniais devido ao seu alto poder curativo. O jesuíta português Fernão Cardim assim nos descreve as “maravilhas” desta planta:

Esta erva é proveitosa para câmaras de sangue: a sua haste é de comprimento de um palmo, e as raízes de outro, ou mais; deita somente quatro ou cinco folhinhas, cheira muito onde quer que está, mas o cheiro é farto e terrível; essa raiz moída, botada em uma pouca d'água, se põe a serenar um noite toda, e pela manhã se aquece a água com a mesma raiz moída, e coada se bebe somente a água, e logo faz purgar de maneira que cessam as câmaras de todo (CARDIM, 2015, p. 21).

Podemos perceber, por esta passagem, que a ideia de ter que “tirar” aquilo que está causando a doença era uma concepção muito comum. Um indivíduo com diarreia (câmaras) ao fazer o uso da raiz de ipecacuanha com água amanhecida, por exemplo, estaria ajudando a purgar, eliminar o que estaria causando o mal por meio da desintéria e, a partir disso, voltaria ao seu equilíbrio humoral e, conseqüentemente, à sua rotina cotidiana.

Outra planta da biota americana sobremaneira citada nas fontes como purgante era a batata-de-purga, também chamada de mechoação (*Convolvuláceas mechoacana*). O frei Vicente do Salvador é um dos autores coloniais que nos deixou um importante registro sobre este tão utilizado símplice<sup>90</sup>. O mesmo autor ainda disserta sobre uma planta chamada “anudaz” e outras árvores semelhantes, as quais apresentavam características dignas de se enxergar a mão do Criador espalhando seus mistérios pela natureza, já que ao descrevê-las, nos diz que

Há umas árvores chamadas anudaz, que dão castanhas excelentes para purgas, e outras que dão pinhões para o mesmo efeito, os quais têm este mistério que se tomam com uma tona, e película sutil, que tem, provocam o vômito, e se lha tiram, somente provocam a câmara (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 10).

A partir desta citação podemos notar que certas plantas possuíam propriedades “maravilhosas”. Se ingeridas de uma maneira, provocavam vômitos e, de outra, a purga. Já vimos que tanto uma virtude quanto a outra eram fundamentais para a concepção de medicina Hipocrático-Galênica. Desta forma, e de acordo com o “Princípio das Similitudes”, Deus se fazia presente na natureza através destes mistérios a serem desvendados.

Estes usos documentados da flora local para o tratamento de dores e complicações diversas, especialmente no sistema digestório foram, conforme narrado nas próprias crônicas coloniais, aprendidos com os povos ameríndios. Juciene Ricarte Apolinário nos cita passagens de uma viagem filosófica do governador e capitão-general da Bahia, D. Rodrigo José de Menezes, em cartas destinadas ao reino, apelando para o conhecimento nativo para as

---

<sup>90</sup> Vide nota de rodapé de número 8.

propriedades curativas da mata e que poderiam ser aproveitadas por colonos e pela coroa (APOLINÁRIO, 2013, p. 216-220).

Conforme mencionado anteriormente, estes compostos passam por um processo de apropriação e uso pelos europeus. Estes vegetais com importantes propriedades curativas já chamavam a atenção dos viajantes no primeiro século de colonização, passando também a serem analisados por eruditos europeus a partir deste momento. Porém, é a partir do século XVIII, ganhando grande impulso com o movimento Iluminista, que a pesquisa sobre estas plantas se intensifica (APOLINÁRIO, 2013, p. 198; LEITE, 2013, p. 58).

Na esteira deste processo, o conhecimento, importação e uso destes produtos se intensifica. Conforme nos demonstra Danielle Sanches de Almeida, nos setecentos, já havia um mercado de medicamentos pelo globo plenamente estabelecido, podendo encontrar plantas asiáticas na América e plantas americanas, como o óleo de copaíba, os extratos de ipecacuanha ou a quina na Europa e Oriente. Alcançando grande aceitação entre populações diversas ao redor do mundo, confirma-se a qualidade e benefícios desta botânica terapêutica americana de acordo com os padrões de medicina da época (ALMEIDA, 2017, p. 64). O cotidiano colonial, assunto a ser abordado no próximo tópico, é permeado pelo uso de plantas para curas diversas, seja por agentes de cura ou mesmo administrados pelas próprias famílias<sup>91</sup>, o que não significou um abandono de métodos mais tradicionais da terapia Hipocrático-Galênica, já que, de fato, elas se complementavam, sendo o uso de plantas parte importante da mesma (GESTEIRA, 2013, p. 46).

Com isso, alarga-se o conhecimento de elementos medicinais botânicos. A partir de meados do século XIX e início do XX, com a introdução da química no ramo da produção de medicamentos, a farmácia internacional conhece uma nova expansão, ratificando a eficácia de diversos componentes presentes nestes fitoterápicos. Portanto, ressalta-se, novamente, a importância da flora americana e conhecimento indígena para o desenvolvimento da ciência e indústria farmacêutica, sem perder de vista que isso tudo foi representado por um longo processo (EDLER, 2006, p. 40; GRAFTON, 1995, p. 2-7).

### **3. 3 – Medicina colonial e os usos cotidianos dos purgantes**

Como podemos imaginar, o cotidiano colonial, da mesma forma que o nosso neste aspecto, era marcado por problemas, enfermidades parasitárias e dores localizadas. Como

---

<sup>91</sup> Em caso de cortes, prisões de ventre, dores de barriga ou diarreias, era difundido o conhecimento e uso destas plantas. Especialmente na área rural, seus habitantes poderiam destacar certas áreas da propriedade para o cultivo destes vegetais curativos, fazendo dos cicatrizantes e purgantes muito conhecidos e utilizados, portanto. Ou mesmo no caso dos jesuítas que os cultivavam nos aldeamentos (GESTEIRA, 2013, p.46).

exemplos, podemos citar prisões de ventre, incômodos no aparelho digestivo ou diarreias (GURGEL, 2009, p. 63 e 173). Nos dias de hoje, em caso de necessidades de medicação para estes problemas, tendemos a ir no médico, farmácia ou mesmo tratar-nos com remédios caseiros.

No dia a dia da América portuguesa, imprevistos como estes geralmente eram tratados com mezinhas e símplies (fitoterápicos), produzidos a partir de plantas medicinais fornecidas pela natureza e indicadas pelos povos originais. Neste cenário, de modo geral, os purgantes que aqui nos propomos a analisar tendiam a servir para casos diversos de dores e doenças, a exemplo dos expostos acima. Para além disso, envenenamentos e as famosas câmaras de sangue, a ser melhor explorada ainda neste tópico, também demandavam tais compostos (SANTOS, 2009, p. 34-35).

Desta forma, buscaremos realizar uma abordagem do cotidiano vivenciado nos territórios coloniais e sua dependência de elementos naturais em ocasiões diversas em seu dia a dia. Conforme nos demonstra a historiografia e literatura especializada no tema, o uso dos eméticos e purgantes na medicina de diversos povos é muito antiga, talvez tão antiga quanto o uso da flora terapêutica nos primórdios da humanidade. Com base no empirismo do cotidiano, estes agrupamentos humanos passam a perceber a eficácia terapêutica de certos compostos naturais, incorporando-os em suas artes e concepções de cura. Estas, por sua vez, sempre com forte teor cultural e religioso envolvidos (CARNEIRO et al, 2014, p. 45-46).

No caso dos povos indígenas habitantes da América antes da chegada dos europeus, isso não se deu de forma diferente. Dentro do milenar contato já mencionado com os biomas deste continente, criaram, sobre eles, grande conhecimento, inclusive da flora e suas possibilidades de uso para a manutenção e reestabelecimento da saúde. Seja utilizando estes compostos como elementos profiláticos ou terapêuticos, as etnias locais possuíam um amplo arcabouço de saber a respeito dos fitoterápicos da flora americana, onde encontra-los e como prepara-los de modo a obter o efeito desejado no corpo enfermo.

De acordo com Cristina Gurgel, um elemento em solo colonial que “unia” os paradigmas indígenas, africanos e europeus de medicina era uma concepção materializada de doença<sup>92</sup>. Dessa forma, uma vez instalada no corpo, algo deveria ser feito para “retirá-la”, “expurga-la”. Assim, ao aportarem em terras americanas, os habitantes do “Velho Mundo” entraram em contato com uma população que, embora etnicamente diversa, mantinha certos

---

<sup>92</sup> Não é nosso objetivo aprofundar nesta discussão. Porém, o que aqui apresentamos é uma maneira sintética a respeito da concepção materializada de doença entre estes três grupos, sem nos esquecermos da grande variedade étnica, cultural e das artes de cura mesmo entre eles.

princípios curativos que merecem ser expostos para nossos propósitos, já que muito desta medicina indígena permanecerá como grande influência nas artes médicas durante toda a colonização (GURGEL, 2009, p. 171).

Por mais que fossem culturas ágrafas, podemos estudar a cultura e uso de substâncias medicinais pelos povos ameríndios por meio de estudos da paleopatologia, paleoparasitologia, arqueologia e relatos documentados acerca de ervas terapêuticas legados pelos primeiros cronistas europeus<sup>93</sup>. Um dos primeiros a registrar as plantas medicinais americanas, seus usos pelos povos originais e aspectos da medicina nativa foi o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa. Acerca da medicina indígena, este documentou o uso de terapêuticas que muito se assemelhavam às europeias regidas pelo hipocratismo e galenismo: a quentura e as sudoreses.

A fim de eliminar algo que estivesse provocando o mal no enfermo, alguns destes grupos curavam

As grandes feridas e flechadas com umas ervas, que chamam cabureíba, que é milagrosa, e com outras ervas [...] e as flechadas penetrantes e outras feridas, de que se vêem em perigo, curam por um estranho modo, fazendo em cima do fogo um leito de varas largas umas das outras, sobre as quais deitam os feridos, com as feridas boca abaixo em cima deste fogo, pelas quais com a quentura se lhes sai todo o sangue quem tem dentro e a umidade; e ficam as feridas sem nenhuma umidade [...] e não há entre este gentio médicos assinalados, mas são-no muito bons os recochilhados (SOUSA, 1971, p. 318-319).

Ao comentar a obra de Gabriel Soares de Sousa, o estudioso dos tempos imperiais Francisco Adolfo de Varnhagen, nos diz que esta prática indígena de provocar sudoreses expondo o enfermo ao fogo já havia sido anteriormente notada. Em suas palavras: “O uso de curar feridas com fogo debaixo de si foi advertido por Pero Lopes, quando diz que se curavam ‘ao fumo’” (VARNHAGEN *apud* SOUSA, 1971, p. 385).

No caso da medicina Hipocrático-Galênica, plantas a serem usadas como sudoríferos a fim de reequilibrar os humores também eram largamente utilizadas. O holandês Guilherme de Piso é um dos autores coloniais que vai trabalhar com a botânica terapêutica na colônia. Em suas recomendações, plantas americanas e as do Velho Mundo, já conhecidas na colônia, se mesclavam para formar as mezinhas. Sudoríferos e banhos úmidos e secos constituíam-se legítimas técnicas terapêuticas nos escritos deste autor (BAIDA; CHAMORRO, 2011, p. 11).

---

<sup>93</sup> Sem nos esquecermos, é claro, dos elementos teóricos fundamentais que guiaram esta pesquisa a partir da análise crítica dos documentos, sempre levando em conta que foram produzidos pelos europeus, apresentando vieses que devem ser objeto de atenção pelo historiador.



Logo, o que podemos notar é que houve uma intercambialidade das medicinas indígena e europeia na América portuguesa. Mesmo possuindo elementos díspares, podemos notar pontos em comum entre as mesmas. Aliás, se houve algum tipo de sincretismo etnobotânico é justamente pelo fato de possuírem características que, de alguma forma, se assemelhavam.

Assim, como outros casos já mencionados nesta dissertação, houve uma apropriação por parte dos colonizadores de elementos da flora local americana para o preparo de sudoreses, como na crônica do frei Vicente do Salvador ao falar de uma erva que “se não é a salsaparrilha, parece-se muito com ela, e tomada em suadouros faz os mesmos efeitos” (VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 10). A aproximação de terapias entre os grupos formadores da sociedade da América portuguesa acaba sendo, portanto, fundamental para a intercambialidade de conhecimentos e práticas de terapia, denotando a penetração de técnicas indígenas que se perpetuaram na medicina popular e erudita do atual território brasileiro<sup>94</sup>.

O uso mais direto de vomitivos e purgantes a fim de eliminar algum mal, causador de enfermidades, foi também documentado. Vale relembrar a citação de Fernão Cardim ao falar do uso da ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*), de que ela “logo faz purgar de maneira que cessam as câmaras de todo” (CARDIM, 2015, p. 21) reflete uma antiga concepção de saúde em que, o excesso humoral, causador do mal que afeta o doente, precisava ser eliminado totalmente. Assim, alcançado o reequilíbrio dos fluídos corporais, a saúde seria recuperada.

Fundamentais no galenismo professado de então, estas plantas chamaram muito a atenção do colonizador. Muito diversa e variada era a flora medicinal americana. Tal diversidade fica evidente nas quase 1.000 descrições de plantas feitas por cronistas, viajantes e missionários ainda no primeiro século de colonização. Estes números se traduzem, também, na importância que estas espécies botânicas ganharam a partir da colonização, ao serem apropriadas e implantadas no arcabouço de saber do Velho Mundo.

Para além da ipecacuanha acima mencionada, outras eram de conhecimento e uso entre indígenas e colonos como purgantes, a exemplo da famosa batata-de-purga (*Ipomea altíssima*). Esta medicina foi elencada por diversos autores, desde o século XVI até, ao menos, os setecentos (SANTOS, 2009, p. 119; VICENTE DO SALVADOR, 1627, p. 10). Seus usos possuíam alguns elementos em comum com a ipecacuanha, mas também outros mais específicos de cada planta. De maneira geral eram sobremaneira utilizadas para o

---

<sup>94</sup> Os sangramentos (como as sangrias europeias) também eram métodos terapêuticos encontrados na medicina indígena. Para cortar a pele e provocar sangramento, geralmente faziam o uso de dentes afiados de animais (SOUSA, 1971, p. 318).

tratamento de cólicas, dores abdominais, antidiarreicos, purga em caso de prisão de ventre e vermífugos (GURGEL, 2009, p. 68-69).

Um dos problemas que muito incomodava habitantes coloniais, algo que podemos perceber devido à intensidade de relatos sobre elas produzidas até, ao menos, o século XIX, eram as denominadas “câmaras de sangue”. Câmara, na medicina galênica, era destinado a todo tipo de evacuação. Neste caso, conforme podemos perceber pela denominação recebida, eram caracterizadas por liberar, em conjunto com as fezes, grande quantidade de sangue (SOUZA, 2018, p. 161; VIOTTI, 2012, p. 61).

Sintomas como estes podem ser causados por parasitas intestinais diversos. De acordo com a historiadora da medicina colonial Cristina Gurgel, amebas eram um desses micro-organismos sobremaneira presentes na América provavelmente ainda antes da colonização. Estes protozoários e as infecções causadas no intestino, se não tratadas a tempo e de maneira adequada, poderiam levar à morte por hemorragia, por exemplo (GURGEL, 2009, p. 47 e 115).

Mais uma vez, a cura para estes males estava na vasta e rica natureza local. E, novamente a ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) figura enquanto uma das celebridades botânicas coloniais nos relatos de viajantes e religiosos a partir do século XVI. Esta, caracterizada por possuir em suas raízes dois alcaloides medicinais, a emetina e cefalina<sup>95</sup>, para além de vômitos e purgas que provocava (a diferença estava na forma de preparo e quantidade da substância), também tinha ação amebecida. Com isso, foi na natureza e devido à experiência milenar do contato com a Mata Atlântica e outros biomas americanos que os povos indígenas constituíram uma vasta gama de saberes sobre as propriedades terapêuticas, configurando “a mata como sua botica”, na visão dos europeus.

Nos dias atuais, sabemos da ação amebecida dos compostos desta planta. Porém, no contexto aqui estudado, podemos notar que sua eficácia era devida pelo ato de purgar em si, ao dizer Fernão Cardim que as virtudes desta planta se resumiam a “purgar de maneira que cessam as câmaras de todo” (CARDIM, 2015, p. 21). Aqui, novamente, ressaltamos a importância dos purgantes tanto na medicina indígena quanto europeia de então. Ou seja, uma vez instalada a doença ou o mal no corpo doente, este precisava, de alguma forma, ser eliminado, “posto para fora”.

O caso da poaia, nome popular da ipecacuanha, é representativo de todo um saber nativo que, na prática cotidiana, tinha sua eficácia comprovada contra enfermidades diversas

---

<sup>95</sup> Importantes princípios ativos contra diarreias e protozoários (amebas), funcionando também como expectorantes e anti-inflamatórios (GURGEL, 2009, p. 70).

que acometiam os colonos. Conforme já mencionado nesta dissertação, a medicina europeia oficial nunca teve total legitimidade entre a população da América portuguesa. Principalmente pela falta de uma identidade entre os paradigmas que guiavam tal medicina e as populações da colônia. O fato é que métodos terapêuticos ameríndios passarão a fazer parte cada vez mais intensamente deste cotidiano quer os colonizadores reconheçam, ou não (VIOTTI, 2012, p. 20).

Como afirmado, para Henrique Soares Carneiro, isso se deveu também ao fato de a medicina europeia de base Hipocrático-Galênica ser extremamente invasiva, com suas purgas e violentas incitações à vômitos, além de aplicação de ventosas e sangrias. Já as plantas presentes na natureza local, permitiam uma terapêutica menos intervencionista e invasiva no corpo doente, garantindo sua aceitação entre a população colonial, que baseava muito de seu conhecimento e artes de cura nas plantas medicinais. A partir disso, e dentro de um lento processo de crescimento, as matas nativas americanas, seus compostos comprovadamente eficazes e o conhecimento das etnias ameríndias serão fundamentais para o desenvolvimento da iatroquímica e conseqüente farmácia e química farmacêutica no decorrer da era moderna (CARNEIRO, 2011, p. 22-23).

Intercorrências cotidianas como cólicas, dores de barriga e problemas intestinais, também estavam presentes sobremaneira no cotidiano colonial. Seu tratamento também seguia um protocolo que já estava se tornando consensual na colônia, ou seja, o emprego da botânica terapêutica existente em solo americano. Em casos mais complexos, era necessária a intervenção de um profissional da cura ou um agente empírico, com conhecimento da natureza local. Em situações mais cotidianas, estas terapêuticas eram ministradas sem o acompanhamento destes, já que o saber sobre determinadas plantas estava amplamente disseminado entre grupos diversos da sociedade de então. Assim, um membro mais velho da família, por exemplo, especialmente no ambiente rural, prescrevia estes compostos aos seus familiares em caso de necessidade, por vezes até mesmo cultivando-os em seu quintal ou roças (APOLINÁRIO, 2013, p. 186; GESTEIRA, 2013, p. 46).

Neste capítulo, ao analisarmos as substâncias purgativas, podemos realizar um paralelo com os dois outros grupos de mezinhas, boticas e símplies já estudados: os cicatrizantes e os venenos/contravenenos. Isso porque, os primeiros, em grande medida, eram utilizados para acelerar o processo de epitelização e evitar infecções a partir do emprego de extratos oleosos de árvores, como a embaúba (*Cecropia spp.*). O óleo-resina desta árvore, neste caso, serviria, de acordo com os autores coloniais, tanto para cicatrizar quanto para purgar (EDLER, 2006, p. 26). Interessante observarmos a permanência de um princípio

Hipocrático-Galênico posto que, ainda hoje, nas farmácias, certos “óleos” são vendidos como purgativos como, por exemplo, o óleo de rícino, retirado da mamona (*Ricinus communis*). Embora seja uma planta asiática, a relação entre purgantes e óleos retirados de plantas era comum neste contexto, continuando ainda nos dias de hoje. Justamente por ser comum esta associação que, ao chegar na América, os europeus passam a utilizar estes óleos a partir de uma associação analógica de serem um componente que incita purgas. Isso tudo nos demonstra, mais uma vez, como certos elementos da flora terapêutica americana ainda estão presentes na indústria farmacêutica (BASTOS; MENDES; ARAÚJO, 2021, p. 4 e 25; SCHNEIDER, 2002, p. 22).

Quanto à relação entre os purgativos e vomitivos (muitas vezes duas características presentes na mesma planta) e os venenos/antídotos, era que uma concepção muito comum já mencionada nesta pesquisa, no século XVI de que, a substância venenosa, uma vez introduzida no corpo, deveria, de alguma maneira, ser expelida. Por isso a incitação à vômitos e purgas era comum logo após uma intoxicação, seja pelo manuseio e consumo descuidado de alguma planta ou mesmo após picada ou mordida de algum animal (GURGEL, 2009, p. 69).

### **3. 4 – Circulação de elementos, saberes e espécimes no além-mar: o caso da Ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*)**

Neste tópico, dedicamo-nos a estudar um movimento considerado por alguns autores como o intento, um prelúdio do fenômeno da era moderna que ficará conhecido como “globalização”<sup>96</sup>. A partir das Grandes Navegações no século XVI, a circulação de saberes, práticas, pessoas e produtos, especialmente de uma botânica alimentícia e medicinal aumentou sobremaneira. Este movimento surge como uma consequência dos propósitos de buscar, no Oriente, certas plantas que alcançavam alto valor na Europa de então: as famosas especiarias (KURY, 2013, p. 238).

Estas, para além dos usos a fim de acrescentar sabor às refeições, também tinham como objetivo a ostentação da riqueza de quem as possuísse, já que, caras, eram consideradas produtos de luxo. Nesta pesquisa, gostaríamos de ressaltar, também, o aspecto medicinal inerente a esses diversos espécimes orientais tão cobiçados (KURY, 2013, p. 260).

---

<sup>96</sup> O conceito de globalização é muito recente, datando de finais do século XX. Sabemos que não há consenso sobre o uso do termo para analisar o século XVI e que, mesmo utilizado, precisamos nos atentar ao contexto analisado e as permanências e rupturas com o comércio global de então. Porém, com as Grandes Navegações, a circulação de produtos pelo globo se intensifica, sendo sobremaneira expandido a partir dos séculos XVIII e XIX (MIGLIOLI, 2008).

Conforme mencionado, a medicina de então (vigente especialmente na Europa e mundo muçulmano, sendo desembarcada na América quando da colonização) era baseada na Teoria Humoral. Nesta, a alimentação tinha papel primordial a fim de manter o equilíbrio entre os fluídos corporais. Dessa forma, aos alimentos geralmente “frios” encontrados em algumas regiões do globo, eram incorporados os “quentes”, muitas vezes encontrados em regiões tropicais. O aspecto medicinal, profilático e terapêutico foi, portanto, um importante impulso para a busca de especiarias orientais (EDLER, 2013, p. 96).

Assim, para além de movimentar a navegação, as plantas continuaram circulando entre os continentes a partir do século XVI. Como nos demonstra Fabiano Bracht, muito já foi pesquisado e produzido acerca desta botânica oriental, sendo interessante mover nossos olhares, também, para as ocidentais, ou seja, americanas (BRACHT, 2013, p. 10-11).

Estas também encontraram grande apreço no mercado europeu, sendo objeto de cobiça das populações e lucro de comerciantes. Dentre elas, podemos citar o milho, tabaco, pimentas do gênero *Capiscum*, cacau, baunilha, entre outros. Das consideradas especificamente como medicinais, uma das plantas que mais chamou a atenção externamente foi a ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*), um purgante e vomitivo considerado, na época, como poderoso antídoto contra todo tipo de envenenamento. O caapiá (*Dorstenia brasiliensis*) foi elencado pelo jesuíta Fernão Cardim como “remédio para peçonha de toda sorte, maximé de cobras” (CARDIM, 2015, p. 21). Como animais iguais a estes, ou seja, peçonhentos, podem ser encontrados em qualquer lugar, esta espécie passa a ser de grande admiração e circulação entre os continentes até então alcançados pelas Grandes Navegações (GURGEL, 2009, p. 69). Este é o motivo de elenca-la para nossa análise.

De acordo com a historiadora Danielle Sanches de Almeida desde o século XVI as plantas medicinais conheceram intensa circulação, algo que, a partir dos setecentos se intensificou ainda mais. No século XVIII, já havia um intenso mercado de drogas por todo o globo bem estabelecido, com uma rede, por vezes, própria de comerciantes que a mantinham. A já citada ipecacuanha era uma das plantas da botânica americana que estava sempre no topo das exportações coloniais e importações europeias e asiáticas (ALMEIDA, 2017, p. 64).

Para além de comerciantes independentes e boticários, que requeriam estes produtos durante a expansão marítima, um outro grupo se sobressai no estudo, catalogação e circulação de vegetais curativos pelo globo: os jesuítas. Estes missionários criaram, ao longo dos espaços que ocuparam proporcionados pelos impérios coloniais, verdadeiras “redes”. Nestas, por sua vez, trocavam não apenas cartas e informações acerca das missões e do meio ambiente em

que estavam inseridos, mas também contribuíram para enviarem e receberem espécies de plantas das naturezas locais (GESTEIRA, 2004, p. 74-76).

No caso americano, os inicianos formaram um dos grupos mais próximos dos povos indígenas, devido às iniciativas ligadas à conversão dos mesmos. Para além da já mencionada prática da medicina, que estes padres exerceram junto às comunidades, o conhecimento tradicional dos elementos medicinais presentes nos biomas brasileiros foi, também, catalogado e devidamente apropriado.

Uma das plantas que receberam maior atenção dos missionários foi, mais uma vez, a ipecacuanha. Isso porque, para além de poderoso vomitivo, purgante e antidiarreico, também funcionava contra casos de envenenamento e intoxicação, muito comuns na América portuguesa conforme trabalhado no capítulo anterior. Das mezinhas criadas pelos jesuítas e vendidas em suas boticas espalhadas pelo território colonial, talvez a mais importante, a Triaga Brasília<sup>97</sup> também se utilizava de partes desta planta entre seus ingredientes. A triaga funcionava, em grande medida, como antídoto (SANTOS, 2009, p. 119-124).

Para além desta, a fim de exemplificar a intensa circulação vegetal pelo globo neste momento, podemos citar as frutas locais em seu processo de introdução e aclimação em várias partes do globo. Por vezes usadas também com fins medicinais, estas circulavam, tanto por seu sabor e interesse quanto por conta de propriedades consideradas, à época, terapêuticas.

Os membros da Companhia de Jesus, em seus aldeamentos, cultivavam, geralmente nas margens destes, grandes hortas, jardins e pomares, onde poderiam ser encontrados plantas asiáticas, europeias e africanas na América. O contrário também acontecia. Ou seja, da mesma forma que o abacaxi, caju ou copaíbas americanas estavam presentes na Índia, o coco asiático já se fazia presente na colônia luso-americana desde o século XVI. Além disso, plantas africanas como o inhame (*Discorea trifida*) e os já citados mucunás (*Mucuna puriens*), trazidos por negros escravizados, já estavam presentes também neste território, enquanto a mandioca se faz presente em território africano, passando a ser de grande importância nas dietas adotadas naquele continente até os dias atuais (GESTEIRA, 2013, p. 34 e 48; KURY, 2013, p. 288).

Por conta da grande utilidade da ipeca, sendo considerada uma planta especial para a cura de diversos males, esta passa a circular interna e externamente desde o século XVI. Seja nos mercados locais, geralmente estabelecidos em praças públicas ou mesmo nas boticas e

---

<sup>97</sup> Vide nota de rodapé de número 60.

pelas mãos dos charlatães<sup>98</sup>, seu caule e raízes poderiam ser adquiridos pela população colonial. Dessa forma, para além de um mercado interno de alimentos, o mesmo se processou com a compra e venda de plantas medicinais (EDLER, 2006, p. 67).

Com isso, mais uma vez, gostaríamos de destacar a importância de pensar o mundo colonial para além de sua relação com a metrópole, já que este assunto ainda carece de mais análises. Esta botânica terapêutica, com destaque aqui para a poaia<sup>99</sup>, continua muito influente na medicina do Ocidente (e mesmo de outras partes do globo) nos séculos seguintes, na verdade, intensificando seu comércio.

Podemos identificar sua presença nas farmacopeias europeias de maneira muito forte até o século XIX, influenciando àquelas que circulavam na América lusa. Isso nos demonstra que era largamente utilizada e exportada durante este período, sendo conhecida e utilizada pelos profissionais da cura de então, presentes nos manuais médicos e até mesmo nas teses de doutores deste período (CORREA, 2017).

Por conta deste largo uso internamente e no além-mar, a demanda continua crescente perpassando todo o século XX. Conforme nos apresentam pesquisas recentes, países da América do Sul em que a ipecacuanha se fazia presente, extraíam partes da planta para venda no mercado externo especialmente através do extrativismo, sendo o Brasil um deles (TEIXEIRA; COELHO; MING, 2012).

Esta espécie caracteriza-se por crescer à sombra de grandes árvores, fazendo-se muito presente em territórios de cobertura vegetal densa, a exemplo da Floresta Amazônica em toda a sua extensão. O estado do Mato Grosso, no Centro-Oeste brasileiro, era um grande local de extração e exportação da poaia. Os trabalhadores que exploravam estes espécimes, chamados de poaieiros, tiveram grande atuação na coleta desta planta medicinal até a década de 1970, com a abertura da fronteira agrícola patrocinada pelos militares que, então, estavam à frente da política do país.

Visando ideais considerados pelo regime da época como desenvolvimentistas, as terras desta região foram apropriadas a fim de formar grandes fazendas, hoje produtoras especialmente de soja. Com a permissão para agricultura e pecuária em larga escala, grandes espaços de floresta foram derrubados, dando lugar ao plantio e pastagens, diminuindo sobremaneira a possibilidade de continuação do extrativismo da ipeca. O país ainda hoje figura como um dos grandes exportadores desta planta, mas com o avanço do desmatamento, esta espécie corre sérios riscos.

---

<sup>98</sup> Geralmente mercadores de especiarias e produtos medicinais ambulantes (EDLER, 2006, p. 67).

<sup>99</sup> Um outro nome, mais popular, da ipecacuanha.

Os poaieiros que trabalhavam extraindo a ipecacuanha, hoje, afastados do campo por conta da maquinarização e êxodo rural, relembram nostalgicamente dos velhos tempos. No artigo “Poaia [*Psychotria ipecacuanha*]: aspectos da memória cultural dos poaieiros de Cáceres – Mato Grosso, Brasil”, os autores realizaram entrevistas com antigos poaieiros, que contaram que a coleta destes gêneros era feita especialmente em momentos de alívio do trabalho no campo, após o plantio ou colheita, servindo como renda extra para muitas destas famílias, atualmente habitantes das cidades que cresceram no Centro-Oeste do Brasil (TEIXEIRA; COELHO; MING, 2012).

Como dito anteriormente, sua coleta era feita por meio do extrativismo e nunca se pensou, de maneira enfática, em plantar poaia em larga escala em nosso país. Ainda de acordo com o artigo acima mencionado, diferentemente do que ocorreu na Costa Rica, local em que plantações das espécies de ipeca foram incentivados, fazendo hoje deste país o principal produtor e exportador destes espécimes. Suas exportações, em grande medida, são destinadas à Europa, demonstrando que a ipeca continua popular pelo globo, sendo até os dias de hoje utilizada pela indústria farmacêutica e pelo comércio de fitoterápicos, especialmente por conta de seus alcaloides medicinais como a Emetina e Cefalina, funcionando como antidiarreicos a amebecidas (GURGEL, 2009, p. 70).

Concluindo o capítulo, gostaríamos de ressaltar novamente a importância do conhecimento indígena para a expansão do conhecimento médico e científico. Durante séculos, a Europa fez-nos pensar que a ciência teria sido elaborada e desenvolvida unicamente pelos europeus. Porém, podemos notar que a natureza e, especialmente o conhecimento dos povos originários acerca das plantas americanas, foram fundamentais para alterações nos paradigmas de conhecimento e introdução de novas drogas em circulação, auxiliando sobremaneira o desenvolvimento da farmácia moderna. Prova disso é que muitos destes compostos descobertos são, até os dias de hoje, largamente utilizados tanto na indústria farmacêutica, quanto na investigação de novos tratamentos e cura de doenças como o câncer. Mesmo sendo um processo que levou séculos até sua concretização, o conhecimento dos povos ameríndios teve grande impacto no mundo dos estudiosos de inícios da era moderna. Especialmente pelo fato de a medicina europeia ser muito mais invasiva, abrindo espaço para a introdução, cada vez maior, das plantas medicinais americanas no arcabouço de saber colonial e europeu. Conforme mostram diversos autores especializados no tema, a medicina indígena e seus conhecimentos sobre a botânica terapêutica teve grande impacto no cotidiano da América portuguesa, já que, na prática, eram comprovadas sua efetividade (CARNEIRO, 2011, p. 22).



## CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, foram analisados 3 importantes grupos de plantas medicinais do atual território brasileiro, as concepções sobre as mesmas e os usos a elas destinados durante o primeiro século de colonização portuguesa (século XVI). Assim o fizemos porque consideramos fundamental estudar aspectos do processo saúde/doença ao longo da história. Este trabalho foi feito em meio a uma grande pandemia, a maior do século XXI até aqui.

Buscamos demonstrar que a convivência entre seres humanos e seus germes é antiquíssima e suas consequências (após um surto, por exemplo) são intensas e se refletem em diversas atividades humanas. Tema até então relativamente pouco explorado pelos historiadores, acreditamos que esta linha de estudo tende a se expandir após a atual pandemia de Covid-19 (causada pelo patógeno Sars-CoV-2 e suas variantes). O que esta nos mostrou é que diversos ramos do cotidiano podem ser paralisados, ou ter seu ritmo reduzido, quando uma doença se alastra infectando vastas populações, inclusive com efeitos a longo prazo.

Por conta disso, consideramos fundamental estudar a História da medicina e das doenças. Assim como na pandemia acima citada, muitas epidemias grassaram sobre a população da América portuguesa no século XVI, contribuindo para alterar radicalmente o curso da história desta região. Podemos considerar estes germes (principalmente os trazidos do Velho Mundo a bordo das naus) como uma das principais armas dos colonizadores para fixarem população e alargarem os limites da conquista territorial (GURGEL, 2009, p. 129-130).

Para além destas, também havia uma infinidade de moléstias locais, de clima tropical, com a qual os povos originais americanos tinham de conviver. Ao aportarem nestas paragens, os europeus também passaram a sofrer seus efeitos, algo que está documentado em diversas cartas, crônicas e relatos de viajantes que utilizamos como fonte histórica ao longo desta pesquisa. O fato é que, seja por conta de enfermidades locais ou trazidas a bordo dos navios, ao adoecer, o ser humano busca algo a que curar-se ou então, ao menos, aliviar o sofrimento. É aqui que entra o ponto chave de nosso estudo: as plantas medicinais.

Desde os primórdios da humanidade, podemos dizer que os seres humanos buscavam, na natureza, a cura de seus males, comprovados pelos vestígios arqueológicos. Fósseis e resquíscios ainda do Paleolítico já foram encontrados ao lado de vegetais com propriedades farmacológicas, o que sugere uma ampla convivência entre agrupamentos de *Homo sapiens* e uma botânica curativa (CARNEIRO et al, 2014, p. 44-45).

Não foi diferente entre povos europeus e indígenas americanos. Também buscaram nas plantas locais, ou mesmo vindas de longe, a profilaxia ou tratamento para diversas dores e enfermidades que afligem os seres humanos há milênios. Por conviverem com as matas tropicais das Américas, seus povos originais construíram um grande arcabouço de saber sobre as propriedades curativas de elementos da natureza local (CALAINHO, 2005, p. 63-64).

Através de estudos que fazem um intercâmbio ciência-cultura, podemos concluir que religião e ciência nem sempre devem ser pensadas em separado. A religiosidade e a mitologia devem ser entendidas como uma forma de se criar discursos sobre o mundo, sua criação e os aspectos da natureza; e foi através da religiosidade (também naturalística) que estes grupos construíram conhecimentos sobre as propriedades medicinais das plantas locais, que acabou apropriada pelos europeus quando da colonização (BURKE, 2003).

Fitoterápicos de caráter antibiótico, adstringente, purgantes, vomitivos, epitelizadores, contra dores localizadas, dentre outros, representaram algo fundamental para a própria sobrevivência e adaptação do colonizador em terras “estrangeiras”. Não é por acaso que descrevem minuciosamente suas aparências e seus efeitos. A partir da comprovação empírica de sua eficácia, esses vegetais passaram a viajar o mundo na era das Grandes Navegações (esta mesma que se iniciou em busca de plantas no Oriente).

Esta botânica nativa, do continente americano, aguçou a curiosidade do europeu, que vai buscar estudá-la, analisá-la mas antes de tudo compilar o vasto saber dos povos originais acerca dela. Com as navegações, a chegada à América e a Cultura do Renascimento prezando por um estudo mais acurado do mundo natural, notamos uma mudança (que não se processou de imediato, mas sim um processo) nos paradigmas do conhecimento de então. Na Europa medieval, contava muito a autoridade dos autores Antigos para a construção do saber, de modos que muito do que se fazia nas universidades era copiar e comentar textos da Antiguidade Clássica (FOUCAULT, 2000, p. 23-47).

A partir do Renascimento, cada vez mais esta autoridade dos antigos passa a ser questionada e o empirismo e pesquisa de campo ganham a vez nos estudos naturais. Isso tudo leva ao que alguns autores chamam de revolução nos paradigmas científicos (como a Revolução Científica do século XVII) (CARNEIRO, 2011, p. 25-27).

Mesmo com as plantas americanas chamando grande atenção dos europeus a ponto de estudá-las com cada vez mais afinco, não podemos nos esquecer de que este saber é fruto de um milenar conhecimento indígena das matas locais e de suas propriedades. Foi ancorado neste saber nativo que foi dado o ponto de partida para a pesquisa com as plantas de

propriedades farmacológicas. Dessa forma, concluímos que o saber indígena foi fundamental para o desenvolvimento das modernas ciências farmacêuticas e da saúde.

Esta botânica terapêutica americana, de acordo com Danielle Sanches de Almeida, passa a circular cada vez mais intensamente pelo globo. A autora nos demonstra que, a partir do século XVIII, passa a existir um comércio global de drogas medicinais cada vez mais intenso e estruturado. Estas viajam a bordo dos navios junto com seres humanos e comerciantes das mesmas, sendo possível encontrar óleo de copaíba, embaúba e mesmo raízes de Ipecacuanha desde a Europa até África e Leste da Ásia. Da mesma forma, em sentido contrário, plantas destas longínquas regiões também passam, cada vez mais, a fazer parte do cotidiano americano (ALMEIDA, 2017, p. 19 e 55).

Esta dissertação, portanto, longe de esgotar o tema, tem por objetivo demonstrar a importância dos estudos da História das Ciências e da Saúde. Para além das plantas terapêuticas estudadas, também buscamos dar luz ao incrível saber ameríndio, milenar e passado de geração em geração a ponto de influenciar sobremaneira as modernas ciências da saúde. Afinal, nos medicamentos químicos ou fitoterápicos, vendidos em farmácias do mundo todo, podemos encontrar elementos de plantas americanas.

## Fontes Documentais

ANCHIETA, José de. **Carta de São Vicente**: 1560. São Paulo: Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 1997.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El-Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2015.

FERREIRA, Luís Gomes. **Erário Mineral**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz**. Universidade da Amazônia: Núcleo de Educação à Distância, s.d. Disponível em: [www.nead.unama.br](http://www.nead.unama.br). Acesso em: 15/06/2020.

\_\_\_\_\_, **Tratado da Terra do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Feral, v. 100, 2008.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

PARACELSO. **A chave da alquimia**. São Paulo: Editora Três, 1973.

\_\_\_\_\_, **As plantas mágicas: botânica oculta**. São Paulo: Hemus, 1976.

PISO, Guilherme. **História Natural do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Edusp, 1971.

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo: as cartas que batizaram a América**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014.

VICENTE DO SALVADOR. **História do Brasil: 1500-1627**. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2148](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2148). Acesso em: 20/07/2020.

## Referências bibliográficas

AHOUA, Angora Rémi Constant *et al.* Antimicrobial potential of 27 plants consumed by chimpanzees (*Pan troglodytes verus* Blumenbach) in Ivory Coast. **BMC Complementary and Alternative Medicine**, v. 15, p. 1-12, 2015.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; FERRAZ, Márcia H. M.; BELTRAN, Maria Helena Roxo. Substitutos do “Novo” Mundo para as antigas plantas raras: um estudo de caso dos bálsamos. **Quim. Nova**, v. 33, n. 7, p. 1620-1626, 2010.

ALMEIDA, Danielle Sanches de. **O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808**. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz; École des Hautes Etudes en Sciences Sociales – Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulações de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013, p. 180-227.

BAIDA, Rosangela; CHAMORRO, Cándida Graciela Arguello. Doenças entre indígenas no Brasil nos séculos XVI e XVII. **Revista História em Reflexão**, v. 5, n. 9, p. 1-24, 2011.

BARBOSA, José Luciano Albino. Alimento, bebida e droga: uma abordagem histórica sobre a imagem e o uso da cachaça. In: **Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 29-81.

BARBOSA, Keith de Oliveira; GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio. **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 273-305.

BARLY, Liudmila Pérez *et al.* Origen e historia de la toxicologia. **Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 43, n. 4, p. 499-514, 2014.

BASTOS, Áureo Moizes Carvalho; MENDES, Alice Lima Rosa; ARAÚJO, Jeorgio Leão. Propriedades do óleo de ricínio e sua aplicabilidade na indústria farmacêutica. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, 2021, p. 1-30.

BRACHT, Fabiano. **Bagas ardentes e remédios para tudo: uma história da peregrinação das plantas americanas nos séculos XVI e XVII**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

\_\_\_\_\_, **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil Colonial. **Tempo**, n. 19, p. 61-75, 2005.

- CAMINHA, Viviane Machado. Entre triagas e emplastos: os medicamentos das boticas jesuíticas na América portuguesa. **Anais do XVI Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2014.
- CAMPOS, Antonio Carlos Ligoeki; BORGES-BRANCO, Alessandra; GROTH, Anne Karoline. Cicatrização de feridas. **ABCD Arq Bras Cir Dig**, v. 20, n. 1, p. 51-58, 2007.
- CARNEIRO, Fernanda Melo *et al.* Tendências dos estudos com plantas medicinais no Brasil. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 3, n. 2, p. 44-75, 2014.
- CARNEIRO, Henrique Soares. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, n. 42, p. 71-80, 2005.
- \_\_\_\_\_, O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. **Fronteiras**, v. 13, n. 23, p. 13-32, 2011.
- CARVALHO, Leonardo Oliveri; MILKE, Leidy Teresinha. Importância terapêutica do óleo-resina de copaíba: enfoque para ação antiinflamatória e cicatrizante. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 11, n. 2, p. 25-36, 2014.
- CASANOVA, Catarina. Serão os não humanos os últimos “outros” na antropologia? Representações sobre a superioridade humana. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 56, p. 106-134, 2016.
- CERTEAU, Michel de. **La invención de lo cotidiano: 2. Habitar, Cocinar**. México: Universidad Iberoamericana, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- COMPANY, Zeli T. **Os salvadores das garras da morte: medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1927)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CORREA, Marcio Xavier. A prescrição terapêutica de ipecacuanha nas práticas médicas (século XIX). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. Brasília: ANPUH, 2017.
- DAS, Kuntal. Medicinal Plants for Snake Bite Treatment – Future Focus. **Ethnobotanical Leaflets**, n. 13, p. 508-521, 2009.
- DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento: volume 1**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- DUMAS, Robert. **Tratado da árvore: ensaio de uma filosofia ocidental**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2007.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas e Pharmácias**: uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

\_\_\_\_\_, Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias: séculos XVII-XVIII. In: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulações de plantas no Brasil**: séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013, p. 94-137.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, s.d., p. 88-105.

GALANTE, Luciana. **Investigação etnobotânica na comunidade Guarani Mbya de Tekoa Pyau**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A América portuguesa e a circulação de plantas: séculos XVI-XVIII. In: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulações de plantas no Brasil**: séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013, p. 12-51.

\_\_\_\_\_, A cura do corpo e a conversão da alma: conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 71-95, 2004.

GRAFTON, Anthony. **New Worlds Ancient Texts**: the power of tradition and the shock of Discovery. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

GUIMBELLI, Emerson. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, n. 19, p. 247-281, 2003.

GRANT, Edward. **História da filosofia natural**: do mundo antigo ao século XIX. São Paulo: Madras, 2009.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. **Índios, jesuítas e bandeirantes**: medicina e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. 2009. Tese (Doutorado em Clínica Médica) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

HAMMOND, J.; FIELDING, D.; BISHOP, S. Prospects for Plant Anthelmintics in Tropical Veterinary Medicine. **Vet Res Commun**, v. 21, p. 213-228, 1997.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HUFFMAN, Michael Alan. Animal self-medication and ethno-medicine: exploration and exploitation of the medical properties of plants. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 61, p. 371-381, 2003.

\_\_\_\_\_, Current evidence for self-medication in primates: a multidisciplinary perspective. **Yearbook of Physical Anthropology**, v. 40, p. 171-200, 1997.

KUMARESAN, A. *et al.* Integrated resource-driven pig production systems in a mountainous area of Northeast India: production practices and pig performance. **Trop Anim Health Prod**, v.41, n. 1181, 2009.

KURY, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens: séculos XVIII-XIX. In: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulações de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013, p. 228-291.

LEITE, Bruno Martins Boto. **Medicina de padre: estudo sobre os fundamentos culturais da medicina jesuítica no Brasil Colonial**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

\_\_\_\_\_, Verdes que em vosso tempo se mostrou. Das boticas jesuíticas da Província do Brasil: séculos XVII-XVIII. In: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulações de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013, p. 52-93.

MONTES, Livia V. *et al.* Evidências para o uso da óleo-resina de copaíba na cicatrização de ferida: uma revisão sistemática. **Natureza on line**, v. 7, n. 2, p. 61-67, 2009.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; SILVA, Paulo José Carvalho da; MUTARELLI, Sandra Regina Kuka. A teoria dos temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX. **Memorandum**, v. 14, p. 9-24, 2008.

MELO, Ana Rita Peixoto Carvas Guedes Sousa. **História das drogas e doenças no Império Português (séculos XV-XVII)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013.

MIGLIOLI, Jorge. A globalização numa visão histórica. **Estudos de Sociologia**, v. 4, n. 6, 2008, p. 154-162.

MORS, Walter B. *et al.* Plant natural products active against snake bite – the molecular approach. **Phytochemistry**, n. 55, p. 627-642, 2000.

NOGUEIRA, André Luis Lima. Dos tambores, cânticos, ervas... Calundus como prática terapêutica nas Minas setecentistas. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio. **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 15-36.

PAPAVERO, Nelson; PUJOL-LUZ, José R. **Introdução Histórica à Biologia Comparada, com Especial Referência à Biogeografia**. Volume IV: de Descartes à Leibniz (1628 a 1716). Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 1997.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; CHIQUIERI, Abner. As “Adnotationes” do jesuíta Johann Breuer sobre a história natural da missão de Ibiapaba, Ceará (1789). **Arquivos de zoologia**, v. 42, n. 3, p. 133-160, 2011.



PERPÉTUO, Natacha Catarina Correia Rua *et al.* Breve história da toxicologia vegetal: alguns usos das plantas tóxicas ao longo do tempo. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, v. 20, p. 248-264, 2019.

PIMENTA, Tânia Salgado. Sangrar, sarjar e aplicar sanguessugas: sangradores no Rio de Janeiro da primeira metade do Oitocentos. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio. **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 229-247.

PIRIZ, M. A. *et al.* Plantas medicinais no processo de cicatrização de feridas: uma revisão de literatura. **Rev. Bras. Pl. Med.**, v. 16, n. 3, p. 628-636, 2014.

PONTES, Maria do Rosário. A árvore: um arquétipo da verticalidade (contributo para um estudo simbólico da vegetação). **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 15, p. 197-219, 1998.

PORTO, Paulo Alves. Os três princípios e as doenças: a visão de dois filósofos químicos. **Química Nova**, v. 20, n.5, p. 569-572, 1997.

REBOLLO, Regina Andrés. Considerações sobre o estabelecimento da medicina no tratado hipocrático Sobre a arte médica. **Scientiae Studia**, v. 1, n. 3, p. 275-297, 2003.

\_\_\_\_\_, O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. **Scientiae Studia**, v. 4, n. 1, p. 45-82, 2006.

ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

RUPPELT, Betina M. *et al.* Pharmacological screening of plants recommended by folk medicine. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 2, p. 203-205, 1991.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; BRACHT, Fabiano. Porcos da metrópole e atuns da colônia: adaptação alimentar dos colonizadores europeus na América portuguesa quinhentista. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 39, n. 2, p. 344-364, 2013.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; SILVA FILHO, Wellington Bernardelli; MORAES, Eulália Maria Aparecida de. Basiliscos que matam com o olhar e cobras que empalam com a cauda: as serpentes não peçonhentas na América portuguesa do século XVI. **Revista de Historia Iberoamericana**, v. 6, n. 2, p. 131-148, 2013.

SANTOS, Fernando Santiago dos. **As plantas brasileiras, os jesuítas e os indígenas do Brasil: história e ciência na Triaga Brasílica**. São Paulo: Casa do Novo Autor Editora, 2009.

SANTOS, Sanderléia de Oliveira dos. **Crescimento inicial de *Joannesia princeps* Vell. sob diferentes condições microclimáticas associadas à deficiência hídrica**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, 2014.

SCHNEIDER, Rosana de Cássia de Souza. **Extração, caracterização e transformação do óleo de ricínio**. Tese (Doutorado em Química) – Programa de Pós-Graduação em Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SEIXAS, Maria Lucília Barbosa. **A natureza brasileira nas fontes portuguesas do século XVI**: para uma tipologia das grandezas do Brasil. Viseu: Passagem Editores, 2003.

SHURKIN, Joel. News feature: animals that self-medicate. **PNAS**, v. 111, n. 49, p. 17339-17341, 2014.

SILVA FILHO, Wellington Bernardelli. **As pragas do paraíso**: descrições dos insetos e animais considerados inferiores na América portuguesa do século XVI. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

SOUZA, Lais Viena de. **Missionários do corpo e da alma**: assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SPRADA, Edilmere. **Toxicologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2013. Disponível em:  
[http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/LIVROS%20SEGURAN%C3%87A%20DO%20TRABALHO/M%C3%B3dulo%20IV/21Toxicologia/Livro\\_Toxicologia.pdf](http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/LIVROS%20SEGURAN%C3%87A%20DO%20TRABALHO/M%C3%B3dulo%20IV/21Toxicologia/Livro_Toxicologia.pdf). Acesso em: 18/02/2021.

TEIXEIRA, V.A.; COELHO, M.F.B.; MING, L.C. Poaia (*Psychotria ipecacuanha*): aspectos da memória cultural dos poaieiros de Cáceres – Mato Grosso, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 14, n. 2, 2012, p. 335-343.

TENÓRIO, John Aldson Bezerra. **Caracterização química, toxicológica e atividades farmacológicas do extrato das raízes de *Solanum paniculatum* L.** 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil Colonial (1677-1808)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.